

cadernos do terceiro mundo 2

CHILE
A farsa
de Pinochet

Publicação mensal — Fev/Março 1978

35\$00

Ano 1 n.º 2

CULTURA

entrevistas com:

- Chico Buarque
- Augusto Boal
- Luandino Vieira

brasil:

- a arte
dos presos políticos

PERÚ

A bandeira
de Velasco

ISRAEL

Resposta
sem surpresas

SAMORA MACHEL:



«A revolução
é irreversível»

Entrevista
exclusiva

RAK:

como se empregam
os petrodólares

assine



agora também em português.

Nesta edição

- 2 Carta aos leitores
4 *Editorial*: A volta dos velhos imperialistas

Entrevista especial

- 9 *Samora Machel*: A revolução é irreversível — Beatriz Bissio

Médio-Oriente

- 18 *Iraque*: Como se utilizam os petrodólares — Neiva Moreira
25 *Israel*: Resposta sem surpresas

África

- 31 A política africana de carter — Edgar Lockwood
41 *Sahara*: F. POLISÁRIO visita a América Latina — Cristina Canoura

América Latina

- 47 *Argentina*: As «loucas de Plaza de Mayo» — Miguel Bonasso
O massacre de uma família — Francisco & Manuela Santucho
55 *Chile*: A farsa de Pinochet — Frida Modak
59 *Peru*: A bandeira de Alvarado — Neiva Moreira
68 *Uruguai*: A vida quotidiana — Entrevista com Ferreira Aldunate — Diego Achar

82 Panorama Tricontinental

Cultura

- 89 «Bate-papo» com Chico Buarque — Marcelo Dias
93 O teatro no exílio — Augusto Boal
97 A arte dos presos políticos — Marcelo Dias
101 Entrevista com Luandino Vieira — Beatriz Bissio

Informação

- 110 Os «mass-Média» e o imperialismo — Roberto Remo

Notas Especiais

- 116 *Petróleo*: Depois da reunião da OPEP — Wilson Tapia
123 Almanaque do Terceiro Mundo



cadernos do terceiro mundo

Publicação mensal — n.º especial de Fevereiro/Março de 1978

Director: Pablo Piacentini

Editor Internacional: Neiva Moreira

Secretaria de Redacção: Beatriz Bissio

Edição em Espanhol — ano II, n.º 18

Editor: Enrique Cortez Reina

Insurgentes Sur 1722 Desp. 204, Mexico 20 D.F.

Correspondência: Apartado Postal 20-572

Mexico 20 D.F. MEXICO

Edição em Português — ano I, n.º 2

Editor: A. L. Campos

Administração: Arnaldo Reis, Ernesto Pádua

Chefe de Redacção: Marcelo Dias

Sub-chefe de Redacção: Baptista da Silva

Secretária de Redacção: Myriam Ribeiro

Artes Gráficas: Leonel M.

Colaboraram neste número:

Augusto Boal; Cristina Canoura; Diego Achar; Edgar Lockwood; Frida Modak; Miguel Bonasso; Roberto Remo e Wilson Tapia

Os Cadernos do Terceiro Mundo utilizam os serviços da Inter-Press Service (IPS); Agência de Informações Moçambicana (AIM); Agência Noticiosa Iraquiana (INA); Agência Tanzaniana (SHITATA) e Prensa Latina (PL). Mantém intercâmbio editorial com as revistas Afrique-Asie (França), Nueva (Equador), Tempo (Moçambique) e Novembro (Angola)

Administração e Redacção: Rua Pinheiro Chagas, 41, 2.º Dto. — Lisboa

Composição e impressão: Empresa Jornal do Comércio — Rua Dr. Luís Almeida e Albuquerque, 5 — Lisboa

Distribuição: Dijournal/Distribuidora de Livros e Periódicos, Lda — Rua Joaquim António de Aguir, 66, 7.º Dto. — Lisboa

Carta aos leitores



Com a característica de ser uma revista mensal, o nosso primeiro número esgotou-se em muitos locais em pouco mais de uma semana, e não foram raros os amigos que, interessados na compra da revista, nos procuraram, por carta, ou pessoalmente, no afã de conseguir o "seu" exemplar.

Foi também em tempo "record", que tivemos o prazer de receber o primeiro pedido de assinatura, vindo de um leitor de Beja, a dar início a uma série de algumas dezenas de pedidos, num leque que abrange a Europa, África e América Latina.

Como seria de esperar num número de lançamento, a revista saiu com algumas "galhas", umas menores e aceitáveis, e uma única que qualificamos de grave: ao referirmo-nos, no texto de abertura "De Cabinda a Bagdad", à actuação de Frente Sandinista de Libertação como se fosse na Guatemala, quando na realidade, o é na Nicarágua.

Os leitores mais avisados e complacentes "passaram por cima" e não houve agitação maior, mas queremos aqui deixar expressa a nossa autocrítica.

Outro facto que motivou justificadas observações, foi o de termos impresso na contra-capa o pedido-inscrição de assinatura, pois "dado o seu valor didáctico, e que motiva colecção, ninguém terá coragem de "aleijar" a revista" (de uma carta dum leitor).

Nossa edição em língua portuguesa é fruto do trabalho de uma larga equipa de colaboradores distribuída pelos países do Terceiro Mundo, e centralizado e coordenado no México, onde são editados os "Cuadernos del Tercer Mundo".

Este número abrangerá, dentro da linha editorial a que se propõe a revista, mais um conjunto redactorial (autores e artigos) que abordará em informação e análise, os pontos mais neurálgicos e os assuntos mais candentes desse grupo de países que, mercê de uma dura e contínua luta pelo progresso e pela justiça social, emergem no cenário internacional: o Terceiro Mundo.

Por necessidade de reajustamento na distribuição da revista, o n.º 2 corresponderá aos meses de Fevereiro e Março, isto em carácter excepcional.

Agradecemos a recepção e as carinhosas referências da imprensa portuguesa em geral.

E ao nosso leitor, àquele que em última análise procuraremos servir, com a promessa de um trabalho honesto e dedicado, agradece,

O Editor

Actualidade política e cultura

A cultura e a arte nos países de língua portuguesa do Terceiro Mundo ocupam um lugar de destaque neste número dos *Cadernos do Terceiro Mundo*. A luta contra os vestígios da cultura colonialista e pela construção de uma cultura nacional é uma das preocupações insistentemente levantadas pelo Presidente Samora Machel, na sua longa conversa com a nossa enviada especial, Beatriz Bissio.

Preocupações análogas são colocadas por Luandino Vieira que fala, entre outros assuntos, na "explosão" de leitura actualmente existente em Angola. A arte brasileira completa este quadro do Terceiro Mundo de língua portuguesa: arte no Brasil; com Chico Buarque de Holanda; no exílio com Augusto Boal e... na prisão, com a poesia e as gravuras dos presos políticos, num artigo de Marcelo Dias.

Nos temas de actualidade política Neiva Moreira procura responder a uma pergunta pertinente: como o Iraque, país árabe progressista, utiliza os seus petrodólares?

No Médio-Oriente as consequências da viagem de Sadat continuam a ser o assunto central, desta feita vistas do lado sionista: a resposta sem surpresas de Israel à desesperada manobra do presidente egípcio.

A velha e a "nova" política norte-americana na África, é abordada pelo nosso colaborador Edgar Lockwood, director do *Washington Office on Africa*. Lockwood passa em revista a política africana de Kennedy, Johnson, Nixon e diseca a de Carter, para além da sua retórica.

Na América Latina, merecem destaque neste número o referendo-farsa de Pinochet; a valente resistência das "loucas da Plaza de Mayo", na Argentina; o sistema institucionalizado de repressão, no Uruguai e a lembrança da obra e das idéias de Velasco Alvarado, no Peru.

A nossa edição já se encontrava virtualmente "fechada" quando se precipitavam os acontecimentos na Nicarágua, com o colapso do regime de Somoza e na Bolívia com a vitória da Amnistia Geral, razão pela qual tivemos que deixar para o próximo número a análise em profundidade de ambos os temas que abordamos sucintamente na nossa secção *Panorama Tricontinental*.

EDITORIAL

A volta dos velhos

Os velhos imperialismos, hoje inseridos no sistema capitalista multinacional, onde jogam com a relativa autonomia correspondente à sua expansão, mostraram-se, de corpo inteiro, no passado ano de 1977.

São os casos particulares da França e da Alemanha, que ao longo do ano efectuaram intervenções externas nas esferas de interesses respectivos, em acções que antes eram reservadas à super-potência americana, e que esta, em parte por traumas internos e pela derrota sofrida no Vietname, e em parte pela política seguida pela actual administração, não deseja já realizar.

Os golpes mais espectaculares, por serem directos e efectivamente bélicos, foram de responsabilidade da França, que se lançou, em operação conjunta com Marrocos, em auxílio de Joseph Mobutu, ditador do Zaire.

Sem esta intervenção nos assuntos internos do país africano, a Frente de Libertação Nacional Congoleza, chefiada pelo general Nataniél M'Bumba e recebida e apoiada entusiasticamente pelo povo oprimido por Mobutu, teria ocupado rapidamente o sul do Zaire, infringindo ao regime neo-colonialista uma grande derrota parcial, que seria, com certeza, o prenúncio do seu desmoronamento completo.

A intromissão franco-marroquina travou o avanço do movimento de libertação, que teve de recuar, para continuar a resistência sob a forma de guerrilha. Isto significa que os interesses colonialistas ganharam tempo, se bem que não tivessem conseguido anular o movimento de libertação que desenvolve actualmente uma luta prolongada e de progressivo desgaste do inimigo.

Outro acto de ingerência francesa, este ainda mais descarado e em maior escala, teve como palco o Sahara, em apoio às duas forças ocupantes, o Marrocos e a Mauritânia. A aliança — com a intenção de impedir a libertação do Sahara Ocidental pelo seu representante, a Frente POLISARIO — apesar dos poderosos meios utilizados — não conseguiu impedir o avanço constante do movimento de libertação, que demonstrou assim a sua extraordinária força.

Mostrando que a intervenção imperialista não a atemorizava, a F. POLI-

imperialismos

SARIO capturou oito técnicos franceses, acto que nada mais foi do que o exercício de sua soberania, semelhante à posterior captura de barcos pesqueiros espanhóis que faziam incursões em águas saharauis.

O arrogante governo de Valéry Giscard D'Estaing acreditou que bastaria um simples acto de retórica imperial, como a convocação do Conselho de Estado a fim de decidir a invasão que apresentou como iminente, para obter a libertação dos franceses e humilhar a Polisario.

Passou-se o contrário. A F. POLISARIO manteve os franceses presos o tempo que julgou conveniente, sem que o governo de Paris se atrevesse a concretizar o seu desafio, e foi Georges Marchais, líder do Partido Comunista Francês, em meados de Dezembro, depois de dialogar na Argélia com os dirigentes saharauis, quem anunciou que os técnicos capturados passariam o Natal nos seus lares, graças a um gesto de boa vontade da República Árabe Saharaui Democrática.

Giscard, o representante da agressiva burguesia francesa, caiu no ridículo. Mas, além de ficar com suas «posições» abaladas no Sahara. As ameaças de agressão provocaram enérgicas reacções das nações progressistas do Maghreb: Argélia e Líbia. Se por um lado, a «política africana» da França sofreu um forte abalo, é bem possível, por outro, que a Argélia, — segundo indica a imprensa especializada —, assine com a multinacional italiana FIAT, o contrato para a instalação de um gigantesco parque industrial automobilístico, que, noutras circunstâncias, seria assinado com a multinacional francesa Peugeot.

A burguesia francesa sofreu, assim, um rude golpe na sua área mais sensível, e o governo de Houari Boumediene deu-lhe outra lição, ao não aprofundar relações económicas com uma potência que ainda não assimilou a independência argelina, que continua a arrogar-se o direito de intervenção na zona não sendo por isso um interlocutor de confiança.

Estes episódios, apesar de seus grotescos perfis, revelam que a recuperação económica da burguesia francesa alcançou um carácter expansionista de tal natureza que para manter posições, e ainda conquistar novos espaços, atreve-se a utilizar as mais perigosas formas de intervenção.

Os tempos actuais já não permitem este tipo de veleidades de velha corte imperial, revelam, porém, o papel que a burguesia francesa desejaria desempenhar.

A burguesia francesa, além da resistência dos povos africanos aos seus intentos, defronta-se com outro gravíssimo problema, este de ordem interna: as esquerdas representam hoje mais da metade do eleitorado e são uma alternativa de poder; e, enquanto estão na oposição, limitam a margem de manobra do governo da direita e ameaçam romper todó o seu jogo internacional logo que cheguem ao governo.

A situação da Alemanha Federal é bem diferente. Nunca chegou a ser uma potência colonial com as projecções territoriais da França e da Inglaterra, de modo que os seus interesses externos são específicos, dando lugar a uma competição capitalista avançada com os seus «sócios» ocidentais. Por outro lado, está a saudade do nazismo e do velho sonho hegemónico alemão, ainda latentes em alguns sectores da burguesia. Seria tremendamente negativo o impacto internacional causado por qualquer aventura «à francesa».

A expansão da Alemanha Federal é apoiada na sua poderosa indústria e na sua notável capacidade financeira. Estas armas dão-lhe, por sua vez, um peso político crescente dentro da Europa e do Terceiro Mundo não libertado.

A cruenta e fulminante operação que culminou com a libertação dos reféns civis capturados pela Fracção do Exército Vermelho, não impressionou o mundo somente pela mobilização de meios militares realizada no Aeroporto de Mogadíscio. A pressão de Bona conseguiu que todos os aeroportos da Europa aceitassem a insólita presença de agentes dos serviços secretos alemães, com a missão de detectar os guerrilheiros urbanos.

Entretanto as execuções dos membros da Fracção aprisionados, — execuções disfarçadas de suicídios, nos quais ninguém acreditou — produziram-se sem motivar reacções internas, quase com a complacência da opinião pública germânica.

Vê-se, pois, como o quadro interno da República Federal da Alemanha,

apesar da existência de um governo social-democrata, se inclina à direita. Ao contrário da França, esta tendência à direita, dá seguro apoio à burguesia alemã e aos seus afãs expansionistas.

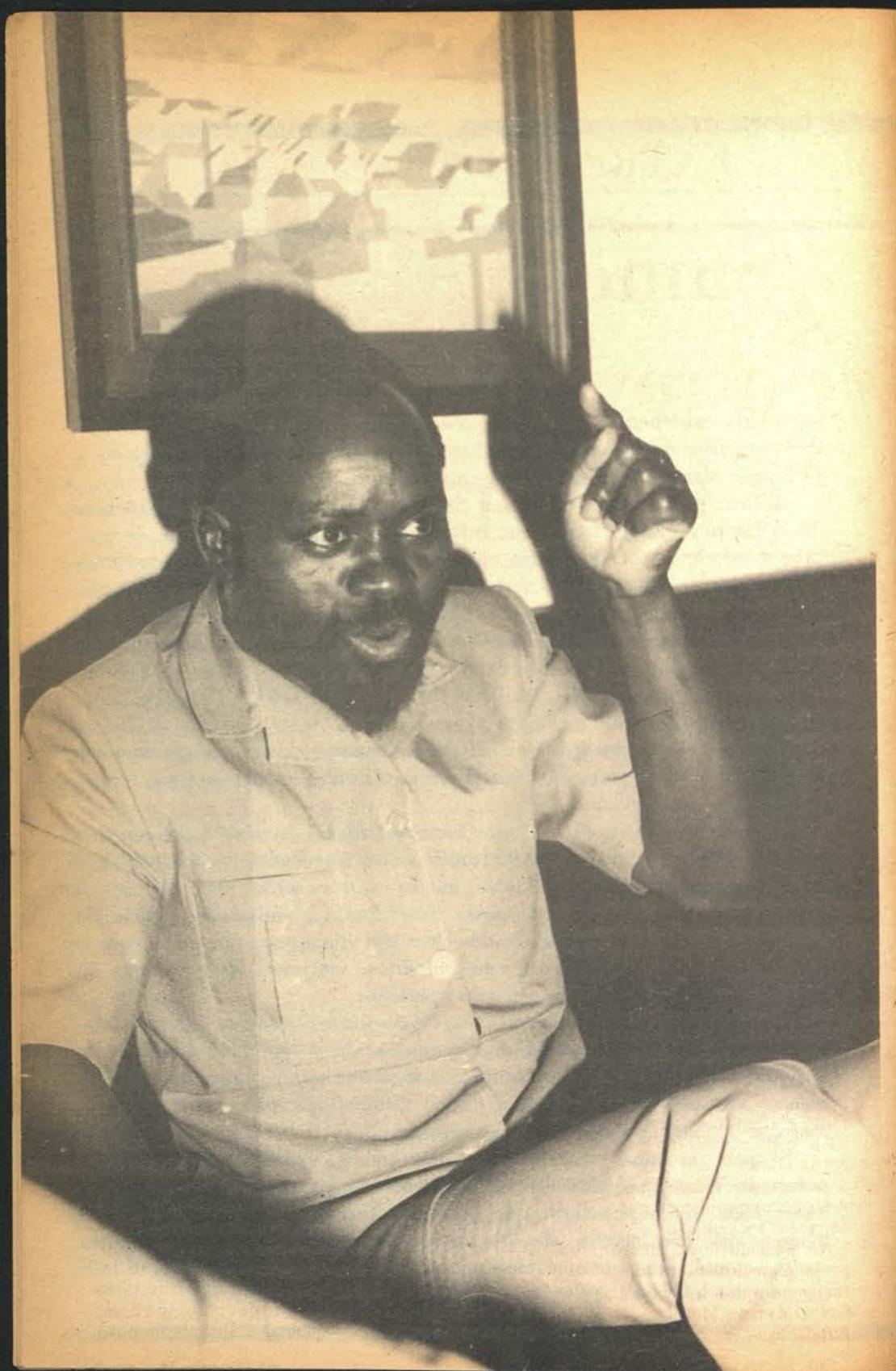
A social-democracia de Helmut Schmidt (correspondente à ala direitista da II Internacional), já tem uma influência de primeira ordem na Europa, procurando levar o velho continente a uma social-democracia cada vez mais conservadora e esquecendo os factores mais progressistas da II Internacional. Por seu turno, o dirigente bávaro Franz Joseph Strauss, representante da indústria de guerra alemã, insiste em estabelecer um bloco europeu direitista, visita o Chile e faz elogios calorosos a Pinochet.

Já que dentro da crise geral que atravessa o capitalismo internacional, a Alemanha Federal é um dos seus pilares mais sólidos, o futuro imediato reserva-lhe um papel de ascendente importância no cenário mundial. Isto trará fortes repercussões no Terceiro Mundo, e não só nos termos económicos convencionais.

O contrato pelo qual o regime zairese aliena, em favor da empresa alemã ocidental OTRAG, 150 000 quilómetros quadrados do seu território para a construção de instalações nucleares que serão uma ameaça à segurança africana, é já um toque de alarme. A indústria nuclear da Alemanha Federal, depois de estabelecer um gigantesco convénio com o Brasil, começa a expandir-se pelo mundo a um nível que acarreta já choques com a própria super-potência americana.

Assistimos a uma crescente competição inter-capitalista e, com ela, à reaparição de velhos imperialismos. É um fenómeno que deve ser observado e seguido com atenção, pois o hábito de localizar o imperialismo exclusivamente na sua metrópole, os Estados Unidos, já não corresponde à realidade de hoje, pois esta é mais complexa.

Se por um lado, as contradições do mundo capitalista permitem aos países do Terceiro Mundo diversificar aquelas relações económicas de que não podem ainda prescindir, por outro, a crise geral do capitalismo e o avanço dos movimentos de libertação, provocam, dentro do sistema multinacional, uma maior e mais intensa agressividade, com a finalidade de defender interesses afectados.



ENTREVISTA ESPECIAL

Samora Machel: a revolução é irreversível

*O presidente de Moçambique fala-nos sobre as transformações
em três sectores fundamentais:*

a saúde, a educação e a habitação.

*Assinala que no seu país não houve oportunidade
para que se criasse uma burguesia nacional,
cuja remoção do poder viria a ser difícil.*

A tónica de Samora Machel

*é a confiança na força infinita do povo moçambicano
e na vitória final
das correntes revolucionárias africanas.*

entrevista de Beatriz Bissio

O presidente Samora Machel recebeu-nos na sua residência no Maputo. Uma casa frente ao Oceano Índico que nos tempos do colonialismo português pertencia a altos funcionários da justiça. Encontramo-lo — como lhe é habitual — muito bem disposto a transbordar simpatia e demonstrando ao longo da conversa que encara com responsabilidade e optimismo os problemas que enfrenta Moçambique.

No final do nosso diálogo de quase duas horas aderiu à conversa a senhora Graça Machel, Ministro da Educação.

A entrevista com o presidente havia sido inicialmente marcada para dois dias antes. Porém, teve que ser adiada em função de um contratempo, que se bem que não possa ser considerado normal, é frequente no quadro das agressões que o governo racista da Rodésia está a desencadear contra Moçambique. Uma zona próxima ao local onde deveríamos encontrar Samora Machel, no interior

do país, estava a ser alvo de um ataque aéreo e terrestre de tropas rodesianas, nos precisos momentos em que se teria realizado a nossa entrevista.

O episódio revela o clima de luta que vive Moçambique, sob a ameaça permanente do inimigo racista. Como em outras oportunidades, aquele ataque foi repellido sem que o terrorismo rodesiano pudesse quebrar a unidade do povo

nem debilitar a sua decisão firme de resistir e lutar.

Háviamos proposto ao presidente que no desenrolar da nossa entrevista fosse incluída uma análise dos problemas da guerra e da confrontação com os regimes racistas da Rodésia e da África do Sul.

No entanto, Samora Machel assinalou que as suas opiniões sobre o tema já haviam sido amplamente divulgadas. Que a solidariedade de Moçambique com os movimentos de libertação africanos está a ser demonstrada no dia-a-dia e está arreigada no coração do povo. Que Moçambique está disposto a pagar um alto preço pela guerra — como a desencadeada disfarçadamente pelo regime de Salisbúria — para ser consequente como este compromisso com os povos irmãos.

Pareceu-lhe, pois, mais oportuno responder às perguntas que lhe havíamos formulado sobre as grandes transformações que estão a ser vividas pelo povo moçambicano desde o 25 de Junho de 1975.

Com a simplicidade e a linguagem didáctica que o caracterizam, o presidente da FRELIMO e da República Popular de Moçambique traçou um quadro sincero, objectivo e gráfico dos problemas que enfrenta o país a dois anos e meio da independência, e explicou como estão a ser superados.

A conversa de Samora Machel mostra-o orgulhoso da sua Pátria e confiante naquilo que chama a “ilimitada capacidade criativa” do seu povo, que o leva a encarar com optimismo o futuro, ainda que não ignore as sequelas do colonialis-

mo — os vestígios, como costuma chamá-los — que ainda se manifestam.

Resumindo, podemos dizer que a certeza da vitória final dos povos africanos sobre os seus opressores é o sinal de maior destaque das convicções expressas pelo presidente Samora.

— Presidente, como tantos outros países africanos, Moçambique pagou o alto preço de uma longa ocupação colonial que, inevitavelmente, deixa sequelas. Depois de dois anos de governo da FRELIMO como vê a situação actual?

— Quando você me entrevistou em 1975, uns cem dias depois da nossa independência, tudo era entusiasmo. Tudo era FRELIMO: negros, brancos, indianos, todos. Certos negros estavam eufóricos. Alguns chegavam a dizer: “Os portugueses estão a partir e nós vamos ficar com tudo o que era seu, ocupamos o seu lugar”.

Em relação à independência havia unanimidade. Todos a queriam. Mas nem todos desejavam a independência que temos hoje. Alguns gostariam que o cordão umbilical com o colonialismo não tivesse sido cortado. O padrasto foi embora: como ficar, então? Estavam habituados a que alguém os “protegesse”. Sentiram-se órfãos com a independência real que conquistámos.

— Trata-se de um problema cultural?

— Não. Não é um problema cultural. Essas pessoas não conhecem a cultura portuguesa. Evocam “Os Lusíadas” mas não se perguntam porque os escreveu Luís de Camões. Nem a que factos se referia. O que dizem “Os Lusíadas”, ou o

que evoca o hino português (“heróis do mar”) é uma verdade histórica do ponto de vista de Portugal. Mas hoje os tempos são outros. Muitos não compreendem que se trata de uma obra sobre o povo português e não sobre nós. Os antepassados dos portugueses de hoje, os navegadores, não são os nossos antepassados.

O mesmo ocorre com aqueles que evocam com nostalgia a música portuguesa, o fado. Não vamos dizer que é uma música feia. Como toda a música feita pelo povo, é bonita. Mas não é a música feita pelo nosso povo. É dos portugueses.

Esta foi a educação do colonialismo: fazer-nos aceitar a sua música, a sua história, o seu passado como nossa música, nossa história, nosso passado. Só agora é que estes nostálgicos do colonialismo estão a descobrir que Gaza, Beira ou Pemba são cidades de Moçambique, não de Portugal. Que o Limpopo é um rio de Moçambique, não é de Portugal. Agora começam a entender porque somos independentes. Por isso não se pode dizer que seja um problema cultural. É alienação. Mais alienação que cultura.

Se os portugueses nos tivessem realmente deixado uma cultura, ela teria resistido ao tempo. Pois onde está? A cultura é criada pelo povo. Não a criam os artistas. O capitalismo não cria cultura, fazem-na os povos. A burguesia não produz arte: leva os pobres a cantar para ela. Conhece alguma música escrita por filhos de reis? Se eles nunca saem do seu palácio de cristal, como podem cantar?

Veja estas esculturas (diz-nos ao tomar em suas mãos umas estatuetas e ébano, feitas pelos makondes, do norte de Moçambique). Porquê os reis não produzem isto? Porque vivem isolados do mundo. Não têm como o povo os pés na terra.

Nós dizemos: "É preciso que o nosso pensamento caia no povo como a semente floresce na terra". Como saber se a semente é boa ou má? É só quando está na terra que sabemos.

Se começa a germinar é boa. Trará frutos.

O pensamento dos reis, dos capitalistas e dos burgueses é uma semente guardada numa gaveta. Não produz. Falta-lhe a terra, falta-lhe a inspiração.

O povo inspira-se todos os dias

Com o povo sucede exactamente o contrário. Inspira-se todos os dias. Com o trabalho quotidiano. Veja os camponeses: a sua música fala da sua vida, da lavoura, das colheitas, da rega. Conta como foi colhido o arroz, a cabaça, a massaroca. Como é que vocês chamam a massaroca?

— No Brasil, milho verde, no Rio de Prata, chalo, no México, elote...

— Quando está a trabalhar, a suar sob o sol, regando a terra com o seu suor, o camponês canta. Volta a casa com um cântaro de água na cabeça, pensa que tem que fazer o fogo para cozinhar, vive a vida e canta a vida.

Nas noites, nas horas de descanso, quando a lua cheia o ilumina, canta ao seu trabalho, conta as suas penas, seus sofrimentos,



"Acabámos com o desprezo entre as pessoas..."

suas esperanças. Canta a felicidade. Canta e dança.

O que acontece com a burguesia? Não conhecem nada disso. Desde crianças são proibidos de entrar em contacto com essas realidades. Se o fazem, não são civilizados...

Os burgueses, estou convencido, não conhecem a felicidade. Pensam sempre que os vão matar. Como vão cantar a morte? Não é motivo de inspiração poéti-

ca ter que dizer "creio que me vão matar".

a corrupção burguesa

Voltemos à música do pobre. Pode ser triste ou alegre, uma referência à história ou um episódio do quotidiano. Mas, seja como for, tem um significado real. E, portanto, define um inimigo, e como se vai lutar contra esse inimigo.

Aí é que actuam os burgueses não lhes falta capacidade para se defenderem. Descobrem um cantor. Começam por dizer: "que boa voz tem". Então, atraem-no para os seus clubes. Como canta para despertar a consciência do povo, os burgueses começaram a capitalizar e corromper os cantores. Levam-nos para grandes hotéis, servem-lhes bebidas caras e começa assim a libertinagem. É assim

que os nossos cantores se corrompem, a sua voz já não é a do povo, é a do capitalismo. Isso é o que acontece com os artistas de muitos países. E se não se corrompem são perseguidos, como tantos exemplos que conhecemos.

O capitalismo não tolera o génio criador do povo: a sua posição é a de se apropriar do artista, comercializá-lo e esvaziar o conteúdo da sua obra.

*«Não escondemos
as nossas dificuldades.
Temos muitas.
Consideramo-las naturais
e até mesmo necessárias.»*

Já que estamos a falar de arte de expressão popular, gostaríamos que comentasse as versões de certa imprensa ocidental que assinalam que hoje já não se dança mais em Moçambique. Que o Maputo, neste sentido, é hoje uma "cidade morta".

— Sim, sabemos dessas versões. Que não se dança em Moçambique... Sim. Que não há mais clubes, que não se fazem bailes. Maputo uma cidade morta? A verdade é que esta era para os colonialistas uma cidade que só vivia de noite. De dia morria. Era uma cidade que tinha medo do sol. Dizem agora que não há alegria na cidade do Maputo. Quando é que antes havia alegria no Maputo?

Acabámos com a criminalidade, acabámos com os assaltos, com as violações de mulheres, com a prostituição, com todos os tipos de podridão.

Terminou-se com as causas que estavam na razão de todas as crianças nascerem enfermas devido às terríveis doenças das suas mães, as doenças venéreas. Disto não falamos.

Acabámos com o desprezo entre as pessoas. Acabámos com isso do eu sou do estrato social e tu doutro extrato social. Não há mais discriminação.

Dizem que agora não há mais clubes. Que participação tinha o povo nestes bailes, nestes clubes portugueses? Nenhuma. Havia aqui uma proliferação de clubes de todas as regiões de Portugal, mas não eram para os moçambicanos. Havia o Clube Minhoto, o clube Algarve, o Lisboeta, o clube das Beiras, o dos Estudantes de Coimbra, que formavam uma casta à parte, o clube de Lourenço Marques. Este era o ponto mais alto da discriminação racial. A fina flor, a nata. Também haviam os autode-

nominados clubes hindo-portugueses? Que é isso?

Ou se é hindu, ou se é português, ou se é moçambicano.

Estou a desviar um pouco a conversa, mas a pergunta está no contexto dos hindo-portugueses. Com a saída dos colonialistas não haveria uma tendência entre os hindus e os goeses de se aventurarem numa espécie de burguesia mercantil? A ocupar um lugar vazio?

— Não. Não acredito. Eles também eram discriminados. Os portugueses sabiam que os goeses eram os seus rivais no campo da educação. Os goeses tinham realmente uma cultura impregnada de catolicismo. Num certo sentido eles entram naquela categoria que mencionei à pouco, a dos que se sentiram órfãos com a saída dos colonialistas. Consideram-se ligados aos portugueses e por isso fogem, ainda que seja para passar enormes dificuldades em Portugal. Preferem partir. Voltando ao tema anterior. Então o Maputo não seria uma cidade morta mas uma cidade com outro tipo de vida...

— Sim. Morreu a vida do colonialismo.

Ressaltar as dificuldades e omitir os avanços é uma velha técnica "informativa"...

— Não escondemos as nossas dificuldades. Temos muitas. Consideramo-las naturais e até mesmo necessárias. Temos consciência disso. Dificuldades no abastecimento, no transporte. Muitas dificuldades. Dizer que não existem seria falso. Mas vamos à raiz do problema: temos dificuldades porque estamos a desmantelar uma estrutura



Samora Machel faz o ponto da situação moçambicana para a enviada especial dos "Cadernos do Terceiro Mundo".

herdada do colonialismo. Porque para construir é necessário destruir primeiro. Não se pode construir nada sobre bases podres.

A MEDICINA NACIONALIZADA

Estivemos no Hospital Central do Maputo onde o camarada presidente trabalhava antes de se lançar na

luta armada. Conversámos longamente com o Dr. Fernando Vaz, director do hospital, que nos impressionou muito pela sua convicção revolucionária e qualidade profissional. Ele mencionou algo de muito significativo: que a nacionalização da medicina foi, e é, um desafio sério, que sabiam que ao decretá-la a maioria dos médicos deixaria o país, mas que também estavam conscientes que aqueles que optaram por fi-

car eram verdadeiros quadros da revolução, militantes dispostos a enfrentar as duras provas...

— É assim, mas o problema é ainda mais profundo. Se tivéssemos dito que íamos nacionalizar a medicina em dois, três ou cinco anos teríamos tido capacidade de formar dois mil médicos neste período, na nossa universidade?

Na universidade do Maputo, quando tomámos o poder com o governo de transição, no dia 20 de Março de 1974, havia 4500 estudantes. Agora temos 500 estudantes. Todos os demais partiram. Então, de onde íam sair esses médicos?

Quando decretámos a nacionalização da medicina disseram que éramos meros esquerdistas, que não tínhamos responsabilidade. Seguramente porque não aceitámos o conceito que

eles têm de responsabilidade. Se aceitássemos as suas ideias, automaticamente seríamos "responsáveis". "Não sabem que governar é difícil" — diziam. "Que é necessário ter médicos, advogados, engenheiros. Eles não estão preparados". É o que repetem desde que iniciámos a nossa luta. Se em quinhentos anos de colonialismo produziram não cem, mas dez engenheiros moçambicanos, que mais poderíamos esperar?

Teria sido um erro gravíssimo que a história não nos perdoaria. O que significa que estávamos condenados a governar com os quadros que dispunha o colonialismo? Formados por e para o colonialismo... Temos respeito por eles, assumiram o conteúdo do que é o colonialismo e o capitalismo e os defendem. Mas os nossos interesses são outros. Nós perguntamos:

eram quadros para servir a quem? Porque estavam aqui? Nada tinham de comum com o nosso povo.

Nós dissemos NÃO. Vamos começar do zero. É uma questão de planificação. Se é necessário que exista uma crise, é melhor provocá-la e quanto antes, quando ainda temos a capacidade de controlá-la.

Por outro lado, se tivéssemos querido evitar a crise, eles teriam-na provocado quando considerassem mais oportuno. Ter-lhes-íamos deixado a iniciativa de provocar a crise. Eles estariam com a direcção do carro, e nós atrás, só com a carroceria. Nunca chegaríamos a conduzir o automóvel.

Mas eles não estavam em condições de conduzir o carro. É verdade que aprender leva tempo. Mas, para eles quando chegaria esse tempo? Quando nos diriam: "Está bem, agora é tempo que tomem a direcção do carro".

Não era fácil que chegassem a dizê-lo. O poder é muito atraente...

— Nós dissemos: "É agora". Nacionalizámos a medicina e eles fugiram. E fugiram não por causa da nacionalização em si, mas porque fizemo-la com decisão. Porque tomámos a iniciativa. Quanto mais tempo tivéssemos deixado a medicina nas suas mãos, mais oportunidades teriam para formar os seus quadros. Quadros que serviriam os seus interesses...

Segundo o clássico modelo neocolonialista...

— Os negros e os mulatos formados por eles teriam tido tempo de tomar o gosto de trabalhar em consultórios privados, ganhando muito dinheiro. A sua ideia

era partir, mas deixar pessoas formadas à sua imagem. Iriam embora os jacarés, ficariam os ovos. Ficariam os pequenos jacarés. Com um "cilindro" esmagámos os ovos. Foram-se os jacarés e também liquidámos as suas crias potenciais.

Quer dizer que se evitou a criação de uma camada de intermediários do colonialismo...

— Aqui não criaram uma burguesia nacional. Mas a tarefa era essa: construir uma pequena burguesia. Aspirantes não faltavam a pensar que eram como eles.

Consideravam-se diferentes da população. Eram uma classe "intermediária". Se tivéssemos dado oportunidade à criação de uma burguesia nacional, desalojá-la depois teria sido um problema muito sério. Quisemos evitá-lo. Por isso avançámos rápido.

Se não tivéssemos nacionalizado a medicina, os meus filhos e os filhos dos funcionários teriam tido todos os especialistas à sua disposição. Possivelmente sem pagar nada. Mas pagarias tu. Pagaria o povo por eles... Por isso acabámos com os ovos de jacaré.

*«A luta mais difícil
é contra os vestígios
coloniais»*

Presidente, e quanto à educação?

— É aí, onde se forma o homem. O segredo está aí. Se tivéssemos deixado a educação nas mãos deles, poderíamos realmente criar uma mentalidade nova? Um homem novo? Não. É na escola, na educação que está o germe, o segredo.

Não é ensinando a falar bem ou escrever bem que conseguiríamos formar um outro homem. Temos que criar uma nova mentalidade. Um homem novo. E, neste caminho, a luta mais difícil é lutar contra os vestígios coloniais. Aqueles que crêem que conhecem a cultura portuguesa, que desprezam a nossa cultura, são um dos nossos maiores problemas.

Acreditam que nós não temos história, que não temos cultura própria.

Eu poderia perguntar-lhes: onde aprenderam a

cultura portuguesa? Em que oportunidade? se entre moçambicanos e portugueses não havia contacto. O único contacto que havia era o do trabalho contratado. O contacto era o da palmatória, para cobrar impostos, contacto para a tropa, para massacrar o povo. Contacto para abusar das nossas mulheres. Esses eram os nossos únicos contactos com os colonialistas. Onde aprender, então, a cultura portuguesa?

Dançaram juntos? Acaso tivemos contacto com o povo português. Acaso veio aqui o povo português a estreitar a mão ao povo moçambicano, a contar-nos a sua história, a fazer-nos conhecer os seus problemas?

Se assim fosse, teríamos podido encontrar certas afinidades. Mas nada disso aconteceu. Pelo contrário. Então o que acontece é

que essa gente confunde educação com cultura. Confunde ter sido educado pelo colonialismo português para servir os seus interesses com conhecer a cultura portuguesa.

Talvez encontrem alguém que lhes diga que se reuniu alguma vez com um governador português. Pois não é verdade. Possivelmente comeu algum dia na cozinha da casa do governador. Eu não tenho respeito por essa gente, são aspirantes a burguesia.

E são muitos?

— Olhe, eu sou daqui, cresci no Maputo. Conheço-os a todos e posso dizer que felizmente são muito poucos.

Também na educação é necessário destruir para construir em bases sólidas?

— É exactamente igual à Medicina ou à habitação. Vou-te explicar isso com o problema dos livros e textos escolares. Se mantivéssemos os textos do colonialismo, quem ia falar dos trabalhos da revolução? Quem falaria da nossa poesia, da luta armada? Quem, e onde, explicaria o que foram as áreas libertadas? Quem elogiaria o heroísmo infinito do nosso povo, a sua determinação, a sua coragem, os seus sacrifícios?

Então não era só questão de agarrar os textos velhos e pôr Maputo onde dizia Lourenço Marques ou corrigir: o Zambeze não é um rio de Portugal mas de Moçambique. É algo mais profundo do que isso.

O conteúdo do livro não podia ser mais o antigo. Não é questão de que em vez de estar desenhado um branco fosse um negro. Sabe, as crianças negras só aprendiam a desenhar

crianças brancas. Porque era isso que se lhes ensinava nas escolas do colonialismo. Não aprendiam a desenhar o seu pai ou a sua mãe. Assim eram os professores, assim era todo o sistema educacional.

Pior que isso: para uma criança negra era um martírio ir à escola. Também para os mulatos ou os hindus. Não se a fazia sentir orgulhosa de dizer: "meu pai é operário, meu pai é estivador, meu pai é maquinista". Pelo contrário. Porque ali estavam os filhos dos senhores doutores. "Meu pai é primeiro Oficial". "Meu pai é membro da Direcção disto ou daquilo". "E o teu pai"? "Doutor fulano".

E, depois, vinha a tua vez. E nem sequer podias dizer "Meu pai é agricultor". Não. Porque sendo negro, se cultivava a terra era, de depreciativamente, "machambeiro". Porque a machamba não era considerada agricultura...

E, ao meio-dia novamente a humilhação. Quando

saíamos, os enormes carros vinham buscar as crianças, os "meninos" brancos. Nós não tínhamos a categoria de "meninos".

Eram os livros que refletiam essa realidade que fomos conservar? Impossível.

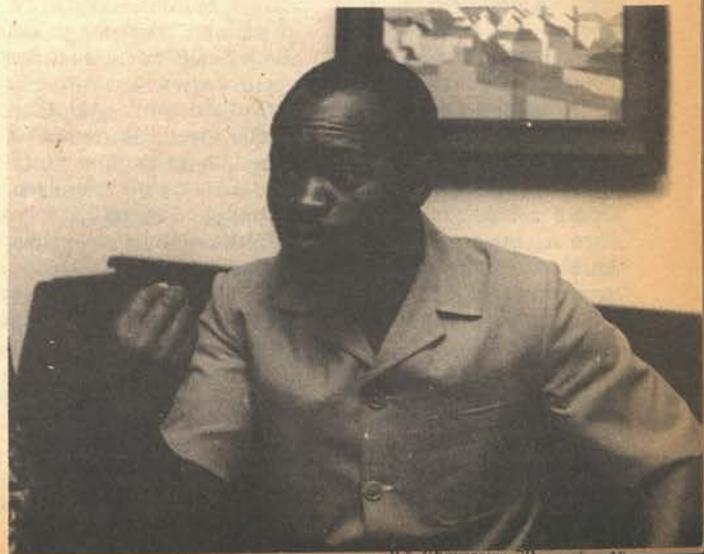
Confiamos na capacidade infinita do nosso povo

É por tudo isso que se explica a alta prioridade que o governo da FRELIMO dá à educação e à saúde?

— Naturalmente. Para nós são questões fundamentais. O processo é irreversível. Repito, é irreversível.

É verdade que temos falhas. Falta-nos experiência. Mas será das nossas falhas que aprenderemos. Conhecemos as nossas insuficiências. Mas confiamos na capacidade infinita do nosso povo. Não sei quantos volumes escreveremos, mas o faremos com a história deste nosso povo.

"...confundem ter sido educado pelo colonialismo português para servir os seus interesses, com conhecer a cultura portuguesa."



Falam da cultura portuguesa, mas, na verdade, há já muito que eles não escreviam. A sua história havia parado. Estava detida no fascismo e, naturalmente, não podiam escrever sobre o fascismo. Tinham vergonha. Agora os portugueses têm de escrever novos livros se querem avançar. Não livros que falem de Salazar ou Marcelo Caetano. De conhecidos capitalistas exploradores. Não. Livros de um novo Portugal.

Existem números estatís-

ticos que ilustrem a nova educação?

— Quando você esteve aqui em 1975 acabávamos de realizar a nacionalização da educação. Desde então avançou-se muito. Hoje, há um milhão e trezentas mil crianças nas escolas, cifra jamais sonhada na época do colonialismo. Quinhentos mil alunos tinham as escolas no ano antes da independência. E, a nossa escola é escola para todos: negros, brancos e mulatos.

*«É preciso educar a população.
Não deixá-la abandonada
a viver nos chiqueiros
que tinha como casas.»*

Também em Moçambique foram nacionalizados os imóveis. Como está a avançar esta medida?

— Com a nacionalização dos imóveis veio outra onda de calúnias. Uma dura campanha. Acusam-nos de ignorantes, de estar a destruir anos de sacrifício, etc...

Desde que proclamámos a independência os colonialistas começaram a ir-se embora: os edifícios e as casas ficaram vazios, grande parte nas mãos dos intermediários. Que faziam estes intermediários? Cobravam o dinheiro das rendas e enviavam-no para contas na Suíça. Ou vendiam as casas às embaixadas e estas tinham que lhes pagar no exterior.

Inclusivamente comentavam com desprezo: "Os pretos não entendem nada deste negócio. Não vão descobrir nada".

Criava-se um novo mercado imobiliário intenso. Muitos recebiam o dinheiro

das suas propriedades no estrangeiro, outros transferiam-nas a propriedade fictícia de moçambicanos negros que apareciam como compradores, mas que, na verdade, estavam a pagar a renda no exterior.

Descobrimos rapidamente o que se estava a passar. Os colonialistas pensam que somos crianças. Em dez anos de luta armada aprendemos a conhecer muito bem os nossos exploradores. Essa é uma velha tática que serviu em certos países. Aqui não.

Quando um negro ia arrendar uma casa, esses intermediários diziam: "Infelizmente já está arrendada. Desculpe. Estamos a fazer as últimas obras na casa para que entrem".

Todos os edifícios estavam arrendados. Mas onde estavam esses que haviam arrendado e que nunca mais vinham ocupar as suas casas?

Eu mesmo mandei uma pessoa arrendar uma casa desocupada em frente ao

hospital. A resposta foi a mesma. Resultado: todas as casas estavam vazias. Alguns eram francos e diziam: "Trazer negros para viver aqui? Para suarem a casa com os seus fogões de carvão? Isso eu não aceito. Prefiro deixar sem arrendar". Esse era um tipo de racismo muito habitual em Moçambique.

Eu não digo que a população negra estivesse preparada para viver nos edifícios da cidade. Porém, quem nasceu preparado? Que sucedeu em Cuba? Qual foi a experiência na União Soviética? É conhecida a história dos camponeses da União Soviética que chegaram a arrancar as portas das casas que lhe entregou a revolução, para fazerem lenha. Outros não sabiam para que serviam as banheiras.

Aqui não fomos excepção. Houve casos de pessoas que usaram as banheiras para plantar. Enchiam-nas de terra e plantavam amendoim e batata doce. É verdade, tivemos esses problemas. Houve até quem tentasse plantar cana-de-açúcar nos lavatórios... E a cultura portuguesa? Porque não foi usada para ensinar ao povo moçambicano como viver numa casa?

Nós tínhamos consciência que isso iria suceder. Mas era um processo necessário. É preciso educar a população. Não a deixar abandonada a viver nos chiqueiros que tinham como casas, por medo que sujassem os edifícios do Maputo.

Como evoluiu o homem, do macaco ao homem? Como? Por acaso quando deixou de ser macaco já usava papel higiénico? Já

calçava sapatos? Ou são coisas que vieram depois, que surgiram como necessidades para preservar a vida, melhorar a vida?

É por racismo, por uma visão estreita das coisas que se diz absurdamente: não sabe nada porque é negro. É o racismo da pior espécie. É ignorância. Desconhecem a sua própria história. De onde surgiu a burguesia? Desde que estão na barriga da mãe já têm educação?

Tínhamos subúrbios cheios de água, inundados a maior parte do tempo. Subúrbios onde não se pode cozinhar, não se pode dormir, porque as casas estavam inundadas. Podíamos deixar de entregar a essa gente as casas vazias da cidade do Maputo, por medo que as sujassem?

Gente que estava condenada a viver com parasitas, cheia de doenças. Nestes subúrbios eram comuns episódios como este: quando o marido saía para trabalhar, a mulher seguia-o com uma toalha e um balde d'água nas mãos. Quando chegava ao asfalto ela ajudava-o a limpar os pés, para que pudesse calçar-se para ir para o trabalho.

Quem construiu esta cidade? O fundamental é que a cidade era o ponto mais alto da discriminação racial. Era o centro do racismo. Não nacionalizámos a habitação só por nacionalizar. Quisemos atacar de frente o racismo. Dissemos: "Vamos conquistar a liberdade para nela viver".

Porque as cidades eram redutos do colonialismo. Eram as bases donde atacavam as forças progressistas. Era nas cidades que escondiam espingardas, munições, granadas, para fomen-

tar a contra-revolução. Aqui alojavam "amigos", vindos da África do Sul, da Rodésia. Aqui, nestes mesmos edifícios que não queriam alugar.

Não se nos pode acusar de havermos sido injustos. Não tirámos a ninguém a casa onde vivia. Você tem duas casas? Pois fica com uma. Com a outra não. Quer construir outra casa no campo? Construa-a. Pode conservá-la. O que não é possível em Moçambique é

fazer das habitações um negócio. Não teria valor o nosso sacrifício de longos anos de luta se tudo isso continuasse.

Como se organizou a vida nas casas?

— A Organização da Mulher Moçambicana, OMM, trabalhou muito. Fez cursos de manutenção das casas, ensinou o povo a viver nas suas novas habitações. E já se começam a ver os resultados.

*«O processo revolucionário
em Moçambique
é irreversível.
Podem matar-me,
não matam o governo.»*

Gostaríamos de fazer-lhe uma pergunta, um pouco fora do contexto do que temos estado a conversar: Como estão actualmente as relações de Moçambique com Portugal?

— Estão a melhorar cada vez mais. Preparamo-nos para enviar uma missão a Lisboa. Porém, ela não será monopólio de nenhum partido português. Falará com quem desejar, em total independência.

Uma última pergunta. Vimos durante esta visita a Moçambique, como o povo se organiza e luta para seguir avançando, para consolidar as conquistas. Mas nem o senhor nem a FRELIMO ignoram que existe uma conspiração permanente contra o seu país e o seu governo. As agressões da Rodésia são um exemplo, mas não o início. Como vê, deste ponto de vista, o futuro imediato?

— Já o disse, mas volto a

reiterar: o processo revolucionário em Moçambique é irreversível. Podem matar-me, mas não matam o governo. Poderiam matar Chissano, Marcelino dos Santos, Chipenda, Guebuza, quem sabe Jorge Rebelo, mas a FRELIMO continuará. Para que possam regressar e retomar as clínicas, os consultórios privados, os escritórios de advogado, para que as escolas voltem a estar nas suas mãos, para devolver os hospitais às missões, teriam que chamar de novo aqui os colonialistas portugueses. E nem assim... nos derrotariam.

Teriam que trazer de volta o general Kaulza de Arriaga...

— Sim, também o Kaulza... Devolver as terras? Derrotar o governo da FRELIMO? Não, ninguém pode fazê-lo. Nem o imperialismo norte-americano.

MEDIO ORIENTE

IRAQUE

Como se utilizam os petrodólares?

*Encruzilhada geopoliticamente decisiva,
onde sumérios, assírios, babilónicos e árabes
implantaram grandes civilizações,
o país rejuvenesce-se e avança
num singular processo revolucionário.*

*Tendo derrotado as multinacionais e recuperado as riquezas
do seu sub-solo, os iraquianos querem que cada dinar
do seu petróleo
contribua para assegurar ao povo a libertação económica
e a mudança social.*

O panorama que nos oferece o percurso aéreo entre Roma e Bagdad é de causar impacto. A costa italiana do Adriático, a região jugoslava de Dubrovnic, com uma multiplicidade de ilhas recortadas sobre um puríssimo azul, formam este mosaico deslumbrante.

A medida em que avançamos sobre os Balcans e a Turquia, sobrevoamos uma sequência infinita de imensas elevações geladas e vales profundos, onde pitorescas

aldeias se incrustam desafiantes nas escarpas. Ver, panoramicamente, o Mar Negro, o Mar de Marmara e Istambul já é, por si mesmo, um espectáculo pouco comum para quem não é piloto nem astronauta.

A planície iraquiana cortada pelo Eufrates e pelo Tigre abre, por assim dizer, as portas de Bagdad.

Não é possível chegar a esta histórica cidade sem pensar que estamos a penetrar num espaço geográfico no qual através de mi-

Neiva Moreira

lénios sucederam distintas civilizações. A menos de cem quilómetros daqui se encontram as ruínas da Babilónia e no museu do Iraque se guardam como tesouros os testemunhos de sumerinos, assírios, babilónicos e árabes.

Também é impossível evitar que sobre a história real se projecte a lenda e a

mitologia. Como deixar de fazê-lo quando aqui mesmo ao lado do hotel — onde somos atendidos por jovens egípcios fugitivos da crise económica do seu país, vestidos com coloridos trajes tradicionais — o clube nocturno se chama “Mil e Uma Noites”.

Um pouco mais adiante está a estátua de Ali Bába, com uma serva honrada e engenhosa a “matar” dia e noite, ano após ano, os quarenta ladrões que haviam ocultado numa caverna o tesouro dos seus roubos.

No entanto, a Bagdad de hoje pouco tem a ver com a mitologia ou a imagem a que nos habituou a literatura escapista do colonialismo. Os monumentos islâmicos, as mesquitas, os minaretes estão ali a dominar a paisagem urbana. Porém o que surpreende nesta cidade é o clima renovador que sacode, com o impulso

do petróleo, a poeira dos séculos.

Bagdad está-se a modernizar e nesta transformação há duas linhas que devem coincidir: uma certa fidelidade à arquitectura árabe-islâmica e a preocupação de harmonizar o plano geral de reformas com o desenvolvimento global da nação.

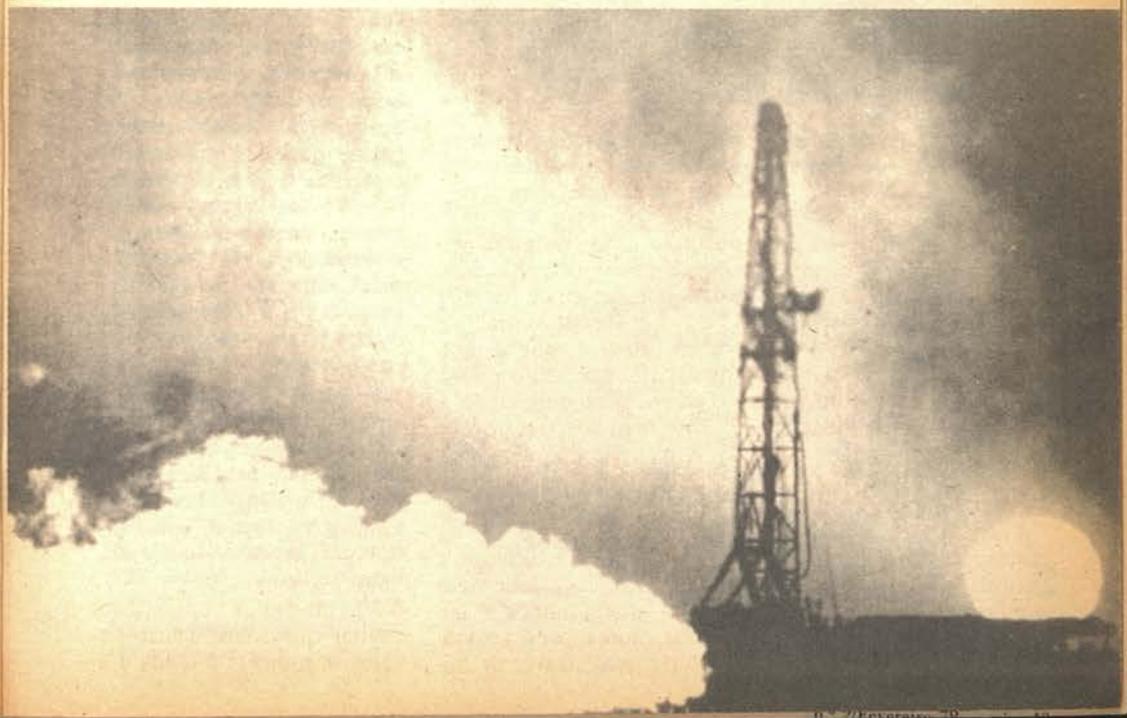
A empresa que assessora a urbanização de Bagdad é polaca e é a mesma que elaborou o projecto de reconstrução de Varsóvia depois da Segunda Guerra.

Um dos arquitectos que trabalhou na capital polaca disse-nos uma vez em Varsóvia que a pressão da falta de vivendas e o desejo popular de não ver alteradas as características da cidade os havia impedido de aproveitar a destruição quase total para fazer uma urbe inovadora, no estilo de Brasília. Apresentar-se-ia o mesmo problema aqui? —

perguntámos a um alto funcionário que trabalha no projecto de Bagdad.

— “O problema é distinto. Primeiro estamos a modernizar Bagdad e não a reconstruí-la. Em segundo lugar, o colonialismo desfigurou de uma tal maneira a nossa cidade com o seu propósito de transformá-la numa urbe ocidentalizada e consumista, que existe uma aspiração generalizada de que as obras em curso sirvam para restaurar, sobretudo nos edifícios públicos, o nosso estilo árabe-islâmico. Vamos melhorar o trânsito assegurando quatro grandes vias de acesso e circulação e multiplicaremos as áreas verdes com um adequado aproveitamento do rio Tigre.

Não perdemos de vista que somos a capital de um país em processo revolucionário. Evitaremos que o desenvolvimento implante aqui os erros das metrôpo-



les capitalistas. Bagdad é hoje uma cidade sem poluição e não queremos que isso mude. As indústrias velhas estão a ser transferidas para áreas apropriadas e as novas não somente devem evitar a contaminação como também assegurar aos operários as melhores condições de trabalho. Não desejamos uma cidade faraônica de luxo e ostentação," — conclui.

Uma sociedade modesta

Um dado surpreendente no Iraque de hoje: com o orçamento anual de um dos maiores produtores de petróleo no mundo, é no entanto um país modesto e preocupado em empregar eficazmente estes recursos.

Não vimos em Bagdad aqueles automóveis "quilométricos" que desperdiçam gasolina, nem restaurantes sofisticados, nem hotéis de luxo. O "Dar-Es-Saalan" onde nos hospedámos, o "Bagdad", o "Agadir", o "Ali' Babá", são modernos e confortáveis mas desprovidos de ostentação.

Para a conferência cimeira do Movimento de Países Não Alinhados de 1982 — que será no Iraque — pensa-se construir um hotel de

400 quartos no qual funcionará a assembleia e hospedar-se-ão as delegações.

Realmente só encontramos pelas ruas modelos de automóveis de três, quatro ou mais anos. Isto nos faz recordar Montevideu, a cidade do mundo que mais conserva os seus velhos carros, ainda que ali isto se explique: o Uruguai não tem petróleo.

— "O problema é que a importação de um carro aqui obedece a regulamentos muito estritos. Muitas vezes demora mais de um ano. Preenchem-se muitos papéis e entra-se numa bicha tão longa que desanima," diz-nos um diplomata ocidental.

Na realidade isto não ocorre por acaso. É o resultado de um processo revolucionário e do seu projecto económico. A sociedade que encontramos é essencialmente discreta. Nem casas aristocráticas nem privilégios chocantes. Nota-se essa preocupação com a simplicidade principalmente a nível do partido e do governo.

O boom económico desencadeado pelo petróleo poderia estar a formar uma casta de novos ricos, ligados à exportação e à importação. No entanto o

controlo estatal do comércio exterior é hoje superior a 90 por cento.

Por outro lado a ampla distribuição de licenças de importação directamente às pequenas empresas, está a desestimular a formação de uma grande burguesia compradora.

Dos quatro mil milhões de dólares de importação do ano passado, foi muito pouco o que escapou aos canais do Estado. Convém assinalar que 40,2 por cento destas importações foram de bens de capital ligados a grandes projectos de desenvolvimento económico.

Quando visitámos Bagdad não havia filmes para fotografia a cores nem mesmo nas lojas especializadas em produtos estrangeiros.

— Desculpe-nos mas este produto não se encontra na nossa lista de prioridades, explicou-nos o gerente.

— Como impedir as contas secretas em bancos suíços?

— Olhe, não digo que não existam pessoas que quiseram abrir contas na Suíça. Mas devem andar muito ocultas, muito discretas. Se o governo as descobre o castigo será muito severo, confidencia-nos o representante de uma empresa europeia que participava na feira internacional realizada em Bagdad no ano passado.

Esta não é a realidade de outros países do Golfo cujos governantes perderam a cabeça com as divisas do petróleo e dissipam-nas nos centros nocturnos ocidentais ou investem-nas nos Estados Unidos ou na Europa.

— Não se esqueça que nós não temos "cheiques",



somos um país revolucionário — lembra-nos um jornalista iraquiano com quem comentávamos o episódio.

Os planos de desenvolvimento

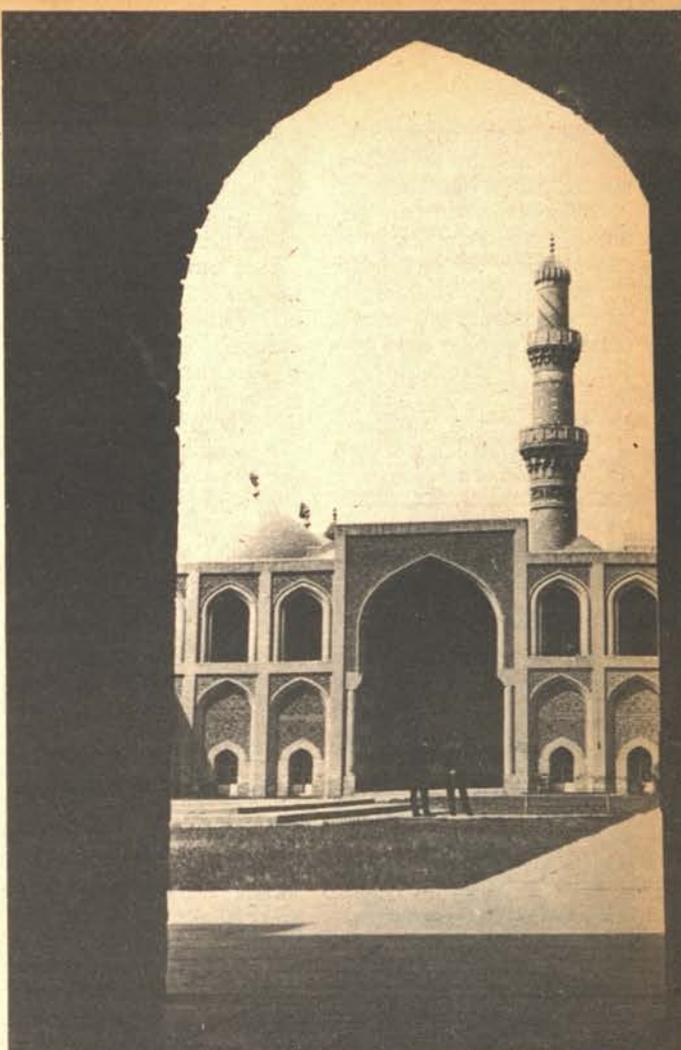
A austeridade é uma das características essenciais do actual regime, dirigido pelo grupo mais representativo do Partido Árabe Socialista Ba'th, que assumiu o poder em 1968.

Desde então o país atravessa um rígido projecto de reconstrução nacional. Todos os recursos disponíveis são canalizados para esta meta mediante a planificação, elemento básico do socialismo.

O Plano Quinquenal vigente prevê um investimento superior a 36 mil milhões de dólares. Em 1977 o investimento público foi da ordem dos 8 milhões. Três mil para a indústria e o resto distribuído entre a agricultura, os transportes e a construção. A taxa de crescimento económico foi de quase 10 por cento e o investimento público em áreas de interesse social cresceu, entre 1967 e 1974, num ritmo impressionante: educação 146 por cento; serviços sociais 452 por cento, informação e cultura 1030,8 por cento e serviços sanitários 251,6 por cento.

O Iraque está hoje a caminho de uma rápida industrialização. Petroquímica, cimento, têxteis, fertilizantes, processamento de óleos vegetais, montagem de tractores e veículos, e um gigantesco plano de obras públicas que cobre todo o país, inclusivamente o Kurdistão.

Esta região que até há



A preservação da arquitectura islâmica é uma das metas dos planos urbanísticos de Bagdad.

pouco foi o cenário de uma rebelião que contou com um evidente apoio do imperialismo, hoje está tranquila e integrada no trabalho nacional. Quando visitámos Bagdad, voltava do Kurdistão um grupo de parlamentares suíços que permanecera uma semana entre os kurdos, encontrando-os no seu melhor momento de integração na comunidade iraquiana.

O Oitavo Congresso do Partido Ba'th, que inspirou ideologicamente o actual Plano de Desenvolvimento, colocou ênfase especial na

ampliação dos recursos estatais destinados à educação, saúde e habitação, assim como no controlo de todos os projectos económicos por parte do Partido e das organizações operárias. O ensino é gratuito inclusivamente na universidade e encontra-se em construção uma rede hospitalar de nível internacional. Muitos médicos iraquianos que estavam a trabalhar nos Estados Unidos ou na Europa ocidental voltaram ao seu país.

Existe uma estreita vinculação entre a educação e

Iraque os planos de desenvolvimento. Quando se elaboraram os planos quinquenais, os ministérios enviam ao Ministério da Planificação a sua previsão de necessidades para os anos vindouros. As universidades são orientadas para atender estes pedidos. Se é necessário reforça-se-lhes o orçamento ou transferem-se estudantes de uma faculdade a outra, com bolsas do governo.

Os avanços da reforma agrária

O aumento do poder aquisitivo da população e os subsídios aos alimentos aumentaram enormemente a procura. Apesar do Iraque ser virtualmente um país autosuficiente em produtos agrícolas — já o era nos tempos da Mesopotâmia — foi necessário aumentar o volume de importações de carne e trigo, procedentes da Austrália e também da Argentina.

Com os avanços da Reforma Agrária, o governo espera restabelecer a auto-suficiência agrícola. Grandes projectos estão a ser executados para aumentar a produção de carne bovina, aves e ovos. Os trabalhos de irrigação avançam com êxito e a mesma alcançará um grande impulso quando estiver concluído um canal de 156 quilómetros a unir o Tigre ao Eufrates.

A Reforma Agrária está longe de ter alcançado a sua meta definitiva. Porém, é inegável que já transformou em grande medida as relações de produção no campo.

Dos 58 milhões de hectares de terras cultiváveis, 28 já estão a ser trabalhadas sob forma cooperativa e

mais de seis milhões pertencem a fazendas do estado ou estão a ser exploradas colectivamente pelos camponeses.

Para travar o êxodo rural estão a ser criadas em muitas regiões polos agro-industriais, com a melhoria simultânea dos serviços públicos e com a criação de novos empregos.

A emigração para as cidades é desencorajada mediante projectos que dotam toda a aldeia, incluindo as das regiões mais distantes, de serviços públicos essenciais e inclusivamente, com telefone e televisão a cores. As universidades estão a diversificar as sedes das suas faculdades de modo a atender também o interior da República.

No entanto, o Iraque enfrenta sérios problemas, quer os remanescentes dos velhos tempos, quer os que surgiram com o próprio processo de desenvolvimento. O país dispõe de um único porto internacional e quando este consegue manipular toda a carga que chega, o engarrafamento se produz nas estradas. Grandes obras de infraestrutura estão em curso no sector dos transportes, mas ainda levará algum tempo até que o Iraque disponha de uma rede de portos, aeroportos e estradas adequadas ao seu ambicioso projecto de desenvolvimento económico.

A batalha da História

É evidente que tudo isso seria impossível sem duas condições fundamentais: primeiro, uma revolução, segundo, o petróleo.

Ter petróleo, porém, não significa necessariamente que os seus benefícios che-

guem ao povo. No caso do Iraque a participação dos recursos petrolíferos em investimentos públicos é enorme, mas foi necessário primeiro recuperar esta riqueza das mãos das multinacionais.

A participação petrolífera no orçamento nacional subiu de 17,7 por cento até 75,6 por cento em 1974. Actualmente atinge cerca de 90 por cento e está a produzir 94 por cento das divisas.

A história da luta do Iraque contra os monopólios petrolíferos europeus e norte-americanos está intimamente ligada ao seu processo revolucionário e por isso assinalávamos que, para que as riquezas sejam canalizadas rumo ao povo, é necessário, além do petróleo, uma revolução.

— Os números — precisa o Ministério da Planificação — demonstram claramente a importância económica, financeira e monetária das receitas obtidas pelo Iraque na exportação do seu petróleo, que antes da nacionalização era feita por monopólios estrangeiros. Ao controlarem esses recursos, as empresas estavam então em situação de influir directamente sobre o Plano Nacional de Desenvolvimento, executar projectos industriais, agrícolas ou de outra natureza, influenciar o Orçamento do Estado e por conseguinte os serviços públicos de natureza educacional, sanitária ou cultural. Do mesmo modo, por intermédio da balança comercial, os monopólios podiam influir no programa geral das exportações e das obrigações do Iraque face a Estados e organismos estrangeiros.

Não vamos aqui recordar

a luta dos iraquianos pela recuperação do seu petróleo. Assinalemos apenas que foi uma batalha dura e longa do actual regime ba'thista.

Dois grandes passos, entre outros, marcaram esta batalha: o decreto de nacionalização do 1.º de Junho de 1962, quando expirou um ultimato do governo às empresas estrangeiras e Outubro de 1973, quando os interesses norte-americanos, os da Royal Dutch e os da companhia Gulbenkian foram transferidos para o Estado, em plena guerra do Sinai.

Assim, mais de 85 por cento de todas as etapas de extração, processamento e comercialização do petróleo iraquiano ficaram nas mãos do Estado. "A batalha em que nos lançámos contra as companhias petrolíferas," declarou o presidente Ahmad Hassen Al-Bakr, foi uma dessas que, a justo título, se chamam de batalhas da História.

O governo iraquiano conhecia perfeitamente as implicações internacionais da iniciativa que tomava. Não somente tomaram-se medidas para aumentar a eficácia das empresas nacionalizadas como também se fortaleceu a defesa dos preços do produto através da

OPEP, organização da qual o Iraque é um dos principais membros.

Oleoductos, refinarias e petroquímica

Por outro lado, pela primeira vez os árabes usaram esta riqueza a favor da sua causa, como arma de guerra e este é um êxito que em grande parte se pode atribuir ao Iraque. "Fomos nós, recorda o vice-presidente do Conselho da Revolução, Saddam Hussein, os primeiros a lançar a palavra de ordem de utilização do petróleo como uma arma de guerra, antes da guerra e em plena guerra. E o fizemos seriamente, começando por aplicar imediatamente esta política."

Os iraquianos não pretendem ser somente produtores e exportadores de petróleo bruto. O Oitavo Congresso Regional do Partido Ba'th tinha já feito esta precisão: "Uma política económica baseada na exportação de petróleo bruto é retrógrada e não corresponde às ambições nacionais árabes. Não nos pode assegurar uma posição de influência na política petrolífera mundial."

Todo um projecto de industrialização petrolífera está em marcha desde en-

tão. Um oleoducto de 665 quilómetros ligou os dois sectores produtivos, do norte e do sul. Outro canaliza o petróleo de Kiruk até ao Mar Mediterrâneo através da Turquia. Um porto de águas profundas capaz de receber petroleiros de mais de 120 mil toneladas está em construção no Golfo Árábico.

Gigantescos navios foram comprados para a empresa estatal Companhia Iraquiana de Petroleiros, fundada em 1972 e novas refinarias foram agregadas às já existentes.

Tudo isso conflui numa poderosíssima indústria petroquímica prestes a entrar em pleno funcionamento e que assegurará a maior participação do país nos benefícios dos seus hidrocarburos.

O não-alinhamento

Na recente cimeira dos países árabes em Trípoli, a delegação iraquiana assumiu uma posição de princípios que, embora incompreendida pelos demais países da Frente da Rejeição, foi rotulada de "extremista" pela imprensa multinacional.

Seria mais justo dizer que foi uma atitude fiel à linha ideológica e política da revolução iraquiana: total apoio à causa palestina e ao processo de libertação económica e social deste vasto conglomerado de povos que é o Mundo Árabe.

No entanto, não é só no campo árabe que os iraquianos actuam desta maneira. A posição do seu governo no Movimento de Países Não Alinhados o demonstra: "Apoiamos a política de não-alinhamento

A protecção à pequena empresa é uma das preocupações da política económica do Iraque.



Iraque
com todas as nossas forças. Realizamos esforços decididos para aumentar a influência dos países não-alinhados e para aprofundar esta política no plano internacional. O não-alinhamento é uma política séria, indispensável para a consolidação da paz e estabilidade no mundo e para permitir aos povos que ascendem à independência uma melhor defesa da sua liberdade”, declarou o presidente Al-Bark. E precisou os pontos-chaves desta política internacional: “O governo revolucionário do Iraque tem levado adiante com firmeza a sua política de oposição ao colonialismo, ao imperialismo e ao apartheid. Tem apoiado, por todos os meios à sua disposição, todos os movimentos de libertação no mundo e a luta contra a discriminação racial.”

A orientação das relações económicas do Iraque no sentido de consolidar o seu intercâmbio com os países socialistas e do Terceiro Mundo é um aspecto objectivo desta política. “Só recorreremos aos países capitalistas industrializados quando os nossos ambiciosos planos exigem uma tecnologia especial que somente neles pode ser encontrada. Preferimos sempre países que, como o nosso, tentam sair da dependência”, esclareceu-nos Borham Mohamed Nury, um alto funcionário do Ministério do Comércio.

Dentro desta orientação o Iraque está a aumentar muito os seus contactos com os países em desenvolvimento. Delegações suas tem visitado vários países latino-americanos; O país compra “jeeps” na Índia, maquinaria de médio porte

no Paquistão, veículos no Brasil, produtos manufacturados na Turquia.

“Vejam, diz-nos Nury, o campo de intercâmbio com os países em desenvolvimento é imenso. Poder-lhe-ia dar muitos exemplos mas só comentarei o mais recente; a compra dos “jeeps” à Índia nos permitiu reduzir a nossa dependência dos países capitalistas industrializados em matéria de transportes, ao mesmo tempo em que ampliamos o nosso intercâmbio com povos que, como o nosso, buscam a sua emancipação económica.”

Os funcionários iraquianos ligados ao comércio externo com os quais conversámos, manifestaram sempre uma grande preocupação em ampliar os vínculos económicos e culturais com a Ásia, África e América Latina. Receberam com satisfação a presença de alguns países latino-americanos na Feira Internacional de Bagdad, projectam enviar delegações à América Latina e consideram um passo importante o facto da sua empresa de aviação estar a estender brevemente as suas linhas ao México.

A recente visita do vice-presidente do Conselho de Estado de Cuba ao Iraque foi saudada como uma prova do “desejo de ambos os países em robustecerem as suas ligações em benefício da construção socialista que realizam.” Numerosos acordos no campo da cooperação técnica, industrial e financeira foram assinados. Alguns destes acordos firmados por Carlos Rafael Rodriguez e Najih Mohammad Khalil, Ministro iraquiano da Indústria e Comércio, relacionam-se com

o desenvolvimento da indústria açucareira.

Passado e presente

Ao mesmo tempo que constroem gigantescos oleoductos, terminais marítimos, imensos complexos industriais, reformam Bagdad e modernizam a vida do país no contexto de uma revolução vitoriosa, os iraquianos não se esquecem a sua história e tomam-na sempre como ponto de referência.

Neshua, formada num curso de espanhol de quatro anos, leva-nos a visitar um parque público de Bagdad, a reprodução dos jardins suspensos da Babilónia construídos antes de Cristo pelo rei Nabucodonosor para conservar o amor de uma camponesa da montanha que não conseguia adaptar-se à planície mesopotâmica. Também existe ali uma reprodução do Código de Hamurabi, que pelos seus avanços políticos e sociais, hoje, milénios mais tarde, ainda não é aplicado em muitas partes do mundo.

Não é por casualidade que o espaço geográfico iraquiano foi o berço de grandes experiências humanas: sumérios, assírios, babilónios, árabes. Através da história foi uma encruzilhada vital das correntes da civilização e da cultura. Pela sua posição geopolítica sempre jogou papéis de protagonista na história. Integrados na vanguarda do Mundo Árabe, os iraquianos orgulham-se da revolução que estão a realizar e evocam o seu passado como uma referência que estimula e apoia novos avanços.

ISRAEL

Resposta sem surpresas



O impasse em que se debatem as negociações egípcio-israelitas era previsível. No Médio Oriente, qualquer acordo que exclua os palestinianos, e não contemple a prévia evacuação dos territórios árabes ocupados, está condenado ao fracasso. Que acontecerá agora?

POUCAS semanas depois da viagem do Presidente Amuar El Sadat a Israel, esse gesto espectacular começa a desintegrar-se. Montada em Washington com o objectivo de dividir os árabes e debilitar a sua posição política e militar, essa operação necessitaria pelo menos, para uma mera aparência com êxito, de dois requisitos prévios: concessões de fundo, do governo israelita e,

pelo menos, uma certa imparcialidade dos Estados Unidos.

Não era necessário ser advinho para antecipar o fracasso dessa iniciativa. Seguramente Menhamen Beguin não pensaria passar à História como um governante que, por amor à justiça internacional, sacrificaria os interesses e os objectivos expansionistas de Israel. Mas se, por uma des-

sas contradições da vida pública, tivesse tentado fazê-lo, não teria encontrado para isso a menor possibilidade interna. Do mesmo modo, o Presidente Carter ainda que o desejasse — e não há nenhum indício de que realmente o desejara — nunca poderia tomar nenhuma iniciativa no Médio Oriente que contrariasse o imenso "lobby" sionista nos Estados Unidos.

Por outro lado, nenhum

Israel governo árabe, nem os mais reaccionários como os de Arábia Saudita e Jordânia, poderia aceitar um acordo com Israel sem que este evacuasse, sem condições, os territórios que ocupou na guerra de 1967 e defenisse o reconhecimento de Estado Palestiniano Independente.

Desde o princípio das negociações, Israel deixou muito claro, que a exigência árabe era inaceitável. O plano do primeiro-ministro Menhamen Beguin demonstrou-o e, por isso, o pouco e irrelevante que concedeu, foi o suficiente para provocar uma tempestade interna e levantar a oposição dos principais grupos políticos e militares do País.

Assinala-se que Beguin não enganou ninguém. Ao apresentar o seu projecto no Parlamento, proclamou enfaticamente: "Este é um plano Sionista". E é.

Em resumo, o que se oferecia aos palestinianos da margem Ocidental do Jordão era uma autonomia administrativa e cheia de condicionamentos e, o mais grave: sob a ocupação militar do exército israelita.

"Ofereceu-nos menos direitos que, os que a África do Sul concede aos negros. A Suazilândia têm mais direitos, do que, os que teríamos com este plano." — declarou Arafat.

Os colonatos

No entanto no Sinai, a exigência da desmilitarização era um condicionamento que nenhum governante egípcio, incluindo Sadat, poderia aceitar. Seria alienar direitos milenários sobre territórios tão egípcios como as pirâmides ou o Delta do Nilo.

O estatuto da autonomia que o governo de Madrid outorgou à Catalunha e ao país Basco é seguramente menos restritivo que o plano Beguin para a Cisjordânia. Note-se que as diferenças geográficas e históricas são absolutas. As terras que hoje Israel reclama como suas, foram ocupadas militarmente apenas há dez anos. Os palestinianos e os árabes em geral nunca aceitaram essa ocupação. A Comunidade Internacional, (através das Nações Unidas), convidou Israel repetidas vezes a evacuar esses territórios. Propor um acordo "pacífico" com base na perpetuidade dessa ocupação, é hoje, mais que uma ofensa aos árabes, um desafio à consciência internacional.

No seio do próprio governo, a oposição e sabotagem ao plano, começaram imediatamente depois da sua aprovação. Se bem que se prometera aos palestinianos que dentro de 20 anos poderiam opinar sobre a jurisdição do território actualmente ocupado por Israel, Moshe Dayan, Ministro dos Negócios Estrangeiros, foi categórico ao declarar, que de maneira nenhuma o exército israelita abandonaria a Cisjordânia. Outro "falcão" do governo, o general Ariel Sharon, actual ministro da Agricultura apresentou um projecto que cria novos colonatos judíos nas regiões ocupadas.

A comunidade judaica de um colonato planeado na Galilleia, já tinha tomado a decisão de trocar o nome de "Kibbutze Frud" pelo de "Amuar el Sadat". Entretanto o próprio primeiro-Ministro Beguin reservava para si, uma dessas coló-

nias na região de Yamit, na periferia da faixa de Gaza, uma quinta em que pensa residir quando se retirar da política ao completar 70 anos de idade.

A decisão oficial sobre a proposta do general Sharon foi típica da conduta do governo: rejeitou a criação de novos colonatos mas determinou a ampliação dos já existentes. o próprio Sadat, tão complacente com os seus amigos de Telaviv, teve que manifestar a sua discordância. "O governo egípcio — decrara uma nota oficiosa do Cairo — julga que esta política (criação de novos povoados em territórios árabes ocupados) não serve de modo nenhum aos actuais esforços de paz e põe em dúvida a seriedade e a sinceridade dos israelitas neste esforço".

As ambiguidades de Carter

Uma das cartas de triunfo com que contava o presidente egípcio, desvanecia-se assim pela atitude intolerante do governo israelita. Mas não seria diderente nem menos desencorajadora a atitude do governo norte-americano, com o qual desde o início deste infeliz episódio proclamava contar o Presidente Sadat.

Poucos mandatários norte-americanos terão sido tão ambiguos como o Presidente Carter nas suas declarações sobre o Médio Oriente. "É um amador que não pode manter uma opinião, e muda com uma velocidade espantosa", declarou o líder da Organização para a Libertação da Palestina.

Desde a sua declaração de apoio a uma "entidade palestina", forma elíptica



Sadat: o fracasso de uma política de capitulação.

de admitir um estado palestino independente, até à sua recente receita de uma Pátria palestina ligada à Jordânia em federação ou confederação muito estreita — naturalmente sem OLP e consequentemente sem Arafat — Jimmy Carter dançou segundo a música.

Na verdade, actua de acordo com as circunstâncias, mas de nenhum modo se afasta da linha de total apoio a Israel. A sua adesão entusiasta ao plano de Begin é típica dessa fidelidade. Também neste caso Sadat considerou que as declarações da Carter não ajudavam aos seus esforços em prol da paz. Ainda assim

fez o possível e o impossível para que Carter lhe concedesse 50 minutos em Asuam para uma reunião que em nada mudou a posição norte-americana.

E então, o clima de euforia da imprensa oficial do Cairo e os meios informativos capitalistas de todo o mundo foi de desvanecendo. Tanto Sadat como Begin, recomeçaram a recriminar-se mutuamente transferindo para os Comités Políticos e Militares criados na conferência de Ismailia, as análises para os problemas que não podem ser solucionados a alto-nível. Este é um velho hábito parlamentar: quando não há solução para um proble-

ma envia-se o mesmo para uma comissão que em geral o sepulta dissimuladamente.

O que não deixa dúvidas é que, o chamado "Grande acordo de paz" pelo qual Sadat e Begin ganharam o direito a muitas caricaturas de revistas do mundo, está a enfrentar dificuldades que já não podem ser ocultas.

UM ACORDO FRUSTRADO

Nada do que aconteceu poderia constituir uma surpresa a menos que se quizesse transformar num "Vaudeville" um dos problemas mais complexos e profundos dos nossos tempos.

E por ter essas características é que não seria possível imaginar que por detrás do gesto de Sadat e do sorriso de Begin houvesse algo mais do que uma tentativa aventureirista de um acordo de paz. Do mesmo modo é impossível imaginar um acto político e diplomático dessa magnitude englobando dois governos, hoje bastante dependentes dos Estados Unidos, sem a responsabilidade direita da Casa Branca.

Sadat já disse que agiu segundo as sugestões que Carter lhe mandara pelo seu próprio punho.

Talvez o governo egípcio, por ingenuidade ou demasiada confiança nos seus novos amigos, entrou nessas tentativas sem uma análise adequada do seu desenvolvimento, mas não se podia esperar o mesmo da diplomacia norte-americana. Ainda que tivesse motivos para confiar que poderia impor a Sadat uma paz negociada, segundo o modelo norte-americano, é im-

pensável que a diplomacia de Washington não estivesse informada da posição palestina e dos demais países árabes.

Em suma: Washington não podia desconhecer que nenhuma paz no Médio Oriente será efectiva sem os palestinianos, sírios e os países árabes progressistas como a Argélia, Iraque, Líbia e o Yemen do Sul.

E porquê terá preparado e estimulado as negociações directas e egípcio-israelitas se não desconhecia a invalidez de um acordo? Estariam Sadat e Begin comprometidos a celebrar uma paz em separado com a devolução do Sinai, desmilitarizado ou ocupado por forças internacionais, com a continuação do domínio militar israelita na Cisjordânia e no Golan?

E se era esse o preço dum paz negociada porque não resultou com êxito?

As reacções árabes

Muitos aspectos deste estranho episódio continuam, e continuarão por muito tempo desconhecidos.

Um colonato israelita: ponta de lança de um expansionismo galopante.



dos. Ainda não se tem informações sobre as verdadeiras reacções das Forças Armadas egípcias no momento de tornar conhecido o alcance das concessões do governo. Nas várias capitais do Médio-Oriente especula-se que uma paz em separado entre Israel e Egipto era a meta dessas negociações bloqueadas por uma dupla oposição. A do exército egípcio e a de quase todas as nações árabes.

A resistência das Forças Armadas egípcias foram bastante estimuladas pela unidade do Mundo árabe contra a capitulação. Carter considera que a Arábia Saudita e a Jordânia apoiaram a actuação do presidente Sadat, mas na verdade esse facto parece não ter passado de uma solidariedade verbal que não significava uma mudança de posição frente à crise do Médio-Oriente. O rei Hussein elogiou a coragem do seu colega egípcio mas advertiu-o que qualquer acordo no Médio-Oriente sem a retirada israelita dos territórios, árabes ocupados, seria sumamente precário e não

podia contar com o apoio do seu governo.

Por outras palavras: A solução que a Jordânia propunha não era a fórmula elaborada pelo governo israelita com o apoio norte-americano.

Também os suaditas, ainda que, com expressões elogiosas ao gesto de Sadat, deixaram muito claro as suas exigências de uma solução que não era precisamente a que estava ser encaminhada. O príncipe herdeiro suadita Fahd Ben Abdel Aziz, muito conhecido pelas suas ternuras "pró-norte-americanos", contestou, com aspereza uma declaração balofa e falha de realismo político, do assessor de Carter, Zbigniew Brzezinski segundo o qual as negociações Sadat-Begin significaram um adeus à OLP ("By, By, OLP") "O povo palestiniano — declarou o Príncipe Fahd — elegeu a OLP para assumir responsabilidade da sua representação e isso foi aprovado pelo Estados Árabes. O próprio rei Hussein foi o promotor da resolução da conferência de cúpula de Rabat em 1974 que reconheceu a OLP como a autêntica representante do Povo da Palestina. Não vejo actualmente nenhuma diferença entre os palestinianos que vivem na Cisjordânia, Gaza ou no exterior."

Rejeição à capitulação

Se esta foi a posição da Arábia Saudita, base operacional dos Estados Unidos no Mundo Árabe, que não dizer das atitudes das imensas correntes progressistas desse conglomerado estados árabes. Desde a visita de Sadat à Jerusalém ocu-



Segundo o "Plano Begin" as tropas sionistas devem permanecer nos territórios árabes ocupados.

pada, sucedem as manifestações de rejeição à capitulação. Os intelectuais árabes opinam contra, os sindicatos portuários boicotam os barcos e aviões egípcios, em todos os portos e aeroportos árabes, estudantes e nacionalistas e revolucionários chamam à resistência e a luta.

Apesar das vacilações de alguns e contradições de outros, uma vasta frente anticapitulacionista consolida-se no mundo árabe. O presidente Bumedien, visita o Yemen do Sul, e um semanário governamental de Aden, Al-Zuari disse que os dirigentes dos dois países analisaram "a continua submissão do presidente egípcio telectuais árabes opinam contra, os sindicatos portuários boicotam os barcos e aviões egípcios, em todos os portos e aero-

portos árabes, estudantes e nacionalistas e revolucionários chamam à resistência e a luta.

Apesar das vacilações de alguns e contradições de outros, uma vasta frente anticapitulacionista consolida-se no mundo árabe. O presidente Bumedien, visita o Yemen do Sul, e um semanário governamental de Aden, Al-Zuari disse que os dirigentes dos dois países analisaram "a continua submissão do presidente egípcio aos planos sionistas e imperialistas" e discutiram uma estratégia para enfrentar a situação criada.

Em Beirute o conselho Central do Movimento Nacionalista Libanês reafirma a sua confiança em que o "povo egípcio derrotará a política capitulacionista de Sadat".

O Diário iraquiano "Al Tawrah" o mais influente do país, disse que as negociações de Sadat são inaceitáveis e advertiu que "a Nação Árabe é invencível porque jamais aceitará uma derrota."

A agência palestina de notícias "Wafa" assinalou que "o povo palestino está determinado a enfrentar as ridículas e insultuosas propostas, que não são mais que a transformação em sugestões específicas dos princípios colonialistas de Begin e seus patrões norte-americanos."

No Kwait, o governo manifestou a sua desaprovação categórica, às mesmas propostas. Abdul Aziz Hussein, Ministro do Estado disse que para o Kwait "a organização para a libertação da Palestina OLP é a única representante do povo palestino."

Israel Denunciando o que chamam "a traição de Sadat", continuam as manifestações de massa na Líbia. Entretanto nos territórios ocupados, os alcaides e todas as organizações populares opõem-se ao plano de Begin.

Numa demonstração de apoio à luta árabe, o governo dos Emiratos, decidiu ampliar 15 novas empresas à lista negra das companhias que mantem vínculos comerciais com Israel.

Em Beirute, Yasser Arafat foi o principal orador dum grande acto público em honra da causa palestina.

Ao seu lado estava o dr. Habbashe, o mais radical dos dirigentes palestinos, quem reiterou o seu apoio à unidade das organizações revolucionárias do seu País.

No seu discurso Arafat disse: "Combateremos até à morte para libertar a Palestina. E para isso estamos preparados a oferecer milhares de centos de milha-

res de mártires. A revolução palestina nunca cairá de joelhos, nunca se arastará, há-de combater até à morte ou à vitória.

O futuro

Quais serão os desdobramentos futuros da situação do Médio-Oriente? Ainda é cedo para dizer. Qualquer que sejam os novos passos de Carter Sadat e Begin deve-se contar com um factor fundamental que é a unidade árabe.

Tudo indica que este episódio está a esvaír-se e parece inevitável um fracasso da chamada "gestão Sadat". Não seria de estranhar que amanhã o presidente egípcio voltasse a tomar o microfone da rádio de Cairo, que ocupa com tanta frequência, para dizer que fez o sacrifício máximo, que se poderia pedir a um dirigente árabe, quer dizer, tratar dum acordo com Israel, mas que os dirigentes deste país não entenderam a grandeza do

seu gesto. Buscará assim reencontrar o apoio dos árabes, proclamando-se uma espécie de mártir da sua causa.

Como temos analisado, pormenorizadamente na edição anterior da nossa revista a atitude do presidente Amuar El Sadat não foi improvisada, nem constituiu um mero gesto de espectacularidade política.

Foi pelo contrário o corolário de um largo processo de negação da experiência nasseriana, de afastamento às aspirações das massas árabes e de aliança com os sectores mais reaccionários árabes e ocidentais.

Nenhuma mudança táctica frente a Israel ou à política norte-americana para o Médio-Oriente resultará efectiva se o Egipto não procura o seu caminho na linha da revolução árabe.

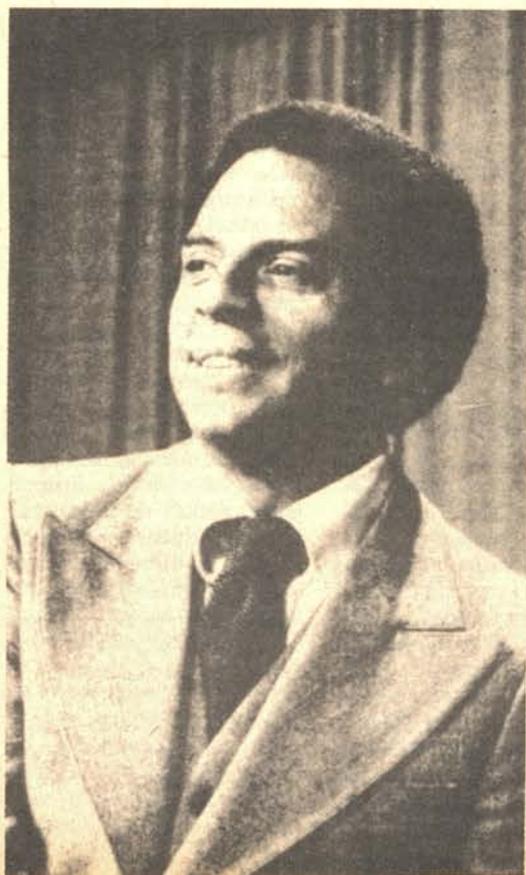
Serão os egípcios, talvez um futuro muito próximo, os que terão a palavra final.



Cena da acção repressiva das forças de ocupação, na Cisjordânia

AFRICA

A política africana de Carter



*A linha de Washington
não é novidade.
Já em 1963
um documento secreto
traçava as suas linhas principais.
O problema chave
para o Governo
norte-americano é o de
fazer uma transferência
gradual do poder
para uma liderança africana
favorável ao
investimento económico,
aos modelos
de desenvolvimento,
ao comércio
e às necessidades
ocidentais evitando
ao mesmo tempo,
a imagem de estar
intervindo nos
assuntos internos
de processos
revolucionários.*

Edgar Lockwood *

A julgar somente pelo tom das declarações públicas, estilo e ênfase, um observador inadvertido relativamente à política externa norte-americana impressionar-se-á pela novidade da perspectiva da Administração de Carter face à África Austral.

Kissinger tinha realçado os interesses tangíveis aos Estados Unidos, procurava alianças com "inimigos" ideológicos para avançar, ou pelo menos proteger esses interesses, e operava com uma diplomacia hábil, manipuladora e secreta, calculadamente ambígua. A administração Carter parece expor agora, uma vez mais, os ideais e princípios norte-americanos: diplomacia aberta com vista a objectivos claramente delineados e tomada de decisões por consenso.

Mas na realidade o que sucede é um retorno ao uso activo da ideologia e das técnicas de vendas para manejar os interesses políticos e económicos. É o mesmo princípio de "ajudar os nossos pequenos irmãos de cor" em Porto Rico, Cuba e nas Filipinas, tornar o mundo "seguro para a democracia" e "salvar o Vietnam do comunismo".

A política de Kennedy e de Johnson.

O antecedente mais imediato e relevante desta política pode ser a era de Kennedy-Johnson. Um documento secreto de 1963, recentemente tornado público — "África: Linhas para orientação e a política dos Estados Unidos" — estabelece paralelos na orientação, intenção, objectivos e métodos.



Nele encontramos a seguinte linguagem:

"1 — O que fizermos — ou deixarmos de fazer — em África no próximo ano terá um efeito profundo por muitos anos... Os Estados Unidos, como país sem tradição colonial em África, tem grandes oportunidades... África é provavelmente o maior espaço aberto às manobras da concorrência mundial entre o bloco comunista e o mundo não comunista.

3 — ...Propomos estabelecer certas áreas de poder e cooperação máxima, que possam servir como modelos e influenciar outras em direcções construtivas. (A Nigéria e a Tunísia foram identificados como possíveis países, mansos..., moderados, ficando como modelos secundários Tanganica, Costa do Marfim, Sudão e Senegal). "4 — ...O factor crítico na construção das nações africanas é a liderança. Ao escolher países a quem dedicar maior ênfase, propomos fazer um esforço maior para ajudar chefes dinâmicos e progressistas que sejam realmente amistosos" (sem esquecer os adversos já que, em última análise, o adversário de hoje pode ser o amigo de amanhã). "5 — A nossa tradição revolucionária e nossas aspirações democráticas constituem uma base para

a simpatia entre nós e os africanos".

Na secção intitulada "Antecedentes", as seguintes palavras realçam a utilidade do compromisso ideológico e o problema interno dos direitos civis: "O que mais ajudaria a melhorar a nossa imagem e obter a amizade de povos africanos é:

a) Deixar claro, sem nenhuma margem para dúvidas, o nosso compromisso com a liberdade em África em casos como o de Angola, Argélia e África do Sul;

b) Avançar rapidamente no sentido de solucionar o nosso problema de oferecer dignidade e igualdade de oportunidades à nossa população de ascendência africana."

Entre trinta e um objectivos encontramos:

"15 — Aparecimento gradual ou crescimento de uma classe média capaz de criar e manejar um sector de empresa privada numa economia mista.

16 — Estímulo, onde seja apropriado, à economia privada.

23 — Transferência gradual e ordenada do poder para a maioria africana nos próximos anos, com a maior protecção possível dos direitos das minorias.

33 — Na medida do possível, recusa de bases militares e influência militar do bloco sino-soviético em qualquer país africano."

O Idealismo, arma ideológica

Estes objectivos pacíficos e altisonantes foram acompanhados pelo uso de forças das Nações Unidas para assegurar os objectivos norte-americanos no Congo.



Mais ainda as operações clandestinas da C. I. A., a compra de "activos" africanos, o assassinato e o recrutamento de mercenários foram considerados como meios apropriados para a promoção de líderes considerados favoráveis e populares.

Mas à medida que os Estados Unidos se afundaram mais e mais no atoleiro do Vietnam, a administração Johnson perdeu o carácter missionário dos anos Kennedy.

A África voltou a ser uma área "abandonada". Ao abrir-se a era Kissinger — Nixon estalaram as hostilidades entre os Estados Árabes e Israel pelo que nestas duas áreas de maior crise foram desenvolvidos os maiores esforços.

Nixon e Kissinger optaram por aproximar-se dos regimes brancos, porque julgaram que a guerra de guerrilhas era fútil e não estava iminente o rebentar duma crise: "Os brancos estão aqui, para ficar" Preferiram, portanto o diálogo com os brancos em vez de o sermão moral e a protecção dos investimentos, comércio e interesses estratégicos nas áreas brancas em vez de sacrificá-los para proteger interesses na África Negra.

Mas o golpe em Portugal de 25 de Abril de 1974 foi

para Kissinger a demonstração de que havia uma crise que necessitava de atenção. Quando a descolonização em Angola se converteu numa guerra civil, o apoio secreto do Conselho de Segurança Nacional à FNLA e à U. N. I. T. A. foi um fracasso que custou caro.

E também uma lição. Havia que evitar mais "Angolas". Kissinger lançou então um esforço diplomático total com o apoio do Congresso, para negociar os problemas da Rodésia e Namíbia antes que se desenvolvesse um impulso que instalasse regimes radicais, ameaçando os interesses ocidentais, não só nestes países mas também, e mais importante, na própria África do Sul.

Este breve sumário dos anos de governo republicano sugere que foi a ameaça aos interesses ocidentais o que resgatou a África do "abandono". O idealismo norte-americano deve ser visto, neste contexto, não como uma preferência filosófica abstracta mas sim como uma arma ideológica num conflito muito real, no qual os Estados Unidos actuam para proteger benefícios muito materiais. Seria temerário predizer os resultados nesta altura, mas queremos rebuscar certos temas que nos parecem característicos do ponto de vista de Carter.

A prédica pacifista de Young

A decisão política mais brilhante na carreira de Jimmy Carter até ao momento, foi a selecção de Andy Young como seu embaixador nas Nações Unidas. Um homem de encan-



to carismático, apto e eloquente, Young não é um mero orador. É uma propaganda viva de que a luta não violenta pode fazer avançar os negros nos Estados Unidos, até integrar alguns na elite política.

O papel principal que lhe foi encomendado é o de fazer sermões nos países em desenvolvimento para que confiem no compromisso e nas boas intenções dos Estados Unidos.

Carter expressou-o assim, "(As nações do terceiro Mundo) vêem agora os Estados Unidos como tendo pelo menos um representante... que entende os seus problemas, que fala o seu idioma... Creio que na mente deste tipo de povos aparecemos com um novo sentido, vêem que nos preocupamos com eles e, em grande medida, isto, deve-se à sua confiança em Andy Young". (1)

Para criar esta confiança Young utiliza a sua própria experiência como prova de que o passado recente dos Estados Unidos dotou este País de experiências que lhe permitiriam liderar uma luta com fins revolucionários.

Na conferência das Nações Unidas sobre o Zimbábue e Namíbia, celebrada em Maputo em meados de Maio de 1977, Young tomou a ofensiva. Os Esta-

África dos Unidos teriam uma política que representa "uma espécie de revolução na consciência do povo norte-americano." Conhecemos estas lutas (contra o racismo, o colonialismo e o imperialismo) nós mesmos e de alguma maneira, fomos capazes de nos sair bem".

Na concepção de Young, o uso de boicotes para combater o racismo teve êxito porque afectou as multinacionais. Mais tarde, em Joanesburgo, estimulou os empresários sul-africanos a acreditarem no seu próprio poder para terminar com o apartheid.

"Quando em Atlanta, Geórgia, cinco bancos decidiram que era mau negócio ter distúrbios raciais, os distúrbios raciais acabaram".

O apostolado de Young a favor do capitalismo baseia-se na crença que este é tão fundamental, tão irreversível, tão persuasivo e tão poderoso como uma lei da natureza cuja inevitabilidade é, ao mesmo tempo, conveniente e benéfica.

"... Os lugares, onde se deram roupas aos nus, os lugares onde se foram curar os doentes, são lugares onde há sistema de mercado livre."

Um Zimbabwe e uma Namíbia «moderados?»

O problema chave para os Estados Unidos é como promover uma transferência gradual do poder a uma liderança africana favorável ao investimento económico, aos modelos de desenvolvimento, ao comércio e às necessidades ocidentais, evitando ao mesmo tempo a imagem de estar a intervir nos assuntos internos de

processos revolucionários.

A história da luta pela liberdade nas colónias portuguesas sugere que um período prolongado de luta de guerrilhas pode ser necessário para estabelecer uma ideologia política unificada favorável ao desenvolvimento socialista e desenvolver uma experiência comum de cooperação capaz de superar as divisões regionais, étnicas e pessoais. Por outro lado, esta mesma história sugere às potências ocidentais que devem criar rapidamente uma solução, delineando processos que atrazem ou liquidem a luta armada, ponham-na em desvantagem política ou transformem-na num processo sujeito à manipulação ocidental.

Há limites claros ao que pode ser feito pelo Ocidente. No período post-Vietnam, o Congresso de Washington demonstrou que, nessa altura, não favorecia o uso de fundos norte-americanos para actividades secretas, guerrilheiras ou paramilitares. Dado o grau e a natureza da legitimidade concedida já à SWAPO e Frente Patriótica (3), as potências ocidentais não podem apoiar facilmente "soluções internas" como a constituição de Turnhalle (4) ou várias propostas de Ian Smith. Este caminho seria, com efeito, optar pela continuação da dominação branca com uma simulação bastante evidente. Aceitar um referendium no estilo do que propõe "Abel Muzorewa" (5) para escolher um único líder com quem Smith possa negociar, seria ignorar as condições da segurança sob as quais tal eleição teria que realizar-se.

Emerge então a necessidade inserir uma força "neutral" capaz de reverter-se de um tipo de legitimidade e poder e actuar como substituto das forças militantes dos brancos e da guerrilha.

Com respeito ao Zimbabwe, a Administração de Carter trabalhou com os britânicos para desenhar uma solução completa, com uma constituição pré-elaborada, um fundo de desenvolvimento e um acordo de segurança para manipular a transição até às eleições parlamentares com um voto por cada homem para fins de 1978. Enquanto o plano Kissinger convocava o regime branco de Salisbúria e o movimento nacionalista a dirigirem conjuntamente a transição política, o plano actual prevê uma restauração temporária, mas total, da autoridade britânica sob a direcção de um marechal de campo reformado, convenientemente provido de poderes ditatoriais. Os movimentos de libertação são postos de lado na transição. Uma força das Nações Unidas, composta principalmente por nigerianos seria inserida entre os exércitos em luta, cujas unidades chave seriam desmobilizadas.

Na Namíbia, os Estados Unidos foram capazes de usar a pressão colectiva dos cinco membros ocidentais do Conselho de Segurança da O. N. U. para fazer aceitar à África do Sul as eleições e a retirada total das suas forças. Os desacordos centram-se, no momento actual, na amplitude e na natureza do controlo das Nações Unidas sobre o processo político que conduziria às eleições. Este êxito

deve-se em parte à brilhante habilidade de Don McHarry, o número 3 abaixo de Young.

Em parte deve-se também à necessidade da África do Sul de reduzir as suas perdas e em parte deve-se à boa-vontade da S. W. A. P. O. para chrgar ao compromisso em pontos tais como o de Walvis Bay, um compromisso que alguns peritos em Namibia consideram perigoso e talvez pouco sábio.

Os interesses do capital internacional

Em granda medida por causa das sanções económicas, a economia actual do Zimbabwe é mais diversificada do que a existente antes da U. D. I. (6). Desenvolveram-se pequenas indústrias nacionais, utilizando aforros, mas o crescimento foi lento e as exportações de minérios e tabaco continuam sendo os elementos chave de uma economia que é fundamentalmente dependente e periférica.

Para capitalizar o potencial de crescimento da Rodésia, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos propuseram um fundo internacional de 1,500 milhões de dólares que promoveria um fluxo massivo da capital estrangeiro para o sector privado, conservando a capacidade técnica e empresarial existente e expandindo o acesso dos africanos a "melhores empregos e melhores terras. O modelo de desenvolvimento utiliza mecanismos capitalistas tradicionais.

— Estímulo ao "fluxo de capital comercial, especialmente nas indústrias extractivas, transformadoras e manufactureiras, devida-



Os EUA hoje criticam os crimes dos regimes racistas que sobreviveram às suas custas.

mente apoiado pelas exportações nacionais e pelas agências asseguradoras do investimento."

— Apoio à balança de pagamentos; e

— Estímulo à força de trabalho especializado e ao pessoal de direcção para "contribuir para o desenvolvimento do Zimbabwe" e "realizar uma transição lenta com vista a um modelo mais equilibrado de títulos e propriedades, habitações e negócios." (7)

A nova Constituição proposta garante o direito à propriedade privada. Proíbe "as expropriações, excepto por razões específicas de interesse público e ainda assim só com a condição do pagamento rápido de uma compensação que possa ser remetida para o exterior num período razoável."

O propósito do Fundo não é basicamente o desenvolvimento. O Fundo existe para beneficiar directa ou indirectamente os interesses dos capitalistas internacionais que tenham sido excluídos da economia potencialmente proveitosa da Rodésia durante a última década.

Giovanni Arrighi destaca

que este mesmo conflito entre capitalistas nacionais e internacionais é latente, parcialmente, durante a descolonização africana dos anos 60.

"As reservas coloniais do Imperialismo europeu foram abertas ao capitalismo norte-americano no qual a cooperação oligopólica joga num papel mais central que no capitalismo britânico ou francês. Mais importante ainda foi a saída do capital não competitivo, da pequena escala, que acompanhou a independência. Na realidade a descolonização foi entre outras coisas, o resultado de um conflito entre os elementos dinâmicos (as grandes companhias) e os elementos reaccionários (empresas marginais, pequenos lavradores, pequeno comércio, pequenas oficinas semi-artesanais) do capitalismo colonial." (8)

O problema de Walvis Bay

A economia namibiana, por outro lado, não é de nem de perto tão industrializada ou diversificada como a da Rodésia. Depende em grande medida da economia sul-africana.

Firmas mineiras ocidentais estão ansiosas por expandir a sua exploração ao cobre, zinco, urânio e outros minérios da Namíbia. Até ao momento, não obstante, os governos ocidentais não parecem ter elaborado um plano internacional similar, ao Fundo de Desenvolvimento do Zimbábue, para promover os interesses das multinacionais. Não há dúvida que a reacção das cinco potências ocidentais no problema de Walvis Bay sugere que a continuação da dominação sul-africana sobre a economia da Namíbia não é contrária aos interesses ocidentais.

Em 31 de Agosto, a África do Sul anunciou que anexava Walvis Bay, o único porto de águas profundas da Namíbia, centro de uma das indústrias pesqueiras mais produtivas do Mundo e base naval e militar que domina o litoral namibiano. Apesar das potências ocidentais deplorarem estas acções, fontes informadas das Nações Unidas especulam que o Ocidente, pelas suas próprias razões, não está descontente com a anexação de Walvis Bay pela África do Sul, o que implica que o enclave não passará à Namíbia, nem mesmo quando esta se torne independente.

Vozes norte-americanas afirmam que a Namíbia obterá definitivamente Walvis Bay. Talvez. Mas, entretanto, Walvis Bay constitui um ponto crítico de estrangulamento que pode transformar a Namíbia independente, em tão dependente da economia sul-africana como é o Botswana. Há, além disso, outra razão para que a África do Sul se apegue a Walvis Bay: a des-

coberta de gás e petróleo.

Um velho método norte-americano de enfrentar uma crise, é criar Estados-clientes cujas inclinações políticas são reforçadas pela dependência do dinheiro estrangeiro. Durante os anos de Kennedy e Johnson, entre 1962 e 1968, por exemplo, os Estados Unidos colocaram uns 350 milhões de dólares de ajuda económica e militar no Zaire. Quando passou a crise a ajuda caiu para níveis relativamente modestos. Mas com a guerra de Angola, a rebelião de Shaba e os grandes atrasos nos pagamentos da dívida externa do Zaire a ajuda volta a crescer novamente.

Analogamente, à medida que a crise se agudiza no Zimbábue, Namíbia e África do Sul, os Estados Unidos planeiam gastos sem precedentes de dinheiro político nos Estados fronteiriços.

Pela primeira vez, o Congresso autoriza grandes programas de "Assistência no Apoio de Segurança" para a África Austral. Esta categoria de ajuda está consagrada para ser usada com discrição pelo Presidente com o objectivo de "promover a estabilidade política ou económica". Foi utilizada pela primeira vez na Indochina e logo a seguir no Médio Oriente.

Ao mesmo tempo o Congresso anunciou a sua intenção de estabelecer o mencionado Fundo de desenvolvimento de Zimbábue se as negociações progredirem no sentido proposto pelo plano anglo-norte-americano.

Isso significaria outros 100 milhões de dólares por ano, durante 5 anos. Em síntese; Nos próximos 5

anos teremos uma "ajuda de segurança" entre os 200 e 250 milhões de dólares anuais, destinada a criar ou apoiar governos "moderados" nos seis países acima mencionados, durante o período de crise.

Estímulo aos liberais sul-africanos

Na era de Kissinger fez-se muito pouco para apoiar publicamente os partidos de oposição na África do Sul. Kissinger pensava que as prédicas morais eram duplamente contraproducentes. Por um lado, o partido Nacional de Vorster endureceria as suas atitudes, retrair-se-ia ao seu "laager" e seria pouco cooperativo relativamente aos interesses políticos e económicos dos Estados Unidos. Por outro lado, os Estados Africanos sentir-se-iam estimulados para reclamar sanções que os Estados Unidos não apoiariam. Agora o eixo da política externa está a mudar-se.

A perspectiva inicial da Administração Carter foi uma posição pública cautelosa, mas visível, contra o regime sul africano. Carter declarou na Universidade de Notre Dame, em Maio, que os Estados Unidos estão comprometidos com o governo de maioria em toda a África Austral. Ao mesmo tempo o vice-presidente Mondale, dizia a Vorster que ainda que os Estados Unidos não tivessem planos ou objectivos prefixados, a África do Sul teria que abandonar o apartheid ou sofrer a deterioração das suas relações com Washington. Porém as opções de acção que os Estados Unidos consideravam eram simbólicas, apontadas

mais para apoiar uma mudança na política racista do que para forçá-la.

A resposta Sul africana foi gritar bem forte, fazer pressão sobre os homens de negócios norte americanos dizendo que o que Carter promovia era o suicídio para a África do Sul e qualificar os Estados Unidos de Inimigo Número Um.

Perante este ataque de paranóia, Washington reagiu assegurando a Pretória que o desejo norte-americano é continuar o diálogo e não castigar ou marginalizar a África do Sul. A Emenda Byrd — que autorizava as compras norte-americanas de cromo rodésiano, violando assim o bloqueio económico — foi suspensa em Março. Mas este passo não foi seguido por nenhuma outra forma de pressão sobre as corporações petrolíferas multinacionais, que operam na África do Sul, para que cortem os abastecimentos de petróleo à Rodésia.

O embaixador Young defendeu agressivamente uma posição contrária a toda a forma de corte das relações económicas nas reuniões da O.N.U. realizadas no Maputo e em Lagos. E os Estados Unidos, juntamente com 4 membros ocidentais de Conselho de Segurança, opuseram o seu veto às resoluções relativamente moderadas propostas pela África nas quais se reclamava o cessar dos novos investimentos e da promoção de créditos e comércio para a África do Sul.

Inclusivamente o aparente confronto entre os Estados Unidos e a África do Sul sobre as experiências nucleares deste último país, em Agosto deste ano, parece ter servido os inte-



Voster: moralmente condenado, mas economicamente amparado pelos EUA

resses sul africanos. Carter celebrou publicamente, como se fosse um compromisso, a afirmação de Voster de que não tem nem pretende explodir armas nucleares, apesar das informações dos serviços secretos norte-americanos que indicam o contrário.

Os Estados Unidos rejeitaram um apelo africano na O.N.U. de acabar com a colaboração nuclear, alegando que devem manter uma relação no campo de energia atómica para ter influência e pressionar a assinatura sul-africana do Tratado de Não Proliferação. Entretanto Voster utiliza a possibilidade do desenvolvimento de uma arma atómica como ameaça política contra os Estados africanos que apoiam a luta armada.

Como substituto de uma redistribuição da riqueza na África do Sul ou do fim dos compromissos norte-

-americanos com Pretória, o embaixador Young argumenta que os empresários sul-africanos necessitam integrar os negros no sistema de mercado livre tornando-os consumidores.

Quando os negros se tornaram parte do sistema de livre empresa no sul (dos Estados Unidos)... não tinham grande participação nele. A ironia trágica é que não se tirou nada aos brancos, antes aumentou a diferença de rendimentos entre brancos e negros. Mas os negros passaram a viver muito melhor do que já mais teriam pensado." — diz Young.

Os Estados Unidos estão usando a sua própria burguesia negra para apoiar esta estratégia. A Liga Urbana, P.S.U.H., N.A.A.C.P., O.I.C., e muitas outras organizações negras estão sendo mobilizadas e equipadas no apoio a este programa.

O Departamento Estatal de Assuntos Culturais e Educacionais e a A.I.D. ampliaram os estudos e programas que incorporam, como consultores, negros norte-americanos. Jovens técnicos, assistentes sociais, profissionais e outros aspirantes ao "status" de classe média irão de África aos Estados Unidos para "enriquecer conhecimentos", fazer contactos com consultores que os possam ajudar a criar programas na África Austral ou educar-se e aprender técnicas que enfatizam o "desenvolvimento" e a tecnologia.

Ampliar-se-ão enormemente as bolsas do Instituto Afro-Americano e a organização "Crossroads Africa" está desenvolvendo uma rede de contactos para os visitantes africanos.

— Mas agora, com a ilegalização de praticamente todas as organizações negras na África do Sul, até as organizações afro-norte-americanas de classe média mais moderadas e a burguesia negra mais tradicional estão a apoiar o Black Caucus (Comité Negro) no seu pedido de corte dos vínculos económicos.

Os ensinamentos dos movimentos de libertação

Voltar a trás nos métodos, objectivos e técnicas que funcionaram em dias passados pode ser uma maneira de ignorar tudo o que entretanto se passou. Terminar com o colonialismo na África Austral revivendo modelos de há 15 anos não é, de maneira nenhuma, uma perspectiva prometedora.

os povos africanos sabem muito bem que foram as administrações liberais e moralmente idealistas de Kennedy e Johnson que intervieram massivamente e com violência sem paralelo no Vietnam. Grande número dos altos funcionários de Administração Carter, como o Secretário de Estado Cyrus Vance ou o Secretário da Defesa, George Brown, ocuparam altos postos nos anos de Vietnam.

Aqueles que se opuseram, a guerra, pelo menos parcialmente, como Anthony Lake o "Policy Planner" do Departamento de Estado, tiveram discretos desacordos sobre detalhes e criticaram a "rigidez" na aplicação e não os princípios que guiaram a intervenção. Como dissemos atrás, também a promoção do nacionalismo africano

no Congo por parte dos Estados Unidos teve o seu obscuro aspecto manipulador.

Inversamente, os movimentos de libertação do Terceiro Mundo demonstraram na Indochina e em África que podem ser uma força importante na transformação do mundo. As suas vitórias mostram que o poderio técnico ocidental pode ser superado pelo despertar ideológico e pela organização de uma resistência popular baseada nas massas.

Inversamente, os movimentos de libertação do Terceiro Mundo demonstraram na Indochina e em África que podem ser uma força importante na transformação do mundo. As suas vitórias mostram que o poderio técnico ocidental pode ser superado pelo despertar ideológico e pela organização de uma resistência popular baseada nas massas.

As vitórias dos movimentos de libertação na Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, renovaram as esperanças dos povos do Zimbábue, Namíbia e África do Sul e, portanto, a sua disposição de sofrer e sacrificar-se.

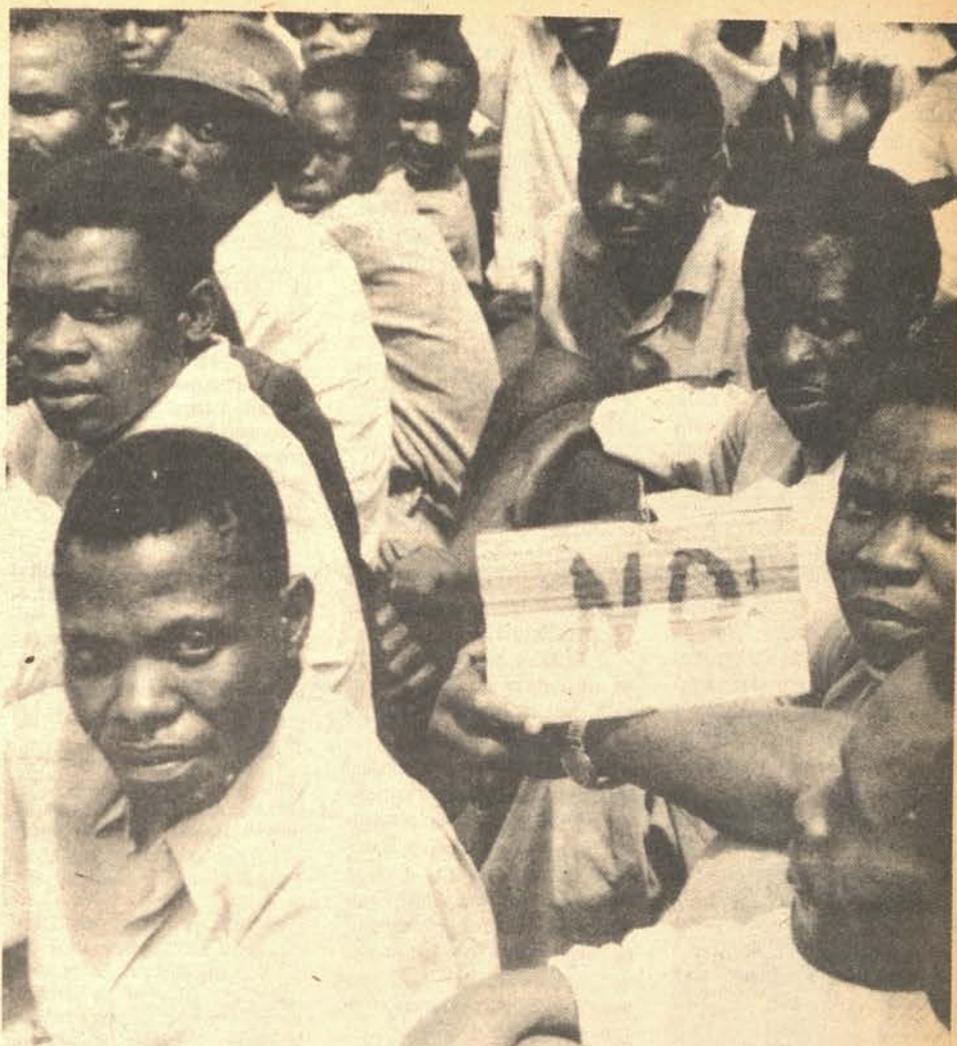
O «modelo» do Quénia

Ao mesmo tempo, nos demais países africanos, os frutos da descolonização manipulada pelo ocidente provaram ser formas ocas de governo maioritário. Como nos demonstrou Colin Keys, o Kénia, país que a Administração Carter toma como modelo para o Zimbábue, continua sofrendo grandes desigualdades, sub-desenvolvimento e dependência do capital estrangeiro.

Em 1970, 44 por cento dos africanos que haviam comprado terras brancas mediante um grande esquema de acordos, financiados pelo exterior, estavam atrasados no pagamento das suas aquisições. Os mais pobres estavam a destinar 70 por cento dos seus rendimentos para pagar um gasto improdutivo, uma transferência de activos que, em última instância, iriam para as mãos dos antigos colonos europeus. Ao mesmo tempo, propriedades de grande dimensão ficavam nas mãos de uma elite rica e politicamente poderosa, enquanto os proprietários mais pobres não podiam pagar as suas prestações. O pagamento aos europeus significou uma fuga de capitais e o seu reinvestimento nas empresas industriais e turísticas controladas pelo exterior.

Países como a Tanzânia, que emergiram do colonialismo sem luta armada mas com a concepção de um Socialismo Africano, são vozes de um coro de protestos terceiro-mundistas contra a continuação de domínio estrangeiro no comércio, na tecnologia e na defesa do direito de nacionalizar ou expropriar os bens. É evidente, então, que as ofertas de ajuda externa não solucionam os problemas que resultam da experiência pós-colonial.

Mais ainda, quando os africanos examinaram a trajectória interna dos Estados Unidos não podem deixar de pôr em questão a defesa dos boicotes, o consumismo negro e a não violência, apresentados por Andy Young como panaceia suficiente para os males do colonialismo, racismo e imperialismo.



A resposta africana a uma política que visa manter a sua opressão sob novas formas.

Mais de 14 por cento dos negros norte-americanos estão desempregados (o dobro da taxa dos brancos). Nas cidades, os números do desemprego para a juventude negra são em média de 40 por cento e nalgumas áreas, como Nova York, são mais do dobro da percentagem atrás referida.

As prioridades internas da Administração Carter não reflectem, até ao momento, as aspirações dos negros incluindo aqueles

que, como se deduz, levaram Carter à presidência com os seus votos. Mais ainda, o veto de todo o corte de vinculos económicos com a África do Sul contradiz a defesa dos boicotes por parte dos negros sul-africanos como táctica efectiva. E os negros desse país, que vivem ao nível da fome, têm uma capacidade de pressão económica muito menor que as comunidades norte-americanas, já que apenas compram as

suas necessidades essenciais.

A duplicidade de Carter

Se a Administração Carter está consciente destas contradições, mostra poucos sinais de sinceridade ou determinação. Pelo contrário, os seus portos vozes parecem indiferentes, insensíveis ou renitentes em enfrentar a profunda determi-

nação africana de empregar métodos militantes. Um profissional sul-africano branco que tinha escutado a mensagem de Young no seu país disse-nos em Maio.

"Não podia acreditar nele. Estava a falar de coisas que se costumavam comentar na década 20... Boa vontade... Coisas desse tipo."

Nas Nações Unidas, o carisma de Young está diluindo-se. Os Estados Unidos mostraram já a sua determinação em deixar sem campo de manobra os Estados Africanos militantes, usando tácticas do poder. Ajudaram a Nigéria e o Gabão para que substituam o Benin e a Líbia no Conselho de Segurança, apesar do forte apoio da Organização de Unidade africana ao Níger e da sua oposição à Nigéria, que já anteriormente tinha sido membro do Conselho.

Estas tácticas de poder e o veto às sanções económicas servem para recordar a determinação com que os Estados Unidos defendem os seus interesses tangíveis no momento de passar das palavras aos actos. Com respeito às iniciativas ocidentais para a Namíbia e Rodésia, deve recordar-se que nem a Frente Patriótica, nem a SWAPO recusaram as negociações ou os compromissos sempre que se contemplem as questões essenciais.

Perspectivas de liberdade

Estes movimentos são apoiados pelos Estados da Linha da Frente, ainda que à custa de grandes sacrifícios. A solidariedade com a SWAPO significa para Angola aumentar o ódio que a África do Sul nutre contra si.

Moçambique luta contra a dependência económica em relação à África do Sul, a agressão rodesiana e sérios problemas técnicos e de organização. O apoio à luta do Zimbabwe é extremamente oneroso em termos de dinheiro, vidas humanas e destruição infra-estrutural. A Zâmbia tem problemas semelhantes. A Tanzânia é um país pobre e necessita da ajuda externa. O Botswana está rodeado pelos Estados brancos racistas. Nestas circunstâncias, é admirável a unidade e a profundidade do compromisso com a libertação por parte dos Países da Linha da Frente, em detrimento de uma compreensível prudência.

A análise precedente não se destinava a demonstrar que se a Namíbia ou o Zimbabwe se libertarem rapidamente, as suas economias seriam necessariamente socialistas. Pelo contrário, é provável que os Estados mantenham grande parte do ordenamento actual, enquanto procuram conseguir um control cada vez mais efectivo sobre os seus recursos minerais, terras agrícolas e instalações produtivas. Mas povos que empunharam armas e até pedras pondo em perigo a sua vida para serem livres, não renunciarão facilmente à liberdade, à camaradagem, à unidade e à perspectiva que emanam da persistência numa luta crescente para transformar profundamente um sistema desumano.

Pela nossa parte, temos necessidade de estudar e incrementar os passos a dar, concretamente, para apoiar esta luta e promover a não intervenção dos Estados Unidos.

NOTAS

1 - Ver o texto da conferência de imprensa do Presidente Carter, *The Baltimore Sun*, 14 de Junho de 1977.

2 - Comunicado de imprensa da Missão dos Estados Unidos nas Nações Unidas USUN 30 (77), 27 de Maio de 1977.

Palavras do embaixador Young perante empresários sul-africanos, Joanesburgo, África do Sul, 21 de Maio de 1977.

3 - A SWAPO (South West Africa Peoples Organization) e a Frente Patriótica são reconhecidas pela O.U.A. e diversos organismos internacionais, como únicos representantes da vontade dos povos da Namíbia e Zimbabwe respectivamente.

4 - No Turnhalle (à letra "ginásio") de Windhock, a capital da Namíbia, o regime sul-africano reuniu uma conferência fantoche de representantes brancos e líderes tribais para elaborar um projecto de independência simulada, com exclusão da SWAPO.

5 - Abel Muzorewa e Ndagabinbi Sithole são os mais notórios representantes da burguesia negra que os Estados Unidos gostariam de ver no poder no futuro Zimbabwe independente.

6 - Por intermédio da U.D.I. (Unitar Declaration of Independence), os colonos brancos britânicos da Rodésia declararam-se em rebelião em 1965 para evitar uma independência real, conduzida por Londres, que transferia o poder para a maioria negra. A U.D.I. nunca foi reconhecida pela Grã-Bretanha nem pelas Nações Unidas.

7 - Ver Reino Unido, Rodésia, propostas para uma solução, com anexos A, B e C. Documento do Conselho de Segurança da O.N.U. 2/12393, 10 de Setembro de 1977, p.p. 23, 24.

8 - Ver Giovanni Arrighi, "Investimento Estrangeiro na África Tropical", em *African Social Studies: a Radical Reader*, editado por P. Gutkind e P. Waterman (N.Y.) 1977, p.p. 168 - 169.

SAHARA

F. POLISÁRIO
visita
América Latina



entrevista de Cristina Canoura

«A nossa independência é defendida pela vontade popular, pela luta destes homens, mulheres e crianças que a escrevem com a espingarda e a espada» — declaram aos Cadernos do Terceiro Mundo Ahmed e Bilal, os primeiros representantes da F. POLISÁRIO a visitar a América Latina.

O muro de silêncio que se levantou em volta do problema "Sahara Ocidental" começa a desmoronar-se.

Este povo que, Madrid, Rabat, e Nuakchott decidiram reduzir, negar e suprimir, faz-se ouvir nos cinco continentes, esgrimindo a sua justa aspiração, à autodeterminação.

Mas, o nosso combate não pode ser solitário, e devemos usar a informação como arma fundamental".

Assim definem, o carácter da sua missão, Ahmed e Bilal, representantes da Frente Polisário no exterior, que se deslocaram por vários países da América Latina, passando pela redacção dos Cadernos do Terceiro Mundo, concedendo-nos a seguinte entrevista:

— Porquê esta visita de representantes da Frente Polisário à América Latina?

— A nossa Guerra de Libertação usa todos os meios ao seu alcance.

E dado que a nossa luta é a longo prazo, o problema do Sahara, terá que continuar aberto à comunidade Internacional.

Seria reaccionário da nossa parte dizer que a nossa luta tem limites.

O bloqueio informativo é grande, e todas as notícias, passam por cinco agências, que de maneira nenhuma, são as que representam as aspirações do povo Saharai.

Pensamos que a América Latina desconhece o nosso problema.

A nossa missão é esclarecer para que haja uma tomada de posição.

O Mundo Africano manifestou-se com respeito aos problemas dos países lati-

no-Americanos nossos irmãos, cremos que é válida a nossa aspiração de formar uma Frente Progressista Internacional com sólida coerência.

— Temos seguido de perto o desenrolar da gesta independentista Saharai. Gostaríamos que vocês nos falassem como está actualmente a luta, e em que situação se encontram as forças de ocupação do Marrocos e da Mauritânia.

— Falar da situação em que se encontram Marrocos e Mauritânia é falar também do papel que a França desempenha neste conflito.

A França apoiou a assinatura do acordo Tripartido de Madrid em Novembro de 1975, pelo qual Espanha reparte o Sahara entre o Marrocos e a Mauritânia.

Arma Marrocos, domina a economia Mauritana, e mais de 40 por cento da economia marroquina (o resto pertence à família real). Os interesses colonialistas estão empenhados em que o Sahara pertença ao Marrocos ou seja, se é marroquino, é francês.

A Arábia Saudita por seu lado não fica atrás. Junta-se à França e faz o abastecimento de armas a Marrocos e a Mauritânia.

O armamento sobra-lhes, mas o factor humano começa a escassear. As deserções aumentam. A situação interna também não é fácil.

Dezasseis milhões de marroquinos dependem de um rei déspota. Oitenta e cinco por cento da população é analfabeta e 89 por cento morre de fome.

Por seu lado a Mauritânia é um país miserável. Tornou-se independente em 1960 graças a De Gaulle. Tendo só dois quadros téc-

nicos formados em Direito. O autêntico estado é o CO-MINOR, uma sociedade mineira localizada em Zuerate. Deficiente no campo militar, necessita do exército marroquino.

Entretanto nós vamos fazendo guerra em 4 ou 5 frentes. Nalguns sítios é uma guerra de guerrilha, noutras, são verdadeiras batalhas.

Um novo tipo de guerra

— Diz-se e com razão que o, deserto Saharai não é selva vietnamita. Como é então que, com condições militares adversas, a Frente Polisário, pode levar avante e vitoriosa uma guerra de desgaste?

— Conhecemos o deserto. Eles não. Se avançam pelas areias, procuram os caminhos e trilhos. EE nós minamo-los. O elemento geográfico joga a nosso favor. Quando nos deslocamos à noite com as luzes dos "Land-Rovers" apagadas, são os nossos olhos, velhos conhecedores do deserto, que nos guiam.

Pensavam que, bombardeando-nos com napalm que nos exterminavam... Só que eles não sabem que napalm na areia não arde.

Também não sabiam que a Argélia abrira as suas fronteiras e instalara no seu território campos de refugiados.

O exército de ocupação não está preparado para manter uma guerra de guerrilha em zonas de deserto.

As suas armas são do tipo convencional, e os soldados lutam em troca do ordenado.

Se avançam em tanques, o intenso calor do deserto que chega a atingir os 70



Ahmed e Bilal, representantes da F.POLISÁRIO em visita à América Latina.

graus centígramos, faz sair os ocupantes os quais ficam à nossa mercê.

Fazer em pleno deserto reconhecimento com aviões Mirage não é fácil. Mesmo com as suas esquadilhas aéreas que são numerosas, mas não chegam a cobrir o território.

Basta fazer os cálculos: o território da Mauritânia é equivalente ao dobro da superfície da França; e o Sahara cobre aproximadamente a superfície de Espanha.

Há pouco tempo, capturámos um piloto de um avião de reconhecimento e bombardeamento. E o que lhes vou contar, são as declarações do prisioneiro.

“— O avião passou, e eu pensei ter visto uma tenda que não tinha sido registada em patrulhas anteriores. Fiz uma leve descida, para me certificar e perante a confirmação, decidi fazer um voo picado para bombardeá-la. Nesse mesmo

instante ‘voou’ a tenda, e de uma camuflagem perfeita surgiu um Land-Rover Saharaui com artilharia anti-aérea.”

O piloto saltou de pára-quedas e foi capturado.

Em três anos de guerra temos a nosso favor um saldo de 1600 prisioneiros mauritanos e de 26 000 baixas marroquinas.

Zuerate continua sendo atacada. O último combate foi a 24 de Novembro e também continua a ser defendida por mercenários do colonialismo francês.

Segundo dados do “Financial Times” de 14 de Setembro cerca de 200 000 dólares por dia, é o que custa a guerra a Marrocos.

No momento em que pensámos na luta armada como saída, tínhamos duas alternativas: ou desaparecíamos como povo sem disparar um só tiro ou íamos para a guerra. Aí podíamos vencer ou morrer queimando todas as munições. Esta-

mos a queimá-las mas venceremos.

— Qual o papel da Argélia neste conflito?

— Como já dissemos antes, a partir de Fevereiro de 1976 e depois dos bombardeamentos com napalm, a Argélia abriu as suas fronteiras aos nossos refugiados, solidários politicamente conosco o que muito apreciamos.

Fala-se por outro lado que a retaguarda da Frente Polisário está em Tindouf, território argelino. Perante esta afirmação, diremos que Tindouf, está a 3000 Km de Nuakchott e que se não contássemos com as bases populares de apoio, com depósitos de armamento em território nosso, e com sistemas avançados de informação, não tínhamos conseguido atacá-las nem tampouco seriam possíveis vitórias como a de Zuerate. As manobras imperialistas na região são muito claras e dirigem-se às

Sahara três revoluções: a da Líbia, a Argélia e a Saaraui.

A ameaça de internacionalizar o conflito é o contínuo incitamento a uma possível intervenção Francesa.

É a carta, que tentam jogar, o colonialismo e as forças de ocupação, para matarem dois coelhos duma cajadada.

A batalha diplomática

— Depois da morte de Franco, qual o papel de Espanha em relação ao problema do Saara?

— Em Espanha fala-se do "Milagre" Saaraui e não da força Saaraui. Até às eleições as nossas relações com Espanha estavam bloqueadas. O processo é delicado e as diferentes posições abrangem um grande leque. Em geral, todas repudiam os acordos de Madrid e apoiam o povo Saaraui.

Queremos ter a paz com o Mundo e em particular com a Espanha.

— E os Estados Unidos?

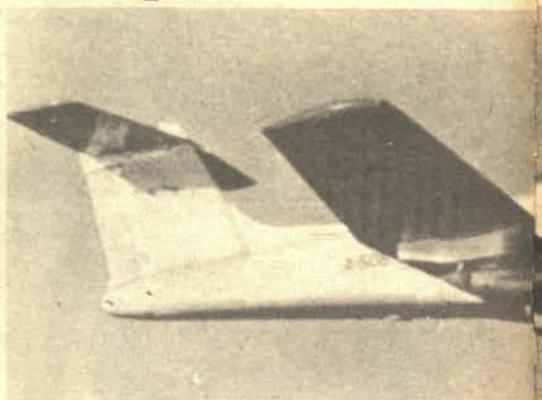
— A administração Kissinger foi uma verdadeira lição para os Saaraui.

Actualmente o Departamento de Estado não reconhece autoridade de Marrocos e Mauritânia sobre o Saara. Mas devemos clarificar que o verdadeiro papel do Imperialismo não é jogada pelos Estados Unidos, mas sim pela França.

— Falaram de Batalha Diplomática, que estão travando neste momento...

— Sim não actuamos só no campo militar. Ainda que mantenhamos que o campo militar deve condicionar o campo diplomático. O direito à Independência e à autodeterminação só o negou o colonialismo.

O «Pucará», avião anti para combater a



A junta militar argentina está colaborando com Nuakchott num âmbito que lhes é comum: a luta de antiguerilha.

A revista britânica Air International deu as primeiras notícias concretas.

Três aviões IA-58 Pucará desenhados e construídos pela Fábrica Militar de Aviões (FAMA) das Forças Aéreas Argentina, foram comprados pela força Aérea Mauritana. Os contactos preliminares foram feitos em França durante o XXXII Salão Internacional de Aeronáutica, realizado em Le Bourget no fim de 1977, aonde o Pucará fez a sua primeira aparição pública.

Os Mauritanos exigiram um prazo máximo de seis meses para a entrega das unidades. Como o ritmo actual da FAMA neste tipo de aviação é de um por mês, a Força Aérea Argentina — que tem presente-seis unidades estacionadas em Reconquista — teria que renunciar à sua prioridade a troco do pragmático critério de que seriam eles a experimentar de imediato o Pucará em acção, quer dizer, no combate à Frente Polisário.

As versões convergem para que se o Pucará, especialmente desenhado para a luta antiguerilha, demonstre ser eficaz, no pátrio território Saaraui, tanto a Mauritânia como Marrocos ampliarão os seus pedidos, contribuindo assim para o prestígio da renascente Indústria argentina de armamento, que se prepara para competir com a sua similar brasileira.

Se não fosse pelo triste papel que desempenha o Pucará, poder-se-ia considerar um exemplo de "tecnologia — Autóctene", adaptada às necessidades dos países sub-desenvolvidos.

guerrilhas argentino

F. POLISÁRIO



Com efeito criada pelas exigências da luta anti-guerrilha na Argentina, a FAMA libertou-se dos critérios dos fabricantes europeus e norte-americanos que favorecem as unidades de alta-sofisticação, e elevado custo, e optaram por desenhar aparelhos com alta capacidade de manobra, equipado de maneira simples e de fácil manutenção.

A característica antiguerrilha do Pucará está dada, segundo a revista francesa "AIR et COSMOS", por ter o chão da cabine blindado para evitar o fogo terra-ar de armas ligeiras e médias.

Outras características do bimotor são as capacidades de operar em terrenos abruptos, utilizar pequenas pistas de 400 m e em más condições e dispor duma injeção de água destilada para recuperar a potência em zonas quentes.

A sua missão principal de combate, é segundo explicam os fabricantes, "o reconhecimento ofensivo e o apoio de fogo no campo táctico".

Pode ser também utilizado como avião de treino.

Tem capacidade para lançamento de 2000 kg de explosivos, dispõe de canhões de 20 mm com um total de 270 projectéis e 4 metrelhadoras de calibre 7,62 com 900 projectéis. Os assentos dos dois tripulantes são ejetáveis.

"Este dispositivo é o único que pode ser-lhes útil" comentaram em Paris fontes ligadas à Frente Polisário que já têm experiências e com êxito de combate anti-aéreo com aparelhos muito mais temíveis.

"O primeiro Pucará que derrubarmos — acrescentaram — será dedicado à luta dos povos Latino-Americanos com os quais nos sentimos identificados."

As Nações Unidas reconheceram este direito é consideraram o tema da descolonização.

Contamos também com o apoio dos Países Não Alinhados.

— E a Organização da Unidade Africana?

— E dentro da O.U.A. há Países que não reconhecem oficialmente mas sim na prática.

O apoio da O.U.A. é importante mas o facto do actual Presidente ser Omar Bongo do Gabão, significa o mesmo que se fosse Hassan II de Marrocos.

— A mulher participa activamente na luta de libertação do povo Saharaui?

— A mulher tem um papel fundamental. Houve nela uma grande transformação.

A mulher-objecto — talvez tenha sido menos objecto, que a mulher mauritana, marroquina ou Saudita — ia directamente da casa para a tumba.

Hoje assume 90 por cento das responsabilidades políticas, saúde pública e assistência social nos campos de refugiados em Marrocos, Mauritânia e Argélia.

Na Comissão Política há sete mulheres num total de 24 integrantes. Aprendeu também que as vestes tradicionais servem para esconder armas e documentos.

Escrevendo a história

— Como encara a Frente Polisário o problema Educacional?

— Não temos uma infraestrutura adequada às nossas necessidades. Neste momento temos 7000 estudantes fora do País. Encarregamo-nos da educação até ao nível secundário, ensinando árabe e Espanhol.



As mulheres saharais também participam do esforço de guerra.

— O argumento de que se serve a reacção para justificar, a posição de Marrocos e Mauritânia, é a suposta inviabilidade de um Estado Independente no Sahara...

— Todo o Estado é viável, se, se o deixam ser. Somos um povo e temos direito de o ser.

Mente-se no exterior quando se afirma que a população Saharai não chega a uns 100 000 habitantes. Mesmo levando em linha de conta que a nossa população se encontra dispersa devido ao conflito, somos aproximadamente 700 000 habitantes.

Mas a razão numérica

também não é válida uma vez que houve países que chegaram à independência com menos; Fidji tinha perto de 500 000 habitantes e o Surinam 450 000.

Temos como mais importante a nossa viabilidade económica. Não somente no que diz respeito aos fosfatos como também no que se refere à pesca e ao petróleo na zona marítima.

Foram estas riquezas que despertaram a cobiça e as ânsias expansionistas do Marrocos e da Mauritânia. Se nos remetemos ao aspecto como constitucional, temos a nossa Constituição; há um governo repre-

sentado por Ministros e tribunais com juízes.

O povo Saharai sente-se já Saharai e isso já tem expressão política na Frente Polisário, Movimento único e unitário, apesar das várias tentativas de criação de grupos fantoches.

Mas acreditamos, e por isso o praticamos que quem até à última instância define a autodeterminação e independência dentro da Nação Árabe, é à vontade popular expressa na luta destes homens, mulheres e crianças que escrevem e vivem a história com a espingarda às costas.

AMERICA LATINA

ARGENTINA

As «loucas de Plaza de Mayo»



Miguel Bonasso

Tem repercussão em todo o mundo a atitude das valentes mulheres que todas as semanas desafiam o terror. Como a cabeça visível de um gigantesco iceberg, expressam o nível mais alto de consciência dos familiares de milhares de desaparecidos e presos políticos.

A oligarquia, os funcionários da ditadura militar denominaram-nas, cruelmente, "as loucas de Plaza de Maio". Elas costumam aceitar o ignóbil sobrenome como um distintivo de honra, conscientes que a verdade e a justiça sempre pareceram uma "lo ucura" aos opressores.

São trezentas mulheres que todas as quinta-feiras — no meio do terror mais feroz que a Argentina conheceu em toda a sua história — se manifestam em frente à sede do governo (nessa Plaza de Mayo dos plebiscitos populares), no Congresso ou nos Tribunais.

São mães, esposas, irmãs ou filhas de argentinos que foram devorados pela máquina repressiva, levados para destinos desconhecidos e temíveis. Alguns podem estar mortos, outros vegetarem na longa noite dos campos de concentração, os de melhor sorte têm o amargo privilégio de "ser reconhecidos" como presos em penitenciárias, em geral encerrados em celas de castigo; isolados a aguardar o assassinio que apresentar-se-á sob a forma de "tentativa de fuga", sem estarem submetidos a nenhum processo judicial e privados do direito constitucional de sair do país.

Sobre todos rege a lei da arbitrariedade e da incerteza. São todos reféns.

"As loucas de Plaza de Mayi" são a ponta de um iceberg gigantesco, o nível mais alto de consciência dos familiares dos presos e dos "desaparecidos". Pelo seu sofrimento, constituem uma amostra viva da tragédia nacional; por sua coragem, uma das certezas do inexorável triunfo popular.

Em poucos meses de acção pública — as suas primeiras mobilizações foram levadas a cabo em meados de 77 — conseguiram arrancar uma quota de legalidade à ditadura de Videla, que, pouco tempo antes, teria parecido muito difícil de obter.

Em Março de 77, ao cumprir-se o primeiro aniversário do golpe militar, o grande escritor revolucionário Rodolfo Walsh escrevia pouco antes de ser sequestrado: "15 mil desaparecidos, 10 mil presos, 4 mil mortos, dezenas de milhares de exilados são os números nus e crus deste terror. Ao ficarem superlotadas as prisões normais, os senhores criaram nas principais guarnições do país campos de concentração, onde não entre nenhum juiz, advogado, jornalista ou observador internacional. O segredo militar das prisões, invocado como necessário às investigações, converte a maioria das detenções em sequestros, que permitem a tortura sem limites e o fuzilamento sem julgamento."

E acrescenta: "Mais de 7 mil recursos de "habeas-corpus" foram recusados este último ano. Noutros milhares de casos de desaparecimento o recurso não foi sequer apresentado por ser conhecida de antemão a sua inutilidade, ou porque não se encontrou um advogado que ousasse apresentá-lo depois que os 50 ou 60 que o faziam tivessem sido, por seu turno, sequestrados".

A silenciosa mobilização

E foi essa repressão sem máscara que originou a resistência das "loucas de

Plaza de Mayo". Em Agosto passado, o diário conservador "La Nacion" assinalava a prisão de 16 pessoas de um grupo de manifestantes próximos à Catedral de Buenos Aires, especificando: "trata-se de membros de uma comissão que periodicamente realiza visitas ao ministério do Interior para se informar sobre a situação dos detidos".

No dia 14 de Outubro, a comissão de Familiares de Desaparecidos e Detidos por Razões Políticas já alcançava a notoriedade internacional numa manifestação massiva frente ao Palácio do Congresso — sede da própria junta militar — que foi violentamente reprimida pela polícia. O mundo ficou a saber, porque juntamente com 350 manifestantes foram detidos 11 jornalistas e fotógrafos da CBS, United Press, Wall Street Journal, NBS, Associated Press e France Press, assim como sacerdotes, religiosas, convidados e tranquilos transeuntes que circulavam pelo lugar.

De nada serviu o facto da manifestação ter sido silenciosa. O imperdoável para a ditadura é que tenham ido à sua própria sede para entregar uma petição por 571 desaparecidos e 61 presos, com as assinaturas de 5302 familiares e 18 668 aderentes, na sua maioria testemunhas directas dos sequestros.

Essa denúncia contida em volumosos "dossiers", foi levede por cinco familiares acompanhados por um grupo de sacerdotes e um jornalista. Foi recebida por um funcionário que transmitiu a recusa de conceder audiências de qualquer espécie, ou de sim-



Montoneros



Uma provocação que não convenceu ninguém: esta foto, acompanhada de um falso comunicado, foi enviada à imprensa pela polícia de Videla para tentar atribuir aos *Montoneros* o "desaparecimento" das duas religiosas francesas que apoiavam "as loucas da Plaza de Mayo".

plesmente assinalar a recepção da petição.

A resposta à mesma não tardou em evidenciar-se, quando a polícia prendeu o grupo central de manifestantes, ao mesmo tempo em que carregava sobre outros dois mil para dispersá-los.

Porém, evidenciou-se que o povo argentino dificilmente arreda pé com a repressão: no mês seguinte "as loucas de Plaza de Ma-

yo" foram protagonistas doutro episódio de repercussão internacional, quando da visita de Cyrus Vance a Buenos Aires.

No dia 21 de Novembro, depois do Secretário de Estado Norte-americano render homenagem ao general San Martín (herói da Independência argentina) na praça central que tem o nome do Libertador, as valentes mulheres identificando-se com lenços brancos

começaram a gritar pela liberdade dos seus parentes.

Fotos eloquentes, como a que reproduzimos, percorreram então o mundo mostrando a outra face do "Natal de Paz" sobre o qual gosta de falar o general Videla.

As mães de trabalhadores, e de estudantes, de rostos angustiados ou irados, apesar da disparidade das suas origens sociais, ideias e práticas, constituem a pro-

Argentina
messa segura da unidade inadiável: a de todos os patriotas que lutam pela libertação nacional e social da Argentina. Expressam o embrião, o germe da Frente de Libertação que um dia, não muito distante, passará a ter uma presença orgânica.

A fé na vitória popular

Este Outubro de petição, também foi o Outubro do início das grandes mobilizações operárias (ver os Cadernos do Terceiro Mundo n.º 1). Dezenas de milhares de trabalhadores — em geral de empresas estatais ou da administração pública — foram intensificando os seus conflitos parciais num protesto generalizado que obrigou o ministro da Economia, Martinez de Hoz, a conceder alguns aumentos que rompem os rígidos limites da sua política salarial.

Ambas as expressões — unidas aos milhares de combates que dia-a-dia são levados a cabo pela resistência — demonstram a fé crescente das massas na vitória popular, a sua intuição de que estão a crescer as divisões entre os militares e que elas assinalam, em última instância, a dissensão crescente entre dois projectos distintos no seio das classes dominantes: o da velha oligarquia latifundiária e o dos monopólios que controlam o mercado interno.

Na sua luta para ampliar o espaço político das suas reivindicações, os familiares dos sequestrados e presos lograram importantes vitórias: diários reaccionários como "La Prensa" e "La Nacion" publicaram em Setembro e Dezembro,

respectivamente, amplos anúncios dirigidos às autoridades a pedir o paradeiro dos cidadãos desaparecidos, o aparecimento dos detidos, a libertação dos presos sem processo, o exercício da "opção para sair do país" consagrada pela constituição aos presos sob a disposição do poder executivo, bem como o julgamento, de acordo com a Constituição e as leis, dos que tenham um processo pendente.

No aviso que publicou o matutino "La Nacion", assinado por milhares de familiares, lembra-se ao general Videla que numa conferência de imprensa celebrada nos Estados Unidos, prometera "um Natal de Paz" e "nenhuma represália a quem diga verdades".

Mas as pacíficas expressões do viajante Videla no plano das "public relations" são desmentidas pelos factos que produz o presidente Videla nas suas funções de governo. Provas não faltam: no mesmo dia 10 de Dezembro — data em que apareceu o anúncio — entre quinze e vinte mulheres da valente e audaz fraternidade "da Plaza de Mayo", foram sequestradas no templo "Holy Cross" da cidade de Buenos Aires.

A provocação

Uma delas era uma freira francesa. Simultaneamente, noutra operação realizada com grande aparato pelos célebres "homens à paisana" com armas de longo alcance, era raptada outra religiosa da mesma nacionalidade.

Numa absurda manobra destinada a tentar travar o inevitável escândalo internacional, o comando do Primeiro Corpo de Exérci-

to, com sede em Buenos Aires, difundiu um comunicado assinalando que os Montoneros haviam assumido a responsabilidade pelo sequestro das freiras Alice Domon e Renée Duquet.

O comunicado — denunciado como falso por portavozes do Partido Montonero — procurava desprestigiar a principal força política de oposição, o Movimento Peronista Montonero.

A golpaça diluiu-se em função da escassa credibilidade que goza o governo de Videla. A sua origem, no entanto, pode ser relacionada com uma legítima preocupação do regime militar: na última ampliação do Conselho Superior do MPM ingressaram neste organismo o sacerdote católico Rafael Yacuzzi e o dirigente democrata-cristão Holver Martinez Borelli.

Os familiares de presos e desaparecidos irradiaram a sua acção para o exterior. Nos últimos dias de 77 publicaram-se dezenas de anúncios, celebraram-se centenas de missas em diversos países numa campanha internacional destinada a proteger os reféns da ditadura, a identificar os desaparecidos e a lançar a luz sobre os fuzilamentos clandestinos.

Em todas estas expressões ressaltou o testemunho das valentes mulheres, que todas as semanas desafiam o terror na Plaza de Mayo. Da sua entrega, da luta dos trabalhadores, do combate anónimo dos heróis da Resistência, da unidade de todos os sectores populares surgirá, sem dúvida, a paz argentina.

Que não é a "pax romana" de Videla.

O massacre de uma família

Aos oitenta anos de idade, Francisco R. Santucho está recorrendo, juntamente com sua esposa, Manuela Juárez de Santucho, aos organismos internacionais para denunciar «a dramática situação» que sofre a sua família e reclamar da comunidade mundial que continue e a esforçar-se para que cesse a actual situação opressiva na Argentina. Pais de Mario Roberto Santucho, líder do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) e do Exército Revolucionário do Povo (ERP), morto em Buenos Aires no ano passado. o casal Santucho faz um comovedor relato daquilo que se passou na Argentina neste documento dirigido à Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas.

FRANCISCO R. Santucho, argentino, de oitenta anos de idade, e Manuela Juárez Santucho, de 65 anos, diante dos crimes e perseguições que sofre a nossa família, e tendo-se esgotado todos os recursos legais e institucionais que interpussemos no nosso país, recorremos aos Organismos Internacionais de Solidariedade para denunciar a dramática situação que sofremos.

O nosso próprio caso não seria suficiente para realizar este apelo, se o mesmo não fosse o reflexo da situação que sofre o conjunto de famílias argentinas. Nosso desejo é contribuir para que se ponha fim ao estermínio indiscriminado de milhares de pessoas.

Somos pais de uma família de dez filhos,



Uma vitória do regime...

aos quais infundimos com empenho um profundo sentimento de amor, de solidariedade e de justiça, de tal maneira que a conduta observada nas suas vidas, não é mais do que a prática consequente destes princípios.

O nosso filho mais velho, Amilcar Latino Santucho, advogado, encontra-se preso desde o mês de Abril de 1975 na cidade de Asunción,

República do Paraguai. Nesta data tentou sair do país, forçado pelas constantes ameaças de morte dos bandos para-militares. Foi preso na fronteira por autoridades paraguaias. Não foi acusado de nenhum crime, não tem causa judicial, e nem há processo. Existe o perigo latente de que as autoridades paraguaias o entreguem às autoridades argentinas, violando as normas do direito internacional. Este perigo existe, apesar dos pedidos feitos pelas Amnistia Internacional, pela Cruz Vermelha Internacional, e pelo Alto Comissário para os Refugiados das Nações Unidas.

O nosso filho Francisco René Santucho, escritor largamente conhecido nos círculos literários, membro da Sociedade Argentina de



Mario Roberto Santucho, dirigente histórico do PRT, morto em Junho de 1976.

Escritores (SADE), fundador da revista "Dimensión", da província de Santiago del Estero, e autor de vários estudos sobre os aborígenes do Norte Argentino, e de vários livros sobre o idioma nativo (Quechua), foi sequestrado no mês de Abril de 1975 pelos tristemente conhecidos grupos para-militares "Triple A". Pai de três filhos de pequena idade "desapareceu" e nunca mais tivemos notícias do seu paradeiro. Pode estar morto ou sofrido horríveis torturas nalgum campo de concentração militar.

O nosso filho Óscar

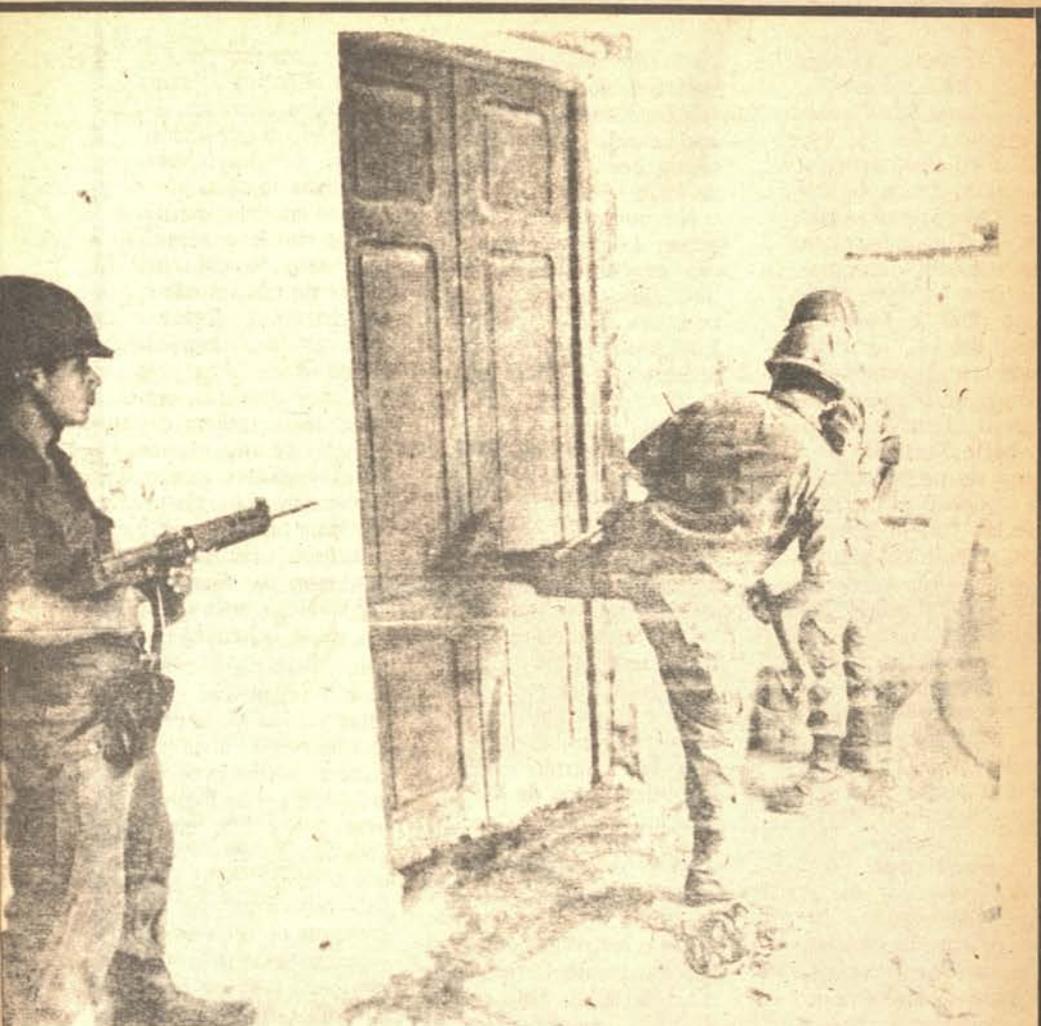
Asdrubal Santucho, pai de quatro filhas pequenas, Fiscal de Contas, foi assassinado na província de Tucumán no dia 8 de Outubro de 1975.

O nosso filho, Carlos Híber Santucho, pai de uma filha, Fiscal de Contas, foi preso no seu trabalho "Aceros Atlas S A". - Rua Vicente Lopez 2046, Capital Federal - na presença de todo o pessoal às 17 horas do dia 13 de Julho de 1976. Sua única culpa era ter o nosso nome. O jornalista uruguaio Enrique Rodríguez Larreta denunciou em todos os foros internacionais o

seu assassinato pela tortura no meio de inarráveis sofrimentos e na presença da nossa filha Manuela.

No mesmo dia 13 de Julho de 1976, foi presa no seu domicílio a nossa filha Manuela Eimina del Rosario Santucho, advogada, casada, mãe de um filho pequeno. Tinha o seu escritório jurídico com o irmão Amílcar na Capital Federal. Sofreu constantes ameaças de morte. Com ela prenderam também a nossa nora, Cristina Silvia Navajas de Santucho, socióloga, mãe de dois filhos. Quando da sua detenção, Cristina telefonou a seus pais para que procurassem seus filhos que haviam ficado com os seus vizinhos. Apesar desta prova evidente da sua prisão, as autoridades militares negam conhecer o seu paradeiro.

Mas a perseguição não se restringe a nossos filhos, pois também alcança, embora pareça incrível, os nossos netos. Graciela Noemi Santucho, de 18 anos de idade, foi presa no mês de Abril de 1975, no mesmo mês em que prenderam seu pai, Amílcar. Não há acusação penal, aplicaram-lhe a lei anti-subversiva, lei de excessão que trás em si um longo processo, sem nunca haver sentença. Graciela é a única pessoa da nossa família cuja prisão é reconhecida ofi-



Um "allanamiento" (rusga): se o suspeito não for encontrado, caberá à sua família pagar...

cialmente pelas autoridades do nosso país. Sem dúvida, como os milhares de presos políticos que existem na Argentina, a nossa neta corre o grave perigo de ser fuzilada nas supostas "tentativas de fuga", processo tantas vezes utilizado pelo governo militar.

A nossa neta, Maria del Valle Santucho, de 26 anos de idade, desa-

parecida em 19 de Dezembro de 1975, foi presa pelas autoridades policiais. Dias depois, a casa da nossa filha, Blanca Rina Santucho foi invadida e dali foi levada Maria del Valle, cruelmente torturada, em estado semi-inconsciente, envolta em trapos, manietada e quase irreconhecível. Fizemos com este testemunho todo o tipo de

protestos, mas a sua prisão foi negada. Há pouco tempo tivemos uma informação extra-oficial, onde soubemos que ela foi assassinada na tortura num campo de concentração militar.

Os nossos netos menores de idade, também foram vítimas da repressão: no dia 8 de Dezembro de 1975, foram presas durante

uma festinha infantil, Maria Ofélia, Maria Susana, Maria Silvia e Maria Emilia de 15, 14, 12, e 10 anos respectivamente, filhas de Óscar Asdrúbal, assassinado em Tucumán. Com eles também foram presos Ana Cristina, Marcela Eva e Gabriela Inês, de 14, 13 e 12 anos respectivamente e Mário, de 9 meses, os quatro filhos de Mario Roberto Santucho. Por força da pressão pública nacional e internacional foram libertados, depois de permanecerem em cativeiro num quartel militar, algemados e com os olhos vendados. Segundo testemunhas, os nossos netos foram presos com a nossa nora, Ofelia Ruiz de Santucho, durante uma acção militar de características impressionantes. Depois da "operação" e segundo o hábito, levaram em camiões todos os haveres de casa, inclusive os móveis.

A que se deve esta incrível perseguição à nossa família? Deve-se à incansável luta que tiveram os nossos filhos por ideais democráticos e justos e por mudanças sociais no nosso país.

O nosso filho Mario Roberto Santucho, foi o principal fundador de duas organizações argentinas, cuja direcção exercia. No seu posto de Secretário-Geral do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) e comandante

chefe do Exército Revolucionário do Povo (ERP), lutou e morreu combatendo pelos seus ideais, em 19 de Julho de 1976.

No mesmo dia foi presa, Lilita Delfino, sua esposa e mãe de dois filhos que se encontrava com o nosso filho. Claro está que, apesar de todas as indagações feitas, foi negada a sua prisão. A cidadã norte-americana Patricia Erb, libertada por pressão do governo dos Estados Unidos, depois de permanecer várias semanas sequestrada pelo Exército Argentino, testemunhou publicamente ter visto Lilita, juntamente com outros presos políticos horrivelmente torturados, nos quartéis militares de Campo de Mayo, província de Buenos Aires.

Nós, na nossa velhice, sofremos nove rusgas em nossa casa. Somma-se a isto, o saque de todos os nossos haveres, o roubo desavergonhado, a destruição da nossa vivenda. Durante a última rusga, as forças repressivas foram dispostas a terminar com as nossas vidas. Salvámo-nos milagrosamente, por que não estávamos em casa. Segundo os testemunhos de vizinhos, as forças repressivas irromperam violentamente, metralharam a porta da entrada, quebraram janelas e o teto, destroçaram móveis e cercaram a vivenda

com centenas de homens armados e carros blindados. Levaram depois tudo o que encontraram de valor, mesmo as roupas de cama.

Com enormes sacrifícios e riscos, conseguimos sair do país em busca da solidariedade internacional. Recebemos grandes demonstrações de afecto e apoio de todos os sectores democráticos, das igrejas, de organismos governamentais e não-governamentais, de todos os que lutam pela restituição dos direitos humanos na Argentina.

Deixamos este testemunho em vossas mãos, para que este solidário organismo continue seus esforços para que na nossa Pátria termine a tortura, a perseguição, a prisão injusta, para que publiquem a lista dos presos, se aplique a lei de opção anulada por decreto, desapareçam os campos de concentração e terminem os fuzilamentos, para que seja anulada a pena de morte, para que termine a perseguição e o terror.

Queremos saber onde estão presos os nossos filhos e que não sabemos se estão vivos ou mortos. Pedimos tratamento humano para todos os presos que estão sepultados vivos como nas catacumbas.

Saudamo-vos com o maior afecto e esperança.

Francisco R. Santucho
Manuela J de Santucho

CHILE

A
farsa
de Pinochet



Frida Modak

*O «referendo» foi convocado
porque a resistência desafiava sem temor a ditadura,
apesar da experiência de quatro anos de brutal repressão.
Causou graves conflitos no interior da própria junta militar
e levou à eclosão
das primeiras manifestações de rua contra o regime,
desde o golpe de 11 de Setembro de 1973 e os massacres que o seguiram.*

CONCLUÍDA a farsa plebiscitária de Pinochet, pergunta-se qual será seu próximo passo. É evidente que o ditador chileno não se lançou numa aventura que o ridicularizou internacionalmente, para poder dizer que o fraudulento episódio legitimou o seu regime e agir como se assim tivesse sucedido. Tampouco é possível pensar que agiu por própria conta e risco, ainda que o tenha feito em detrimento dos demais integrantes da junta militar que encabeça. Em tudo isto há uma série de vazios que em breve serão preenchidos. Para já, é útil, que sejam assinalados alguns aspectos.

Pinochet convocou o plebiscito porque o seu prestígio pessoal deteriorou-se em consequência de um conjunto de circunstâncias. A resistência interna desafiava a sua ditadura, expressando-se publicamente e sem medo, apesar da dura experiência de quatro anos de brutal repressão.

Isto estava a demonstrar o fracasso do seu regime no cumprimento da missão prioritária que lhe fôra encomendada pelo governo dos Estados Unidos, autor intelectual, e em algum grau também material, do golpe de Estado do 11 de Setembro de 1973. Pinochet, tal como os restantes ditadores latino-americanos, dedicou-se à tarefa de aniquilar o movimento popular para dar uma garantia a longo prazo aos interesses económicos e hegemónicos dos norte-americanos. E Pinochet, da mesma maneira que seus "colegas", só mostrava o fracasso, porque o sistema colectivo concebido para tais fins, provava definitivamente que tinha



fracassado ao longo do ano de 1977.

Os regimes militares

As actuais ditaduras latino-americanas surgiram em função de outro fracasso, o da "Aliança para o Progresso", apresentada como alternativa à Revolução Cubana. Ao ficar demonstrado que o "aliancismo" era incapaz de conter as legítimas aspirações dos povos latino-americanos, só restava como solução, a força. Mas o "Cuartelazo" (quartelada) tradicional não era a solução definitiva procurada pelos Estados Unidos. Foi então, baseado na informação que em fins da década de sessenta Nixon encarregara Nelson Rockefeller de elaborar, se estruturou um plano para dar aos "cuartelazos" o conteúdo ideológico que não tinham e converter os governos de facto no aliado continental que os norte-americanos necessitavam.

Formados nas academias do Pentágono, os militares latino-americanos receberam a instrução mínima para administrar um país, e a máxima que se lhes podia proporcionar em técnicas repressivas, tudo isto acompanhado de uma conscientização ideológica em favor das vantagens do chamado "mundo ocidental cristão", ao qual se dava o carácter de máxima potencialidade de desenvolvimento económico e militar.

O "comunismo internacional" era o inimigo, e toda a reivindicação popular era identificada com a subversão comunista que deveria ser combatida. E, assim, oficiais que nunca participaram numa batalha sequer, declararam guerra aos seus próprios povos, assassinando e torturando milhões de seres humanos, e negando a muitos outros milhões os direitos mais elementares. Tudo isto em nome da "civilização ocidental cristã".

Poucos anos bastaram para que os governos militares também demonstrassem a sua incapacidade em alcançar as metas que lhes haviam fixado. Somente no Brasil o prazo foi maior, porque os primeiros anos da ditadura constituíram o ensaio geral do projecto que se generalizou iniciada a década de setenta.

A pseudo-democratização

É diante desta realidade que o governo norte-americano, já presidido pelo presidente James Carter, decide recorrer às pseudo-democratizações, numa nova tentativa de manter a sua hegemonia sobre a América Latina. E Pinochet, fracassado como todos os ditadores, resiste em fazer as mínimas concessões que requer o novo projecto, porque sabe que este é o começo do seu fim, como está a mostrar a crescente e pública actividade de uma resistência que já não pode reprimir como antes, porque esta ganhou um espaço político, porque a comunidade internacional o mantém em permanente observação e, porque a melhor imagem que reflecte a

pseudo-democratização, é também, um obstáculo.

Deteriorado por este conjunto de circunstâncias, dá alguns golpes de força que o põem em contradição com o falso projecto democratizador e determinam que os Estados Unidos seja, na Assembleia Geral das Nações Unidas, co-autor do projecto de resolução que condena o seu regime.

É uma advertência que não pode ignorar porque tem repercussão no seio das Forças Armadas, que sabem que não podem desafiar quem as pôs no poder. A sua situação deteriora-se ainda mais, mas não cai porque no governo dos Estados Unidos existem também contradições. Estas contradições são de forma e não de fundo, porque uns e outros são igualmente imperialistas e pensam que o mundo deve ser organizado à sua imagem e semelhança e, é claro, sob o seu domínio. Somente diferem na forma de o conseguir, e por isso uns se inclinam por suavizar as ditaduras, e outros opõem-se, por considerarem que se poria em perigo a hegemonia norte-americana na América Latina, a qual deve ser defendida a todo o custo.

A GRANDE FARSA

Nestes sectores encontrou Pinochet o seu ponto de apoio, porque os seus interesses pessoais coincidiavam com o status que eles por sua vez desejavam conservar. E assim surgiu o "plebiscito" destinado a consolidar a ditadura chilena, mas que também serviria como argumento para consolidar o resto dos regimes ditatoriais do conti-



A passo de ganso...

nente, sem correr os riscos da pseudo-democratização. A adopção das medidas preliminares para pôr em andamento o primeiro projecto pseudo-democratizador, já provara, como ocorreu na Bolívia, que os povos estavam em condições de irromper e radicalizar estes processos, para levá-los a uma autêntica democratização e recuperar a sua plena liberdade.

Por esta razão o "plebiscito" de Pinochet realizaria-se ainda que se lhe opusessem a Força Aérea e a Marinha chilenas, que não aceitavam submeter-se ao veredicto popular, mesmo sabendo que o fraudulento resultado lhes iria ser favorável. Temiam que, como ocorreu, ficasse demasiado

em evidência que o seu poder somente assentava na força.

Enquanto na Junta Militar Chilena se discutia sobre a conveniência de convocar o plebiscito, no Departamento de Estado Norte Americano discutia-se algo parecido. O grupo conservador encabeçado por Terrence Todman, Subsecretário de Estado para Assuntos Latino-Americanos, sustentava que o facto de se realizar uma votação já seria considerado positivo e um sinal de democracia. Os liberais, mais cuidadosos nas formas, pensavam que a vigência do estado de sítio e do toque de recolher, além das restrições de todas as liberdades, impediam a emissão de um juízo como o apontado.



A tristeza e o medo, no Chile de Pinochet.

Esta discrepância, da mesma forma que a existente no seio da Junta, não se referia à essência do regime ditatorial, e determinou que o Departamento de Estado não se pronunciasse até depois de efectuado o plebiscito, dando a Pinochet a possibilidade de impor o seu critério aos Chefes da Força Aérea e da Marinha.

As consequências

Consumado o "plebiscito", não tem sentido analisá-lo, porque seria ridículo analisar uma fraude, mas torna-se necessário examinar as suas repercussões. Se a pretensão era demonstrar o perigo das pseudo-democratizações, isso foi conseguido. A velocidade com que o povo chileno se mobilizou politicamente, indica que está em condições orgânicas de aproveitar

qualquer conjuntura, por pequena que seja, para precipitar uma restauração da democracia. E isso não passou despercebido ao Departamento de Estado que formulou uma ambígua declaração, constatando, porque não poderia deixar de fazê-lo, que o "plebiscito" não permitiu a livre expressão da vontade popular e formulando o desejo de que os chilenos pudessem chegar a expressar-se democraticamente.

Pinochet, por sua vez, considera que se afirmou o bastante para pôr em andamento o seu projecto, e, sem revelá-lo ainda, reafirmou os conceitos que definem a sua "democracia" autoritária, protegida, integradora, aprimorada tecnicamente e de participação social, que reúne todas as características de um sistema fascista. O único fac-

to novo que antecipou, foi o apêlo aos seus partidários para que formem um movimento cívico de apoio ao regime, completamente indispensável ao modelo fascista, o que representa uma concessão ao chefe da Força Aérea que o sugeriu há algum tempo.

Com estas características, abre-se a etapa "post-plebicitária" em que tudo indica, haverá a procura de soluções super-estruturais que dêem garantias aos Estados Unidos.

Novas fórmulas serão ensaiadas, onde Pinochet estará ou não incluído e ele sabe disso. Por esta razão, apesar de internacionalmente haver consciência sobre a fraude do plebiscito, Pinochet insiste em apoiar-se na votação popular que nunca existiu. Mas, definitivamente, a sua pessoa não é importante, e se sua exclusão servir para concretizar qualquer modelo, ela se produzirá. Ao mesmo tempo, partidos políticos que antes se calavam, e que agora proclamaram sua vocação democrática, serão submetidos à prova pelos modelos que lhes serão propostos, e isto é especialmente válido para a democracia cristã.

Como é habitual neste tipo de projectos, prescindem-se do povo, sobretudo depois que o povo chileno manifestou claramente nas ruas qual é seu objectivo, ao gritar "O Povo vencerá, a Junta cairá". Em termos gerais a situação não foi alterada pelo plebiscito, agudizando-se somente a disputa entre os chilenos que querem liberdade e democracia plenas, e os militares e o imperialismo, decididos a impedir que isso se concretize. ●

PERU

A bandeira de Alvarado



Uma multidão calculada, em mais de quinhentas mil pessoas converteu o enterro de Juan Velasco Alvarado numa gigantesca e combativa manifestação revolucionária, advertindo os que em nome da Revolução procuram desfigurá-la ou destruí-la. A direita sabe agora, quem tem de enfrentar ao devolver o Peru ao domínio da oligarquia e do imperialismo.

COMO testemunhos da sua linha revolucionária, coerente e sem quebras, pego em três entrevistas das que tivemos com o general Juan Velasco Alvarado: em 1973, quando passámos por Lima de regresso da Conferência do Movimento dos Países Não-Alinhados de Argel; em 1975, na partida de uma viagem jornalística a África e, em 1976, pouco antes de viajarmos para o México.

A primeira entrevista, realizada no Palácio do Governo, destinava-se a um livro que estávamos a escrever sobre o "modelo Peruano" o seu tema principal foi o movimento encabeçado pelo General Alvarado que derrubou o presidente Belaúnde em Outubro de 1968.

Encontrámos, então, o presidente com um grande vigor físico e dominado por uma forte capacidade de trabalho. Como era seu hábito, passou a maior parte do tempo a fazer-nos perguntas centradas, principalmente, nos bastidores da Conferência de Argel, onde o seu Primeiro-Ministro, general Mercado Jarín, apresentara uma posição declaradamente anti-imperialista e terceiro-mundista. Quando lhe recordámos que o tempo que nos concedera se esgotava, e que vários ministros esperavam na ante-sala, Velasco deu uma vista de olhos na sua agenda e disse com uma certa malícia: "Não se preocupe. Não há nada de urgente. Esperarão um pouco. Vamos continuar."

Falou longamente sobre o movimento de 68, as manobras que, como Comandante-Chefe do Exército, teve de fazer para encobrir

a conspiração; o limitadíssimo número de oficiais nela comprometidos, os riscos que corriam; e, sobretudo, o projecto revolucionário que, já então, era o centro da sua atenção.

Considerar-se-ia, então, o General Velasco em condições de enfrentar os problemas que se seguiriam ao êxito ou à derrota?

— Alguns porta-vozes da oligarquia atacavam-me dizendo que eu não conhecia o meu país. A verdade é que eu não sei o que me falta conhecer. Foi pela vivência e conhecimento directo do país que pudemos ver, e sentir, o sofrimento do nosso povo; como os "gamonales" (latifundiários) tratam os nossos camponeses. A justiça, a polícia e nós próprios estávamos ao serviço desta gente e, era evidente, que havia que mudar este estado de coisas. Ainda que vissemos claramente que era uma tarefa difícil, dizia-nos como que respondendo a si mesmo.

O presidente peruano pôs-nos então várias perguntas sobre o que tínhamos visto nas longas viagens que fazíamos pelo interior do seu país, principalmente nas áreas camponesas da Sierra. Preocupava-o muito a aparente apatia das classes exploradas, apatia que considerava um obstáculo ao processo revolucionário. Mostrou-se muito entusiasmado quando lhe relatámos factos e episódios reveladores de uma crescente mobilização no explorado mundo camponês.

— As suas informações coincidem com outras que recebemos. De facto, a massa camponesa está em movimento, e isso é um

acontecimento decisivo do nosso processo revolucionário. Ao princípio não foi fácil convencer os camponeses dos propósitos e objectivos da revolução. Por vezes desesperávamos. Era como se estivessem a dormir. Dava-nos vontade de os sacudir e dizer-lhes: "Olhem, isto é para vocês. Raciocinem, avancem".

A entrevista foi interrompida uma só vez por um telefonema do então Ministro da Economia, general Francisco Morales Bermúdez. Pelo diálogo, deduzi que Morales propunha a Velasco o aumento da gasolina. O presidente recebeu de muito mau humor a proposta do seu ministro. "Sobretudo agora que as pessoas começam a ir à praia. Estiveram à espera todo o ano, é injusto que se lhes impeça a ida aos banhos".

"Olhe, sempre nos caracterizámos por encontrar soluções diferentes, originais, peruanas. Porque razão havemos de fazer o mesmo que fazem outros países? Também neste caso devemos dar o exemplo", afirmou antes de desligar o telefone. No dia seguinte a Imprensa de Lima anunciava que o Peru não racionaria, nem aumentaria o preço da gasolina — como estava a suceder em quase toda a América Latina — e que o Governo exortava o povo à restrição voluntária do consumo.

Um dos diários que o presidente tinha sobre a mesa anunciava com malícia que o Peru ia comprar tanques soviéticos. "Como país soberano pode comprá-los onde melhor lhe convier", assinalou Velasco. Perguntámos-lhe a razão da notícia ter sido pri-



Velasco recebendo um grupo de camponeses indígenas

— Você sabe que a CIA não dorme.

Um velho rascunho

Pouco antes de nos despedirmos, o presidente tirou da gaveta um papel amarelado com data de 28 de Abril de 1968. Era uma espécie de preâmbulo de um documento mais amplo, cuja capa dizia: "Plano Inca".

— É a primeira vez — disse-nos Velasco — que um jornalista tem conhecimento deste documento. É um rascunho de trabalho em que expúnhamos as nossas ideias iniciais sobre o que poderia ser a Revolução Pe-

ruana. Eu, que não sei escrever à máquina, tive que fazer "tic-tic", letra por letra.

— E que importância dá a esse documento?

— Agora que estou mais velho, com uma ideia muito mais clara do que é fazer uma revolução, vejo que este documento tem uma certa dose de inocência. Foi feito por um homem cheio de ideias e de bons propósitos, mas que não sabia como é difícil levar por diante um processo revolucionário. Gosta de toiros?

— Não digo que goste, mas já tenho ido a algumas corridas...

— Bom. Então imagine

que uma coisa é estar no palco e outra é estar na arena. De cima, o toiro parece pequenito. Mas que grande que o vê o toureiro/ Olhe agora estamos com ele em cima e, asseguro-lhe, que é enorme...

A Revolução Peruana enfrentava então uma dupla conspiração que, no fundo, era a mesma: a da velha oligarquia "terrateniente" — que se tinha mudado do campo para a cidade, associando-se à burguesia importadora e exportadora, e dedicado ao jogo da especulação imobiliária urbana — e a do imperialismo, liderada pelos Estados Unidos.

A contra-revolução ac-

tuava de mil modos, e qualquer novo avanço encontrava maiores resistências, inclusive nos círculos mais próximos do poder. Nesse panorama marcado pela luta, surgiu a doença de Velasco, que foi obrigado a reduzir progressivamente a sua capacidade de trabalho, abrindo uma brecha que o inimigo habilmente aproveitou.

Os historiadores deste importante período da vida peruana analisarão, sem dúvida, mais profundamente, os motivos pelos quais Juan Velasco Alvarado não renunciou ao Governo quando o agravamento do seu estado de saúde lhe reduziu em demasia as possibilidades de actuar, mas, no entanto, estava em condições de encaminhar a sua sucessão com maiores garantias para o prosseguimento do processo revolucionário. Pode-se dizer em seu favor que confiava muito na sua prodigiosa resistência física, e alimentava continuamente a esperança de se restabelecer para levar por diante o processo de reformas.

No entanto, o povo nas ruas pressentia que as possibilidades do seu restabelecimento eram remotas, e via com angústia o futuro do regime. Senti nos bairros de lata de Lima, Cuzco, Iquitos, Huancayo, Piura, por todo o lado, as expressões desse temor. Vimos também impressionantes manifestações de carinho por "el Chino", como o chamava afectuosamente o povo. O tradicional misticismo dos peruanos era canalizado em votos e orações pela sua saúde.

"Olhe amigo — disse-nos a senhora Nieves na Villa el Salvador, "um jovem bair-

A última homenagem

"Uns dizem que éramos quinhentos mil, outros pensam que ultrapassávamos o milhão. Não seria, na verdade, possível contar tanta gente. O que lhes posso dizer é que todo o povo participou, directa ou indirectamente, nessa imensa manifestação ao "Chino". Quisemos expressar não só a nossa gratidão à sua acção e apoio ao seu trabalho, como também a revolta contra os que estão a desvirtuar ou a destruir a sua obra".

"O enterro de Velasco foi uma verdadeira exibição do grau de consciência que vêm adquirindo os sectores populares de um país com pouca tradição de mobilização. Ao contrário de outras manifestações, esta foi espontânea, obra do povo, na base de um sentimento de repúdio às medidas impostas na chamada segunda fase. Para lá dos esquemas ou das interpretações correctas ou incorrectas a conclusão fundamental é que os oito anos de processo revolucionário geraram um nível de consciência popular, de interesse de classe".

"A manifestação popular durante o enterro do general Velasco aqueceu o ambiente político. A direita, que considerava politicamente liquidado o Chino, e o processo revolucionário sem base popular, intensifica a reacção. As bombas contra a revista "Marka" são um exemplo dessa contra-ofensiva":

Estas são algumas das muitas cartas que recebemos de Lima e doutras cidades peruanas sobre a gigantesca manifestação popular que constituiu o enterro do general Alvarado. Ela não encontra paralelo na História peruana e converteu-se numa demonstração de apoio às mudanças revolucionárias e de condenação dos seus inimigos.

É todavia, cedo para precisar o alcance deste pronunciamento colectivo não só a nível dos partidos e das massas populares, como também do Governo. E, particularmente, das Forças Armadas. Tornou-se evidente que para destruir todas as conquistas que os camponeses, operários e outros sectores conseguiram conquistar é necessário um duro afrontamento. Algumas declarações do general Morales Bermúdez, bem como de auxiliares do seu Governo, advertindo os partidos conservadores que as conquistas da revolução são intangíveis, e também as discretas referências às pressões económicas norte-americanas, são consideradas em meios políticos de Lima um sintoma do profundo impacto que produziu esta grandiosa manifestação a Velasco.



Morales Bermúdez com Ernesto Geisel: uma crescente e mútua simpatia.

ro da lata” nas redondezas de Lima — os médicos pensam que foram eles que salvaram Velasco da doença. Mas é um engano. Foram mas é as preces do povo ao Senhor dos Milagres”.

A senhora Nieves estava entre as duzentas mil pessoas que, em 1974, desfilaram diante do hospital onde Velasco estava a ser operado, desfile que constituiu uma gigantesca manifestação e advertiu a oligarquia, e os seus patrões no estrangeiro — que conjuravam contra o presidente Velasco — dos verdadeiros sentimentos do povo.

Neste país profundamente católico, em que durante a festa do Senhor dos Mi-

lagres milhões de pessoas saem às ruas, é frequente e religioso, a mitologia e a política confundirem-se como forma do povo expressar os sentimentos. Dizia-nos um velho chefe da região de Puno: “Nas nossas regiões muitos de nós pensam que a lenda converteu-se em realidade e que o general Velasco é o deus Inkari que regressou para libertar o país”.

Segundo a lenda, o deus Inkari, filho do Sol, foi quem construiu o império indígena, criou o homem e toda a sua riqueza material. Quando construiu o seu império foi atacado pelo conquistador espanhol e vencido. Decapitado, os

seus restos foram disseminados por todo o Tahuantinsuyo (Império Inca) não se sabendo se a sua cabeça está em Cuzco ou em Lima. Os camponeses dos Andes acreditam que Inkari não morreu e que aparecerá entre os homens, forte e poderoso. Acreditam que Inkari vive latente e que reencarna um pouco todos os dias, e, quando inteiro, chegará o momento em que travará a batalha decisiva pela libertação do seu

povo.

Ao discursar no enterro do general Alvarado, o seu fiel companheiro de armas, general Aníbal Meza Cuadra, afirmou ter sido Velas-

co um redentor dos humildes. Não é pois estranho, que em muitos lugarejos da Sierra os camponeses, secularmente explorados, o considerem como a reencarnação de Inkari.

Um gigante em luta contra a doença

Em meados de 1975 já eram muito preocupantes as notícias sobre o estado de saúde do general Alvarado. Pedi ao general Leonidas Rodríguez, então comandante da Região de Lima, que lhe transmitisse as nossas saudações em vésperas de uma viagem a Portugal e aos actos comemorativos da independência de Moçambique e Angola. Dois dias depois recebemos do Palácio do Governo a comunicação de que o presidente não gostaria que partíssemos sem que antes o víssemos. Foi um encontro verdadeiramente comovedor. Não nos foi possível conter a profunda emoção que, à Beatriz Bissio e a mim, nos deixou aquele gigante em luta contra uma doença implacável, que dia a dia avançava e de que ele tinha profunda consciência. Mesmo assim, Velasco não perdia o humor, que alternava com explosões de inconformação por não ter feito tudo o que tinha projectado em favor do seu povo. Falámos durante quatro horas sobre muitos assuntos, mas um deles apaixonava-o: o decreto que oficializaria o quechua como segundo idioma nacional.

Façamos um parêntese para recordar que quando, a 3 de Outubro de 1968, entrou no salão de honra do Palácio Presidencial, acompanhado pelo seu en-

tão assessor, o coronel Leonidas Rodríguez Figueroa, Velasco ficou atônito ao ver que a sala onde se tomavam as decisões mais importantes do país encontrava-se dominada por uma imponente figura do conquistador Francisco Pizarro. "E isto, que faz aqui?" — perguntou.

Daí em diante o quadro do conquistador espanhol, que recebia a veneração da oligarquia de Lima, apesar de ter mandado matar milhares de peruanos, foi substituído por um de Tupac Amaru.

— E porque razão a estátua de Pizarro continua aqui ao lado do Palácio, general?

— Perguntei-me a mim próprio muitas vezes o mesmo, e, algumas vezes, pensei em mudá-la de lugar. Mas, por diferentes motivos, esses desejos não se concretizaram.

Naquele momento Alvarado evocava com paixão patriótica tudo o que a colonização havia empreendido contra os seus antepassados e falava da oficialização do quechua como um reencontro histórico. Disse-nos que o decreto estava enfrentando resistências de uns "blanquitos" do Governo, mas que, de todas as formas, seria levado à prática. Parecia que frente ao seu cadeirão estavam sentados, como réus julgados pelo povo, todos os vice-reis e inquisidores espanhóis que o oprimiram durante séculos. Talvez, algum dia, algum cineasta peruano reviva num filme histórico esse instante de afirmação nacional.

Pouco antes das quatro da tarde o general foi avisado que devia preparar-se para os exercícios físicos

prescritos pelos seus médicos. Celebrava-se no dia seguinte a cerimónia de juramento de bandeira que pela primeira vez era realizada em espanhol e quechua e, também pela primeira vez, não foi só uma cerimónia castrense mas também civil. Os médicos ponderaram as inconveniências da sua participação e sugeriram ao general que não estivesse presente. Porém, a resposta foi categórica: "Irei de qualquer forma".

E foi. Permanecendo várias horas de pé, desfilando em automóvel aberto, suportando as dores físicas, mas, no entanto, recebendo o calor de uma das maiores manifestações de massas que a cidade de Lima recorda.

Quando nos despedimos, Velasco perguntou-nos quanto tempo demoraríamos a voltar.

— Pelo menos três meses, presidente.

— Então já não me encontrarão aqui.

— Mas tudo leva a crer que o senhor está a dominar a doença.

— Aparentemente.

De maneira menos explícita falou-nos sobre "certos movimentos" na esfera do poder; salientou, porém, que só o povo peruano tinha direito a decidir sobre o seu afastamento.

O derrube de Velasco

De Luanda falámos para alguns amigos em Lima quando nos inteirámos do derrube de Velasco, a 29 de Agosto de 1975. Esses companheiros informaram-nos, então, que a substituição de Velasco devia-se unicamente ao agravamento do seu estado de



A reforma agrária foi uma das realizações do governo de Velasco. Na foto uma assembleia de camponeses da Confederação Nacional Agrária.

saúde, que não lhe permitia, já, continuar a governar.

Essa ideia está presente numa extensa e minuciosa entrevista que o chefe de Estado, general Morales Bermúdez, concedeu ao nosso companheiro Pablo Piacentini e que foi publicada no número 9 da nossa revista, editada então em Buenos Aires.

“Vamos aprofundar a revolução”, disse então o actual presidente, acrescentando toda uma série de considerações que poderiam dar ao leitor a convicção que, de facto, se pretendia avançar. “Tanto no plano do Governo como na ideologia do processo dá-se, efectivamente, uma prioridade marcante ao

conceito da propriedade social”. “A partir de 29 de Agosto, estabelecemos claramente que nesta segunda fase devemos procurar a consolidação e a aprofundação do processo. Não deve haver, nem na prática há, uma solução de continuidade entre a primeira fase e a segunda”, afirmou Bermúdez.

Em que doutrina se apoiaria o processo para chegar às suas metas? O novo presidente responde: “O socialismo e o humanismo são factores presentes na nossa doutrina”. Noutra ocasião disse ao país que “a palavra socialismo não nos deve assustar”.

Mas, o que é facto, é que a euforia revolucionária durou pouco na segunda fase

do processo peruano. Seria evidentemente injusto considerar ao mesmo nível o que se passa actualmente no Peru com o que se passa nas ditaduras de direita predominantes em outros países sul-americanos. Nem tão pouco se pode afirmar que todas as instituições revolucionárias foram destruídas; no entanto, é evidente, que não só o espírito do Governo é outro, como muitos dos seus actos reflectem uma preocupação em privar o processo da sua fundamental conotação socialista.

A direita, e os seus aliados na iniciativa privada, levantaram de novo a cabeça em Lima. A relação com os operários e os campones-

Peru ses endureceu e, o pior de tudo, o Governo submeteu-se — ainda que exibindo expressões de desgosto — a todas as exigências do Fundo Monetário Internacional.

Na entrevista com Piacentini, o presidente Morales Bermúdez afirmou que “o único anti que temos na nossa doutrina é o anti-imperialismo”, no entanto, o seu Governo não se caracterizou por resistir às pressões imperialistas, que, no caso do Peru, foram sempre brutais e implacáveis.

Não pretendemos recordar aqui tudo o que ocorreu no Peru desde que o general Alvarado foi derrubado. São muitos os peruanos que resistem com decisão, e é evidente que a mobilização popular contra a reacção no Peru é hoje tão grande que a destruição das

conquistas revolucionárias enfrenta uma cada vez maior resistência. No auge deste grande afrontamento entre revolução e contra-revolução encontrámo-nos uma vez mais com o general Alvarado no seu leito de enfermo, no Hospital Militar de Lima.

A 24 de Setembro de 1976, vimo-lo pela última vez. Mostrava sinais de recuperação de uma recaída anterior que o obrigara a internamento numa clínica de Houston, onde recebeu tratamento que lhe causava mais sofrimentos que possibilidades de cura.

— Decidi regressar para morrer na minha pátria.

Bastou o contacto com a sua terra para que recobrasse o ânimo e, uma vez mais, espantou os médicos com a sua surpreendente capacidade de recuperação.

O presidente já movia os braços, a perna esquerda e revelava um conhecimento perfeitamente actualizado do quadro político e administrativo da República.

À medida que falava conosco sobre acontecimentos que considerava indicadores de uma política tendente a destruir a revolução, a sua indignação era evidente. Acusando o Governo de ser insensível aos sofrimentos do povo. “As pessoas morrem de fome. Daqui a pouco não haverá dinheiro nem para comprar um quilo de pão”. Grande era a sua preocupação pelos perigos que ameaçavam a reforma agrária e, sobretudo, de se estar a liquidar “a estabilidade de emprego”. O general Velasco voltou muitas vezes a este tema. “E o trabalho que nos deu a fazer sair esta lei/

Morales Bermudez na época em que não tinha medo da palavra “socialismo”...





O gen. Leonidas Rodríguez Figueroa: permaneceu fiel à Velasco e, actualmente, destaca-se na oposição a Morales Bermudez.

Agora os patrões despedem como querem os operários, e não há quem lhes peça explicações”.

A demissão do general Fernández Maldonado provocou um rude golpe no general Alvarado, sobretudo pela maneira “como o fizeram”. Manifestou-nos a sua inquietação, não pelo facto de se substituir um primeiro-ministro, mas porque se saneara um militar comprometido com a revolução. Preocupava essencialmente o general Alvarado o que poderia estar em

gestação, ou seja: a reconversão do Exército num instrumento das classes exploradoras. “O que querem é que os militares voltem a invadir as terras ou a reprimir os operários. Isso é o que eles querem. À medida que o conseguirem estarão a afastar as Forças Armadas do povo e a destruir o processo de reformas inspirado por elas”.

Todas as notícias sobre mobilização e unificação de forças populares interessaram-no vivamente nesta inolvidável conversa de despedida.

Hoje, o general Velasco está morto. Não as suas ideias e o seu exemplo. Disse-o o povo peruano nas ruas, no apoteótico adeus ao líder desaparecido.

Como sempre ocorreu em circunstâncias semelhantes, não serão poucos os que aparecerão a interpretar a sua acção, e, muitos mais procurarão, aparecer como herdeiros do seu testamento. Quer a história antiga, quer as crónicas recentes são muito didácticas a este respeito. Este tipo de herança não se faz com notários nem tão pouco por autodesignação.

Velasco Alvarado liderou uma revolução progressista que, para sobreviver e avançar, deverá enveredar num claro e definido projecto socialista.

Foi ele mesmo quem o afirmou na mensagem que endereçou ao povo do seu país através da revista *Socialismo y Participación*: “É necessário — escreveu ele — preservar o legado revolucionário e enfrentarmos unidos a tarefa histórica de construir na nossa pátria uma sociedade socialista. Verdadeiramente independente e nacional, uma democracia participada assente na propriedade social e a participação directa do nosso povo no poder político”.

Seus herdeiros serão aqueles que se comprometam a levar por diante este projecto e não desfigurando-o. Mais que pessoas, será o povo peruano, donde proveio o general Velasco Alvarado, e em favor do qual decidiu toda a sua acção pública e a sua vida.

NEIVA MOREIRA

URUGUAI

A vida quotidiana

*O controlo policial começa aos cinco anos de idade
e persegue os uruguaios como uma sombra,
em toda a sua vida pública ou privada.*

*Mas, mesmo assim, o povo consegue organizar-se
para sobreviver debaixo deste totalitarismo inaudito
e cria novas formas de resistência.*

ao mesmo tempo que se notam sintomas de decomposição no seio do Exército.

Por motivos óbvios de segurança

temos de omitir o nome do autor deste artigo.

*Trata-se de umã personalidade uruguiaia, residente em Montevideu,
que conhece por dentro os mecanismos de funcionamento
do aparelho repressivo que aqui descreve.*

A situação actual do Uruguai assemelha-se, em muitos aspectos, à de um país "ocupado" por tropas inimigas. De uma forma quase que imperceptível, mas continuada, as Forças Armadas uruguaias foram mudando de mentalidade que as levou, desde a posição de forças defensoras do sistema e Poder Civil, primeiro na intervenção colaborante na solução dos problemas políticos, depois a tomar partido nas suas dissensões apoiando uns

grupos do poder contra os outros; posteriormente dirigindo a acção da oligarquia contra o povo; para, mais tarde, se enfrentar com certos organismos representativos dessa oligarquia, como a Federação Rural, chegando a actuar como se considerassem a população civil, a todos os níveis sociais, económicos e burocráticos, como inimiga.

Talvez seja este o fenómeno mais difícil de perceber para quem está fora do

Uruguai — e, também, o mais difícil de acreditar — mas é a realidade com que deparamos, todos os que temos a oportunidade de ver por detrás do cenário.

Actualmente, as únicas reacções dos civis uruguaios para com os militares são o medo ou o desprezo, ou ambas as coisas misturadas em diferentes graus.

Para chegar a tal estado, as Forças Armadas percorreram um primeiro período, de 1972 a 1974, de



Um dia a dia estreitamente vigiado.

uma agressividade avassaladora. Nele se destruíram todas as estruturas governamentais e populares da sociedade civil tradicional até então em funcionamento: o parlamento, a universidade, os tribunais, os partidos políticos, a organização sindical, e foram erradicados, para a prisão ou para o exílio, os dirigentes dessas instituições. Foi também nesta etapa que começaram a criar os mecanismos de controlo das forças populares.

Controlo desde a infância

O organismo vertebral foi a formação do banco de dados. Todas as repartições

actuantes na repressão requisitaram para as forças armadas os documentos e ficheiros, recolheram informações e actas de interrogatórios ao mesmo tempo que efectuavam uma intensa investigação histórica de actividades. As informações foram centralizadas, de imediato, num grande ficheiro único, orientado por computadores, nos escritórios do Estado Maior Conjunto (ESMACO) das Forças Armadas.

O controlo do indivíduo começa aos cinco anos de idade, com a entrada na escola, na qual tem de preencher uma ficha onde mencionam os dados da família e as actividades dos familiares em primeiro grau. É muito provável que a partir

deste momento passe a ficar incorporado no ficheiro da ESMACO devido às suas relações de parentesco. A partir daí será seguido passo a passo por todas as actividades que realize na vida.

A implantação do "número codificado" (dois algarismos para o ano de nascimento, dois para o mês, dois para o dia, um zero ou um 1 para indicar o sexo e três letras iniciais do nome e do apelido) identifica claramente cada pessoa. O seu uso obrigatório para toda e qualquer actividade possibilita o controlo absoluto da sua actuação civil.

A investigação histórica da esquerda nacional fez com que fossem incorporados no ficheiro milhares de assinaturas que alguma vez

Uruguai
apareceram em documentos ou manifestos, listas ou relações de nomes. Contribuição fundamental foi a relação dos delegados de todos os partidos políticos em todos os círculos eleitorais de todas as eleições realizadas neste século. Ficharam-se, assim, mais de 300 000 pessoas (onze por cento da população), que foram afastadas de todos os cargos de direcção, ou mesmo de participação, nos mais variados aspectos da vida nacional, para além de lhes terem sido criadas condições que os obrigaram ao exílio voluntário ou forçado.

O ingresso na Administração Pública passa pelo controlo obrigatório do ESMACO e só está ao alcance de quem não figura nos seus ficheiros. As fábricas importantes estão obrigadas a apresentar todas as semanas ao ESMACO a relação do pessoal que entrou para a empresa. Nos 15 dias seguintes recebem autorização para manter ou despedir cada um desses trabalhadores. As pequenas indústrias, oficinas e lojas de comércio têm de solicitar à polícia um "certificado de boa vizinhança" para realizar qualquer tipo de actividade. Preenchem então um formulário onde constam entre outras perguntas a totalidade do seu pessoal. Nos 15 dias seguintes recebem a comunicação dos considerados "subversivos" e a quem se aconselha a despedir. A partir de Julho de 1977, a "Acta Institucional n.º 7" estabelece como causas para despedimento na função pública: a reorganização ou as conveniências dos serviços, a produtividade e a segurança nacional, o que torna previ-

sível a curto prazo o despedimento de todos aqueles que figurem no ficheiro.

Liberdade vigiada

As funções de direcção a nível social, profissional, desportivo, sindical e cultural encontram-se controladas e as autoridades de qualquer associação civil submetidas à aprovação da ESMACO. Em Maio de 1977, a Associação de Hemofílicos (que reúne cerca de 200 associados em todo o país) que se dedica à obtenção de descontos na compra de medicamentos e à assistência médica dos seus filiados, recebeu ordem para despedir um dos seus dirigentes devido a antecedentes "subversivos".

Em Setembro de 1976, uma reestruturação governamental eliminou o Ministério de Previsão Social. Ao serem distribuídas as suas repartições, o Plano Nacional de Habitação, ficou a cargo durante três meses do Ministério da Defesa. O coronel que então superintendia, como missão de rotina, mandou enviar ao ESMACO a lista de todos os filiados nas cooperativas de habitação que ainda estavam a dever parte dos empréstimos concedidos para a compra das suas habitações. Antes que o organismo transitasse para as funções do Banco Hipotecário, as cooperativas receberam ordens para expulsar os sócios indicados pelo ESMACO. Numa delas os associados tinham acordado em pagar, equitativamente por todos, as quotas de amortização de um membro que se encontrava preso. Forças conjuntas do exército, marinha, força aérea e polícia encerraram a cooperativa e

obrigaram a sua dissolução, processando os seus dirigentes por "assistência à subversão".

Todos aqueles que depois de terem estado presos recuperaram a liberdade (cerca de umas vinte mil pessoas) ficam sob "liberdade vigiada", regime este que os sujeita a residência fixa que não podem abandonar sem autorização militar. Todos os 15 dias têm de acorrer à unidade militar mais próxima para assinatura de registo. Estão igualmente proibidos de se reunirem com outras pessoas que tenham estado igualmente detidas. As suas residências podem ser revistas a todo o momento, e no caso de se ausentarem têm de deixar indicado no seu domicílio onde se encontram. Podem igualmente ser mandados apresentar à autoridade militar e obrigados a levar consigo um diário de todas as pessoas com quem se encontraram e as conversas que tiveram, nem que sejam simples encontros fortuitos na rua, ou chamadas telefónicas.

Ouidos por toda a parte

O controlo das chamadas telefónicas é muito amplo. Em 1973, as Forças Armadas adquiriram mil pequenas centrais telefónicas de 10 números cada uma, que foram, posteriormente, distribuídas por zonas e instaladas em casas de informadores contratados. Ligando estas centrais à rede podem-se interceptar de cada uma delas cerca de 200 aparelhos, cobrindo desta forma os 200 mil telefones de Montevideo. Milhares deles estão em funcionamento a cada momento. A contra-prova é feita por pessoas do bairro, que co-



A vigilância e a mentalização repressiva começa aos cinco anos.

nhecem os costumes e amizades dos vizinhos, o que facilita a interceptação de qualquer conversa em código.

Este controlo é completado por uma rede de informadores contratados, que actuam em toda a parte: lugares públicos, autocarros, como motoristas de táxi, nos locais de trabalho, numa quantidade e profundidade impressionantes. Antes de 1970 os efectivos policiais não excediam os vinte mil homens, e as forças militares, os trinta mil. Actualmente o seu montante ronda os 100 mil homens, devendo os informadores constituírem outro tanto.

Falar mal do governo em qualquer local público é risco certo de que alguma pessoa que esteja por perto nos exiba a chapa de polícia e peça que o acompanhe. Se foi só a actuação civil do governo que se cri-

tiu podem passar-se de três a seis meses na prisão para presos comuns de "Miguelete" (de fama tenebrosa devido às suas imundas condições de habitabilidade), processado "por desordem na via pública". Se os criticados são os elementos das Forças Armadas, então é a Justiça militar que intervém, aplicando penas de 3 a 6 anos de prisão por "vilipêndio ao moral das Forças Armadas": Extremo este que longe de ser raro, é, pelo contrário, frequentemente aplicado.

Campos de trabalho

A vigilância é contudo mais apertada nos locais de trabalho, convertidos em autênticos "campos de trabalho forçado". No Palácio da Luz, edifício de 12 andares que ocupa um quarteirão e alberga as instala-

ções centrais dos serviços estatais de electricidade e telefones, foram contratados 300 polícias na reforma para controlar o seu funcionamento durante o dia. Guardas com cães passeiam-se pelos corredores durante o horário de trabalho, e, durante a noite, rebuscam todos os lugares à procura de panfletos clandestinos ou qualquer outro "material clandestino".

No Banco da República cada empregado tem de vestir camisa azul celeste forte (e as empregadas blusas cor-de-rosa) que o identifica onde quer que ele se encontre. Como em todos os lugares, é proibido ausentar-se do seu local de trabalho e em caso algum se podem reunir, mesmo por questões de trabalho, mais de dois funcionários. Guardas com "walkie-talkie" em ligação a circuito



fechado de televisão inter-vêm em menos de três minutos caso se reunam mais de três funcionários a fim de averiguarem de que estão a falar.

Nos estabelecimentos de ensino a vigilância é ainda mais apertada. Para entrar é necessário apresentar documentos de identificação e os alunos e professores estão proibidos de se reunirem fora das aulas, de correr, falar alto e encostar-se às paredes. No acto de matrícula os estudantes assinam uma declaração em que se comprometem a não desenvolver actividades alheias ao estudo e a denunciar quem as execute, pelo que ficam responsabilizados por qualquer acontecimento que ocorra na sua presença. Em fins de 1975, pelo aniversário da fundação da universidade, os estudantes da Faculdade de Medicina concordaram guardar três minutos de si-

lêncio a determinada hora da tarde. À hora fixada a Faculdade foi cercada por uma divisão do exército e 700 estudantes foram levados em autocarros de transporte público requisitados, até ao "cilindro", estádio desportivo que é utilizado como prisão. Todos sofreram 24 horas de detenção e aqueles que já estavam "marcados" na polícia apanharam entre 15 e 60 dias de prisão, e foram suspensos durante dois anos de todas as actividades académicas.

Repressão institucionalizada

Em nenhum caso de contestação colectiva se procura individualizar o culpado. A sanção cai sobre os indivíduos "marcados" pelas suas actividades anteriores ou sobre os que, circunstancialmente, se encontram no local (que a partir daí

passam a estar "marcados") :

Este sistema de chantagem obriga todos a espia-rem todos e estimula a denúncia, o que dificulta a realização de manifestações espontâneas.

A manifestação organizada, em qualquer das suas expressões, põe em funcionamento os complexos mecanismos dos serviços secretos militares.

Se há uma distribuição de panfletos, por exemplo, basta que uma pessoa seja apanhada com um panfleto no bolso para que a investigação prossiga — através de métodos científicos de tortura — até que seja localizado o copiógrafo onde foram impressos.

Mesmo que não haja acto de protesto organizado a investigar, a máquina não descansa, nem esmorece a repressão, que já se organizou de forma estável e burocrática.



Há, em Montevidéu, pelo menos, três grupos de quartéis — um da marinha e dois do exército — que actuam permanentemente.

Cada um segue uma linha independente. Reunem os velhos antecedentes, pegam as pontas soltas que ficaram de outras acções, começam a prender gente e vão ajustando a mira até delimitar o alvo. Os elementos laterais que surjam da investigação são deixados como antecedentes para, posteriormente, constituírem matéria de outros processos. Concentram-se sobre o grupo organizado que estão a perseguir, e que pode ser qualquer um que, nesse mesmo momento, actue em alguma actividade sindical ou política, ou que actuou há alguns meses, ou, há três, quatro anos atrás.

O trabalho sobre o grupo que pretendem apanhar leva vários meses de pesquisas, interrogatórios e pri-

sões em massa e não termina sem que sejam processados alguns dos detidos. Faz-se logo uma “limpeza” dos restantes, libertando alguns e distribuindo outros por prisões e lugares destinados a depósito de detidos. Começa então o trabalho sobre outra “ponta”

Quando um quartel se esvazia de detidos, já se sabe que se inicia uma nova razia, conexas, ou independente da anterior. Ainda que já possuam muita documentação e busquem determinadas pessoas, o método de as encontrar é levar tudo o que as rodeia, parentes, amigos, conhecidos, de forma massiva, detendo centenas de pessoas.

Cada uma delas sofre o mesmo processo de “amolecimento”. A cabeça tapada, maltratado, sovado, logo de entrada, para lhe provocar o choque psicológico da insegurança, do medo, põem-no de “estátua”, que pode durar 60 ou 80 horas,

conforme a sua juventude e estado físico, até que desmaie um par de vezes.

O calo da experiência

Do “tratamento” sofrido durante os interrogatórios nem vale a pena falar. O tema é por demais conhecido. Só talvez, caiba salientar o refinamento a que chegou a fase de investigação. No edifício central dos Serviços de Informação Militares, situado na Avenida *Artigas y Palmar*, foi montado um laboratório destinado a aperfeiçoar os métodos de tortura. Métodos que são experimentados nos presos na presença de médicos e os “investigadores” tiram conclusões sobre a capacidade de resistência aos diferentes procedimentos.

Três ou quatro meses após iniciadas as novas razias já se conseguiu formar um “dossier” fazer uma

Uruguai hierarquia de cargos e culpas, e os detidos começam a ser enviados a tribunal (militar), enquanto outros são libertados. É só então que a "quarentena" é levantada e os familiares se podem inteirar em que quartel se encontra cada um, enviar cartas, roupas, livros e alimentos.

Apesar de serem duras as condições de vida nos cárceres (sobretudo o segundo piso da *Penal de Libertad* e as celas de *Punta de Rieles*.) passar de um quartel para uma prisão é como passar da Idade Média à civilização. Pelo menos ali há cama, um lavatório, um duche, tudo o que se carece no empilhamento dos quartéis.

Também nós, de fora, nos vamos acostumando, criando o calo da rotina. E assim como cerramos os dentes e aguentamos quando sabemos que alguém foi levado ao 5.º da *Caballeria*, ou à *La Paloma del Cerro*, ou à *Colonia*, ou a qualquer dos centros de tortura mais selvagens, também nos alegramos como se fosse um feliz acontecimento quando alguém consegue sair dos quartéis para as prisões de *Libertad*, *Punta de Rieles* ou *Punta Carretas*. Do mesmo modo nos habituamos ao grau de risco que normalmente se corre — que existe sempre, em diferentes níveis, em cada "acção" que se realize — e só se toma consciência da sua existência quando se tem de fazer algo fora do comum.

Perguntando a uma pessoa que esteve detida 52 dias a razão da sua prisão, a explicação que me deu foi que quando procuravam um irmão seu, foram a casa dos seus pais e, como não o

encontrassem, levaram-no a ele e ao pai como reféns. Esteve oito dias de cabeça tapada, ao que supõe numa fábrica porque pôde notar que havia máquinas. Teve algumas "estátuas", muros, interrogatórios "ligeiros". A razão porque o levaram deve-se a que ainda havia sítio disponível, e, com ele, nesse local, deram entrada 53 pessoas. A razão porque o soltaram foi porque tinham chegado 30 novos detidos e já não havia lugar para tantos.

O preso para a estadia na prisão

Todos os quartéis se preocupam em manter um certo número mínimo de presos, já que uma das compensações especiais que recebem os oficiais para além do seu salário, refere-se, precisamente, às funções de carcereiro que exercem. Devido a este estímulo, por hábito ou por formação profissional, procuram sempre manter repletas as prisões.

Existe, para além disto, uma ânsia na recolha de fundos. As fianças, que começam por ser de algumas centenas de dólares, elevam-se agora a vários milhares. E a última novidade é a cobrança de gastos de prisão, que começou por ser, em 1975, na ordem de meio dólar por dia, subindo de imediato para dois dólares, e é agora de 2,5 dólares por dia. Esta cobrança é, no entanto, bastante irregular; a uns apresenta-se a conta, a outros não. Muitos dos ex-presos são surpreendidos quando têm direito a uma herança e a vêem embargada até que sejam pagos todos os gastos da prisão. x Da

agressão física passa-se à agressão económica. No início era apenas o saque das casas que eram alvo das buscas, de onde desapareciam pequenos objectos de valor, como jóias e relógios. Outros valores não tão pequenos como isso, tais como gravadores e rádios, não tardaram a seguir o mesmo caminho. Depressa as forças da repressão passaram a ficar com todos os bens dos detidos; louça, roupa, automóveis, casas e terrenos. Como os roubos se tornaram incontrolados e os protestos das vítimas deixavam em má posição a "moral das Forças Armadas," rapidamente saíu um decreto regulamentando o destino dos bens "ao serviço da subversão", constituídos por todas as posses dos "subversivos", estabelecendo que ficariam a cargo da "unidade apreendedora" até que a Justiça Militar decida o seu ulterior destino. E como o normal é a Justiça não se chegar a inteirar dos televisores, dos automóveis e das casas, estes ficam sob a custódia legalizada do tenente ou do capitão que fez a apreensão. Mas como o uso desses bens gera gastos, e não é justo que sejam os que exercem a "custódia" a pagar, a manutenção dos automóveis, das casas e dos bens dos "custodiados" é por conta do Ministério da Defesa Nacional. Para não se tornarem injustos com aqueles que possuem bens próprios, a medida tornou-se extensiva a todas as propriedades dos oficiais das Forças Armadas.

O mal-estar no Exército

Cada oficial que tenha automóvel — e já todos o



O "pau de arara" inventado pela polícia brasileira. O "know-how" foi transmitido à repressão uruguaia. Esta foto foi tirada clandestinamente por um oficial dissidente e remetida à Amnesty Internacional.

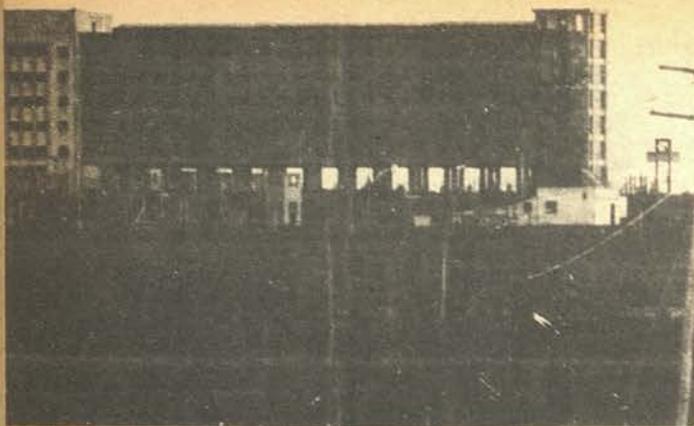
têm — recebe vales para 400 litros de gasolina por mês. Cada veículo de patrulha recebe por dia vales para 40 litros, que podem ser trocados em qualquer bomba de gasolina. Como é materialmente impossível consumir essas quantidades, a venda de vales é tão vulgar como a venda de cigarros. É por isso que o consumo de gasolina das Forças Conjuntas — apesar de parecer incrível, asseguramos que é verdade — é de 50 por cento do consumo total do país.

Quando começaram a substituir os civis por coronéis em todos os postos chave da administração, foi

baixando na hierarquia o nível de decisão sobre o uso e disponibilidade dos fundos públicos. Nos *Entes Autônomos, Bancos Nacionais, Dirección de Planejamento e Municipios* — salvo raras exceções — os níveis de decisão sobre pessoal e finanças foram ocupados por militares, alegando razões de segurança nacional numa primeira fase, e não alegando razão alguma numa segunda fase. É substituído de imediato, por razões de maior produtividade, a pesada máquina de negócios públicos, com as suas licitações públicas e os seus "executivos", pela direcção directa dos coro-

néis com abastecedores e clientes. Não é necessário dar muitas voltas à imaginação para se saber os resultados que se obtêm com esta forma de actuação, nem para saber a razão porque são tão cobicados esses pesados cargos burocráticos, pelos quais se "guerreiam" entre si os militares.

Mas não é este o único sintoma de mal-estar no interior do exército. Até ao momento, o povo uruguaio tem visto os militares como uma força que cilindra. Militares que esmagaram cada embrião, cada expressão de descontentamento ou protesto, que têm preparação e



A penitenciária de "Libertad"

eficiência para o continuar a fazer. Mas é monótono e pesado esse papel. Quando se esgotam os objectivos reais e concretos sem que apareçam outros que dêem saídas de futuro, são poucos os aliciantes para continuar na luta do dia-a-dia. Quando o cansaço, o tédio, a corrupção, a degeneração, e, quando a luta por regalias pessoais se impõem aos interesses gerais do corpo, surge de toda a parte a inconformismo. É impossível em todas as ocasiões tapar os olhos aos oficiais e, na realidade, o exército é a instituição uruguaia — em proporção ao seu número — com mais presos políticos entre os seus membros.

Embrião de organização e luta

Ao mesmo tempo, a nível popular, é já patente uma agressividade generalizada a todos os níveis, classes e grupos sociais, cuja origem é o descontentamento. Este, na falta de canais naturais, expressa-se muitas vezes em ataques pessoais e encontra caminhos fáceis na delação, na calúnia, na mentira infame, que acabam por consumir,

devido à sua multiplicidade, a capacidade repressiva.

Mas assim como em apoio ao regime se encontra o que de pior há entre os piores, também no povo, entre os melhores, florescem as suas melhores qualidades. Encontra-se, e conhece-se, tanta gente digna, que se torna fácil reconciliarmos-nos com o ser humano, podendo "dar de barato" tudo o que suportamos pelo muito de bom que descobrimos na maioria das pessoas.

Muitos são os que partem, por imposição ou obrigados pelas condições. Em 1977 houve um novo auge da emigração, não tão intenso como em 1974, em que a emigração para a Argentina se apresentava fácil e rentável, mas, no entanto, muito maior que em 1975 e 1976.

Mas são muitas as pessoas que decidem ficar. A necessidade de subsistência e de se criarem horizontes de futuro, de forma a superar a angústia, gera formas de luta que, anteriormente, ninguém imaginava. A revolta e a contestação, adaptando-se às condições reais, desenvolvem um processo

selectivo em que o que serve perdura e o que não serve é abandonado.

As pessoas suportam os cruciantes problemas do quotidiano com serenidade, preocupando-se de facto, mas sem os encararem como um desastre irremediável e tendo fé na sua superação.

A comunicação entre todos é muito boa. Os canais dos Comitês de Base da Frente Ampla continuam activos. Desde os locais de trabalho aos bairros, e destes últimos aos primeiros, as notícias circulam em 24 horas, com uma rapidez tal, que é difícil chegar com a novidade. Escutar a onda curta para completar, a partir do exterior, aquilo que se conhece do interior, constitui já um passatempo nacional. A notícia que deu Rádio Havana, Rádio Moscovo ou a BBC é o primeiro comentário que se houve quando todos os dias se chega ao trabalho.

As informações são analisadas de forma pormenorizada racional. Se numa primeira análise há alguma coisa que parece não ter sentido ou explicação, não se passam 24 horas sem que surjam, sem que se saiba de onde, interpretações objectivas que colocam cada coisa no seu lugar. E não só no que respeita aos acontecimentos quotidianos, mas também no que respeita às perspectivas de futuro.

De mão em mão, em voz surda, conspirativa, toda a gente fala de política com toda a gente, dos "buracos" do governo, das necessárias mudanças políticas. E deste modo, cresce o embrião de organização e luta que tornará possíveis essas alterações. ●

Wilson Ferreira Aldunate: «Sou otimista, sei que isto tem que acabar»

O ex-senador Wilson Ferreira Aldunate, dirigente do Partido Nacional Uruguaio, realizou recentemente uma viagem aos Estados Unidos, onde estabeleceu positivas conversações com estadistas e políticos daquele país. Nessa oportunidade, concedeu esta entrevista exclusiva para os Cadernos do Terceiro Mundo.

Ferreira Aldunate foi o candidato vencedor nas eleições presidenciais de 1971, que depressa foram outorgadas em favor de Juan María Bordaberry, em consequência de uma fraude escandalosa.

A visita do político uruguaio a Washington coincidiu com a chegada do Comandante Chefe do Exército, o General Júlio César Vadora.

Tal coincidência — de certo casual — não estava nos planos da hierarquia militar uruguaia.

Warren Cristofer, segundo do Departamento de Estado Norte-americano, recebeu Wilson Ferreira Aldunate um dia antes do General Vadora. A reunião desenrolou-se num clima de grande cordialidade — e numa atitude sem precedentes — o porta-voz do Departamento de Estado comunicou à imprensa a realização do encontro e alguns dos temas que nele se haviam tratado.



Wilson Ferreira Aldunate dirigente opositor uruguaio concedeu, em Washington uma entrevista aos Cadernos do Terceiro Mundo. Afirmou ser o derrube do regime uma questão de tempo e que o esforço para lográ-lo «só se pode conceber se for de forma unitária». Defendeu também a tese de que o novo Uruguai terá que recuperar os sectores básicos da economia hoje desnacionalizados.

entrevista de Diego Achar

Ante a deferência com que foi recebido aquele político da oposição uruguaia, o General Vadora — que pouco entende da linguagem diplomática — ameaçou cancelar a entre-

vista que tinha marcada com Warren Cristofer, há já seis meses, de tal modo, que teve que intervir o embaixador do seu país em Washington, brigadeiro Pérez Caldas, convencendo o

Uruguai obstinado general da inconveniência de tal atitude.

Entretanto, Wilson Ferreira Aldunate recebeu durante os encontros mantidos com Warren Cristofer, Andrew Young, Patricia Deeran, Edward Kennedy e George McGovern, as garantias por parte da administração norte-americana de que a política sobre direitos humanos se aplicará sem quaisquer restrições, no caso uruguaio.

— Qual é a sua opinião sobre a situação actual do regime uruguaio?

— A ditadura é bastante difícil de definir. Não há apenas uma, mas centenas de atitudes paralelas. Tenho a impressão que no Uruguai existe um regime, um aparelho governamental, cada vez mais opressivo e, simultaneamente, há uma menor centralização e hierarquização do poder. Os comandos militares não são mais comandos ou, pelo menos, o são menos que anteriormente. Deve haver muitas estruturas paralelas, muitos capitães que mandam cada um por sua conta própria. Dá a impressão que o aparelho militar uruguaio vive numa espécie de estado de "parlamento", o que o faz estar presente nos mínimos detalhes da vida corrente mas, por outro lado, retira-lhe coerência, torna mais patentes as discrepâncias que, tarde ou cedo, vão quebrar a aparente unidade que actualmente exhibe.

Atemorizar a população

É um panorama confuso. Ao mesmo tempo que os outros regimes do cone sul resolvem lavar a cara e mostrar um rosto mais

«... O actual regime
tem necessariamente que cair.
O problema é saber se poderá sobreviver
um pouco mais ou um pouco menos»

apresentável, quando todos anunciam eleições e dizem que vão normalizar a democracia representativa — que invocam a todo o instante —, o regime uruguaio mostra-se o mesmo: agressivo, arrogantemente totalitário. Neste contexto, a situação do cidadão comum, do homem comum que anda pela rua, que está aparentemente em liberdade, agravou-se. Dá a impressão que se pretende atemorizar a população. Nunca ninguém invadiu a esfera da vida privada, despojou o indivíduo de todo e qualquer resquício de liberdade, como este regime uruguaio. E não só o faz — tal como outros — mas, para além disso, afirma-o.

— E quais seriam as opções políticas viáveis para o seu país?

— Ou por outra, eu perguntaria quais são as soluções políticas viáveis para eles, porque o actual regime tem, necessariamente, que cair. O que não é viável é este regime. Eu falo de soluções para eles, porque quero pôr o acento no facto deles terem, necessariamente, de desaparecer. Nós sabemos, como eles também o sabem, que estão condenados. O problema é se poderão sobreviver um pouco mais ou um pouco menos. Trata-se de um problema de ritmo da sua destruição. Mas que isso vai acontecer, ninguém o duvida.

— Quando você afirma que eles têm de desaparecer, refere-se ao sector mais fascista das Forças Armadas?

— Exactamente. Acontece que no Uruguai existe uma particularidade. Há outros países onde se pode sair de uma ditadura de uma forma lenta, quase diria, mais dissimuladamente, como que a assobiar e a olhar para o outro lado. São os países com uma fraca tradição democrática, onde é mais viável a etapa da semi-democracia ou da democracia controlada. No Uruguai isso é inviável, porque a tradição democrática é tão forte, tão nítida, de tal modo entranhada, que constitui um aspecto do próprio orgulho nacional, que eu diria que cada vez que tentarem liberalizar o sistema político, mas mantendo as rédeas do poder nas suas mãos, não vão ter outro remédio senão aumentar ainda mais a repressão. Mal o povo se dê conta dos pequenos resquícios de liberdade, tratará de vivê-los com grande intensidade e isso é um luxo que o regime não se poderá permitir.

Eleições em 1981: um passo atrás

Quando as ditaduras do cone sul anunciaram a eventualidade de eleições, tendo o Uruguai feito o mesmo, embora anunciando

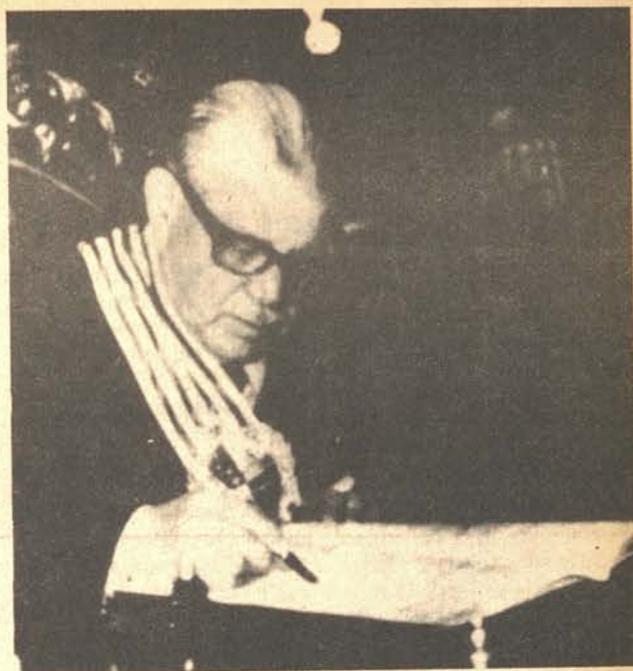
do que só em 1981 haveria alguma forma de controlo, sem contudo concretizar qual era, isso bastou para que se dessem algumas manifestações de carácter político. Em alguns sectores despertou uma certa esperança. Mas o regime viu-se obrigado, imediatamente, a afirmar que não tinha falado a sério.

— Não participou você dessas expectativas?

— De modo nenhum, é absurdo. A liberdade nunca é outorgada. É uma coisa que se conquista. Deu-se o caso absurdo que foi as expectativas acompanharem algo que, na realidade, constituía um passo atrás. O que foi anunciado foram eleições em 1981 com um candidato único dos dois partidos tradicionais, mas previamente escolhido pelas Forças Armadas e aceite por ambos os partidos como seu candidato. Quando um porta-voz militar do regime anunciou esta fórmula às forças económicas do país, um dos presentes na reunião perguntou: e se os partidos não aceitarem o candidato que lhes propõem? Recebeu esta resposta: irão aceitar porque nós também vamos designar os dirigentes dos partidos tradicionais. Quando anunciam isto, que constitui um passo atrás, um vergonhoso passo atrás, algumas pessoas ainda pensam que se trata de um passo em frente.

O Exército em crise

Mas penso que a situação vai melhorar por outras razões; e não vai ser a longo prazo. Em primeiro lugar ninguém pode menosprezar a intensidade da crise ideológica porque está a passar



Aparicio Mendez: nomeado presidente pelos militares.

o exército uruguaio, que sofre, naturalmente, o efeito de ser um exército nacional e se comportar como um exército de ocupação. E um exército de ocupação não pode ser nacional. Um militar uruguaio não pode viver — à semelhança de outros do continente — como casta isolada do resto da população, porque nela está integrado. Os elementos que compõem as Forças Armadas são normalmente oriundos da classes média e têm familiares e amigos, gente que lhes faz ver, com clareza — para lá da imposição, do medo e da censura — o isolamento em que eles militares estão a cair. Esta é uma situação muito difícil de suportar.

Mas também não devemos esquecer que o exército uruguaio, treinado no Panamá, que se vestia à

“americana”, recebeu uma certa ideologia imbuída de “fraternidade com a democracia do norte”, solidariedade na luta contra o “comunismo internacional” e defesa da “civilização ocidental cristã”. Agora no dia em que a reprovação surja de todos os sectores da opinião pública, qualquer que seja o seu matiz ou orientação; no dia em que a reprovação venha — e esta é a etapa final — do próprio aliado, do inspirador, de quem criou a doutrina, de quem armou o aparelho, então, naturalmente, que há uma perturbação. A quem servem? Quem defendem?

Porque o militar uruguaio não pode pretender ser o intérprete único de uma doutrina que não resulta em nenhuma parte do mundo.

As Forças Armadas: uma instituição nacional

— Não pensa que estas denúncias que faz por todo o mundo o podem prejudicar no interior das Forças Armadas, já que se pensa ainda existirem democratas e partidários seus dentro delas?

— Depende de como se vêem as coisas. O regime é tão absurdo, tão insultante. Por exemplo publicaram em nome das Forças Armadas, um livro sobre a subversão. Dizem que foi o chanceler Rovira quem o escreveu. É uma das coisas mais baixas, sujas e repugnantes que eu já vi. O meu companheiro Héctor Gutiérrez Ruiz, assassinado no exílio em Buenos Aires, é citado como o encarregado de vender os lingotes de ouro dos tupamaros. Esta coisa suja, que é o pior que o regime tem, neste caso saído da pena de um civil, só serve para enlamear as Forças Armadas.

Cito este exemplo pelo seguinte: creio que há determinadas coisas que se fazem invocando a necessidade de defender as Forças Armadas e a única coisa que conseguem é emporcalhá-las, destruir o mais valioso que possuem. De um certo modo, as Forças Armadas são nossas, são instituições nacionais que integram a História do país. E haverá que ver quem na realidade melhor defende determinadas tradições e determinados valores.

Gutiérrez Ruiz

Falava há pouco do "Toba", de Héctor Gutiérrez Ruiz. O "Toba" era um grande homem. Era dema-

siado bom e talvez por ser demasiado bom, pouco precavido. Às vezes pensava-se que morreu por não se resignar a acreditar, ou a medir na sua verdadeira dimensão, a maldade dos outros. "O Toba" tinha alguns amigos e até ao último momento acreditou nos seus amigos, para lá das divergências que os separavam. Acreditou no General Vadora, que era seu amigo íntimo. Cada vez que Vadora viajava ao estrangeiro, cinco presentes ele trazia, para cada um dos cinco filhos do "Toba".

— Apesar de ser Comandante Chefe do Exército?

— Nessa altura ainda não era Comandante Chefe, mas apenas general. Mas mataram o "Toba" quando o seu amigo íntimo era Comandante Chefe. Não sei se durante os três dias que o "Toba" esteve preso antes de o assassinarem, o General Vadora pôde fazer algo para evitar que o assassinassem. Apenas sei que nada fez. E não vou mais longe. Não sei que responsabilidade directa ou indirecta pôde ter nos acontecimentos. O que sei é que pôde impedir o que depois se passou.

Sei que pôde impedir — já que era Comandante Chefe do Exército — que cuspissem no caixão, como pretendeu o governo uruguaio, exortando as pessoas a não chorar a morte do compatriota. E depois inventando as patranhas, estas calúnias repugnantes de um livro redigido por um civil adúlador, mas que põe em cheque as Forças Armadas.

Como pode isto isto não repugnar a pessoas honestas que ainda aí existem? Eu sou optimista, sei que isto tem de acabar. Não po-

deria ser optimista se não acreditasse que dentro das Forças Armadas existem sectores que têm de estar indignados com isto. O povo só não pode lutar contra um exército unido.

Os laçaios civis

— A presença de colaboradores civis e, inclusivamente, a existência de um presidente civil distingue, de alguma forma, o regime uruguaio das outras ditaduras do cone sul?

— Creio que este é um dos dados mais importantes do Uruguai de hoje. O meu país tem um exército que, como exército, dá os primeiros passos na condução política da nação. Então tem de recorrer a um grupito de colaboradores civis. Recorre a Bordaberry, que como aprendiz de feiticeiro desencadeou a tempestade e julgou que a podia controlar. Bordaberry pensou que ia ser o chefe de uma ditadura militar. Era tão estúpido como isso, eu conheço-o bem e sei como ele raciocinava nesta matéria.

Mas foi ultrapassado por Aparicio Méndez, o actual presidente e todos os construtores de doutrinas e decretos que por ali andavam, secretários sucessivos da presidência, todos estes monstrosinhos mais ou menos grandes que dizem coisas, redigem artigos e elaboram a doutrina do regime. Como o regime é militar mas expressa-se através de civis, exhibe uma doutrina arrogante.

A prudência é um luxo a que um civil não se pode permitir quando fala como um homem de uniforme, porque teme que este o considere mole; e como to-

dos os laiaos — não digo servidores — vai três ou quatro passos à frente do amo. É, sempre, necessariamente, mais papista que o Papa.

— Gostaria de aprofundar uma frase sua que é repetida por todos os sectores oposicionistas do Uruguai. É a que diz “golpear juntos, golpear juntos, sem que se forme uma aliança política oposicionista”.

— Nós queremos desesperadamente, preservar a nossa independência política. Não gosto das alianças, das participações, das frentes. Primeiro porque somos diferentes, pensamos de forma distinta, porque temos objectivos políticos diferentes. Mas, naturalmente, não concebemos o esforço destinado a derrubar o regime senão de uma forma unitária.

Manter o perfil próprio

— Mas historicamente houve determinadas situações que provocaram ligações no governo, como por exemplo no pós-segunda guerra mundial.

— De acordo, mas também acredito que temos de ser ideologicamente coerentes. Estamos dispostos, como é natural, a compartilhar a tarefa de reconstruir o país com todos aqueles que acordem em certos objectivos fundamentais, mas não estamos de acordo, nem quanto às metas fundamentais — nem quanto aos modos — com muitas das forças que se opõem ao regime. De forma que penso que o natural é que cada uma dessas forças procure afirmar a sua própria individualidade histórica, agora mais do que nunca. E, depois, que vamos fazer do país, como

vamos defender juntos o país? será o próprio país que o dirá, no dia em que se possa expressar da única forma válida que têm os povos de se expressar, que é votando.

— Como vê você neste momento o Partido Nacional?

— Vejo o partido mais coeso, mais fervoroso do que nunca. Não perdemos gente. Posso contar pelos dedos da mão os que estão nessa situação. Pelo contrário, tenho a certeza que são imensos os que percorrem o caminho inverso e hoje militam nas fileiras do partido. Por exemplo, no interior do país onde, teoricamente, a campanha do Governo destinada a afirmar a imposição da ordem e do anti-comunismo teria podido captar mais facilmente as pessoas, maravilhosamente aconteceu o reverso. Na campanha, onde o regime tocou o orgulho do camponês, é onde ele é mais débil.

— Para além do governo ter tido confrontos com os sectores ganadeiros...

— Até diria que teve pouca sorte. Porque nem sequer pôde proteger os sectores económicos que pretendeu favorecer. O Uruguai, sob o ponto de vista económico, está a funcionar como um país não viável. Qual é o país que se pode dar ao luxo de duplicar a sua Dívida Externa em seis anos?

Nenhum país pode sobreviver com um déficite orçamentado do montante que o Uruguai exhibe. Um déficite, que para além do montante, é constituído unicamente de gastos improdutivos para pagar a repressão. Isto conduz, necessariamente, a bicos sem saída.

Assim que possa, o povo avançará.

— Em sua opinião, quais os sectores económicos que apoiam o regime?

— Creio que a favor do regime estão, por um lado, o capital, puramente financeiro, por outro um pequeno sector industrial, que vive exclusivamente da boa vontade do aparelho governamental, exportando e beneficiando, quer de concessões, quer de taxas de câmbio.

Os Bancos são, em princípio, os grandes beneficiários do novo sistema. Contaram com a atrofia dos bancos nacionais, contaram ainda com a cedência dos próprios recursos dos bancos nacionais em benefício do aparelho bancário privado, aparelho este que era cada vez menos nacional.

— Incluiria o sector frigorífico?

— Não creio que se possa fazer uma sistematização geral muito precisa, mas, em princípio, afirmaria que sim.

— Acha que estes sectores teriam que ser castigados, não só pelo apoio dado ao regime, como também pelos malefícios económicos?

— Eu não quero assustar ninguém. O novo Uruguai terá que recuperar para o país os sectores básicos da economia, hoje estrangeirados e vendidos. Não me atreveria agora a propôr fórmulas concretas. Mas digo que aquele que viveu exclusivamente do amparo do regime ficará advertido que estes amparos não são definitivos. Ninguém pode jogar uma carta e descobrir de imediato que ela não é a ganhadora e pretender não pagar nem sequer o preço da aposta.

PANORAMA

TRICONTINENTAL

Brasil — I

Brizola e Arraes tomam a palavra

Os dois líderes mais importantes da oposição democrática brasileira no exílio, Leonel Brizola e Miguel Arraes, reuniram-se em Lisboa, em Janeiro. O encontro simbolizado por um fraternal abraço, à chegada de Brizola, no aeroporto, sob aplausos de dezenas de refugiados brasileiros e amigos portugueses, tem um significado político muito importante para o Brasil.

O ex-governador do Rio Grande do Sul e o ex-governador de Pernambuco, figuras históricas do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) haviam sido física-

mente afastados pelo exílio. Brizola permaneceu quase 14 anos no Uruguai, enquanto Arraes, inicialmente preso na ilha de Fernando de Noronha, ao ser libertado em fins de 64, fixou residência em Argel.

A grotesca operação de serviços secretos, que levou à expulsão de Brizola do Uruguai (ver os *Cadernos do Terceiro Mundo* n.º 1), paradoxalmente serviu para projectá-lo de novo na vida política brasileira. O líder trabalhista voltou à vida pública em plena forma: sereno e ponderado, mas firme na defesa das exigências

fundamentais da actual etapa de lutas do povo brasileiro.

Numa conferência de imprensa realizada na sede do Comité Pró-Amnistia Geral no Brasil, em Lisboa, à qual Arraes também compareceu, Brizola reiterou as exigências do povo brasileiro neste momento: a Amnistia Geral e Irrestrita, a Liberdade, e a volta do Estado de Direito. Defendeu também a necessidade imperiosa da dissolução de todas as estruturas de repressão e espionagem interna que perseguem os democratas brasileiros, os trabalhadores e o povo em geral.

De Portugal, Brizola seguiu para Hamburgo para assistir, como convidado, a uma reunião da Internacional Socialista, depois de se ter avistado em Lisboa com diversas personalidades, entre as quais o primeiro-ministro Mário Soares.

Brizola viaja em seguida a vários países da Europa com intenção de tomar contactos e discutir a situação brasileira com os seus patrícios no exílio, movido pela preocupação de contribuir ao máximo para a unidade da oposição democrática.

Relativamente à questão da reorganização do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) a posição do ex-governador do Rio Grande do Sul é muito clara: as suas bases fiéis nunca deixaram de existir e constituem uma força real. Encon-

Conferência de Imprensa organizada pelo Comité Pro-Amnistia Geral no Brasil, em Lisboa. Na foto (da esquerda para a direita): Arraes, Brizola e duas personalidades portuguesas: o dr. Piteira Santos e o deputado António Reis.



tram-se hoje integradas na ampla frente que é o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O novo PTB poderá surgir, com esta ou outra sigla, quando a situação do país o indicar como oportuno.

Na visão de Brizola este novo partido, representativo das amplas massas trabalhadoras e populares de-

ve incorporar também as novas gerações militantes surgidas durante estes 14 anos de resistência à ditadura, bem como várias tendências socialistas, hoje no MDB, correntes cristãs progressistas, etc...

As longas conversas entre Brizola e Arraes em Lisboa foram consideradas muito

frutíferas e reforçaram ainda mais os laços de amizade e as identidades políticas existentes entre ambos. No plano imediato, acordaram em tudo para fazer reforçar a unidade da oposição democrática e também de tomar em conjunto quaisquer decisões políticas futuras, que a situação do Brasil venha a exigir.

Brasil — II

Como nos tempos da monarquia...

A indicação do General Baptista de Figueiredo para suceder ao general Geisel na presidência, não causou surpresa no Brasil. Numa operação militar bem planejada, o General Geisel e o seu principal colaborador, o General Golbery Couto e Silva eliminaram todos os competidores militares, o último dos quais, o Ministro do Exército, General Sívio Frota, procurou inutilmente resistir ao cerco governamental.

Um dos porta-vozes da oposição brasileira expressou o sentimento do povo, denunciando energicamente o método anti-democrático pelo qual se elege um candidato à presidência da República. Recordou que só nas monarquias reaccionárias, que não se modernizaram, ainda pode predo-

minar este tipo de eleição.

O General Figueiredo, que é filho de um general e tem também dois irmãos generais no activo, apresenta como única credencial política o facto de ser, há dez anos, integrante, e depois chefe dos Serviços Secretos do Governo. Poderia parecer que este cargo, ligado sempre aos piores métodos repressivos usados no Brasil, não seria uma credencial que justificasse a sua designação à presidência. Mas no Brasil é assim. E por um simples motivo: são muito estreitas as relações entre o Serviço Nacional de Informações do Brasil e os seus congêneres norte-americanos.

O General Figueiredo, segundo revelam os inquéritos feitos pela imprensa brasileira, é um homem



João Baptista Figueiredo.

desconhecido pelo o povo, embora seja um nome muito conhecido entre os presos, os deportados e os perseguidos. O facto de integrar o grupo militar mais intimamente ligado aos Estados Unidos, amplia consideravelmente as responsabilidades norte-americanas nesta nova etapa que se

abre na vida política brasileira.

Pode-se dizer que a doutrina da Administração Carter para o Brasil, da mesma forma que para o resto da América Latina, resume-se em exigir duramente a manutenção de todos os privilégios econômi-

cos das empresas multinacionais que exploram os ditos países, "doirando-lhes a pílula" com algumas concessões políticas de aparência liberal.

Não seria de estranhar que o programa do General João Baptista se enquadre realmente nessa linha. A

única dificuldade que pode enfrentar, é que o novo período presidencial encontre o país em processo de mobilização política, numa dura encruzilhada econômica e em que a exigência de liberdades políticas se transforme em clamor nacional.

Bolivia

Amnistia geral!

A Bolívia está a ser o palco de momentos históricos da maior importância para o futuro de todo o continente latino-americano. Tradicionalmente conhecida como "o elo mais fraco" da cadeia imperialista na América do Sul, fez total justiça a esta fama ao tornar-se, no dia 28 de Janeiro, o primeiro país do continente, na presente década, a fazer recuar um regime militar levando-o a outorgar uma Amnistia Geral.

Desde fins do ano passado, o regime de Banzer vinha sendo submetido a uma pressão cada vez mais poderosa por parte das massas trabalhadoras, cuja notável experiência de luta e determinação combativa não conseguira apagar, nem nos piores momentos de quase sete anos de violência e repressão. Simultaneamente a essa intensa pressão dos trabalhadores, dos

estudantes, da Igreja e de outros sectores democráticos da população, as tradições no seio das Forças Armadas e do governo chegavam ao paroxismo.

Banzer, pressionado de todos os lados, tentou implementar uma "abertura controlada" que lhe permitisse preservar o essencial. Convocou "eleições" presidenciais e decretou uma falsa amnistia que não abrangia centenas de presos e exilados.

No entanto, a "amnistia a conta gotas" do dia 21 de Dezembro tornou-se "a gota d'água" que fez transbordar o dique do regime. No dia 29, um grupo de seis mulheres e 14 crianças iniciou, no interior de uma igreja, uma greve de fome. Entre os grevistas estava a viúva do ex-presidente Juan José Torres assassinado em 75 em Buenos Aires, senhora Emma Torrez e o ex-presidente Siles Salinas.

Em pouco mais de duas semanas o número de grevistas de fome nas Igrejas de todo o país ultrapassava os 1300. As ruas de La Paz e de outros centros foram palco de sucessivas manifestações estudantis e populares, enquanto os mineiros e os operários de várias fábricas de La Paz multiplicavam as suas greves.

Mais uma vez o regime tentou apelar para a repressão: no dia 17 de Janeiro a polícia abriu fogo sobre uma manifestação matando um estudante. Várias igrejas foram invadidas com a prisão de dezenas de grevistas de fome, e o diário "Presencia", bem como a sede do sindicato dos trabalhadores da imprensa foram ocupados.

No entanto, às 00,00 h do dia 18 — com o país prestes a ser totalmente paralisado, com a alta hierarquia católica ameaçando fechar todas as igrejas e a discutir a excomunhão de figuras do regime responsáveis pela invasão de templos, com uma situação de

divisão e surdo descontentamento no Exército — o general Hugo Banzer decidiu finalmente recuar.

Foi proclamada a Amnistia Geral para todos os presos, exilados e perseguidos políticos, e a reincorporação de todos os mineiros e demais trabalhadores despedidos por razões políticas.

Nos dias seguintes, no meio de grande euforia, os trabalhadores e estudantes foram conquistando novas

vitórias: a sede da Federação dos Mineiros, ocupada por interventores desde 74, foi recuperada pelos trabalhadores o mesmo sucedendo com vários outros sindicatos. A COB, histórica Central Operária Boliviana emergiu da clandestinidade de volta à legalidade.

O mesmo ocorreu com dezenas de combatentes populares, entre os quais o Major Rubem Sanchez, militar progressista que resistira ao golpe contra o go-

verno democrático de Juan José Torrez em 1971 e que actualmente anima uma frente progressista chamada Aliança de Libertação Nacional (ALIN) :

Enquanto isso centenas de exilados preparavam as malas para voltar à sua pátria e participar de um novo processo político para o qual se voltam atentos os olhos de toda a América Latina.

Nicarágua

A crise final?

Ao encerrar-se esta edição a ditadura hereditária de "Tachito" Somoza, que há 42 anos domina a Nicarágua, parecia mergulhada na sua crise final.

Nos últimos meses de 77 a onda de resistência começou a avolumar-se (ver os Cadernos do Terceiro Mundo, n.º 1) deixando antever uma iminente explosão popular. Esta impressão foi pontualmente confirmada e até ultrapassada pela rapidez com que os factos se precipitaram.

A velha tirania, isolada, recorreu à sua arma costumeira, o assassinio, para tentar ganhar ainda algum tempo. Pedro Chamorro, director do jornal oposicionista "La Prensa" e o principal dirigente da ampla frente oposicionista

União Democrática de Libertação (UDEL), foi a vítima desta desesperada tentativa de adiar a queda de Somoza eliminando uma possível alternativa sobre a qual recaiam as preferências da administração Carter e dos sectores empresariais descontentes com o "somozismo".

A trama teve como peças visíveis alguns assassinos a soldo que logo comprometeram os seus mandantes, altas figuras do regime. Entre elas estava Pedro Ramos, um exilado cubano anti-castrista que desempenhava as funções de "testa-de-ferro" da mais macabra das empresas do oligopólio dos Somoza: a "Plasmaferesis", exportadora de sangue humano.

Além de Ramos outras



"Tachito" Somoza vai à guerra...

personalidades do somozismo, como Fausto Celaya, presidente do "Bando de la Vivenda" e Cornélio Hueck, ex-presidente da câmara de deputados.

O "fio da meada" dos mandantes do crime chegou ao próprio coração do regime quando Sílvio Pena, intermediário encarregado de contratar os pistoleiros, envolveu na trama nada menos que "Tachito III" o filho de 26 anos de Anasta-

PANORAMA TRICONTINENTAL

sio Somoza que, no posto de major da Guarda Nacional, espera um dia suceder o pai.

A reação popular veio sob a forma de uma explosão nacional de repúdio ao regime: nas ruas de Manágua e outras cidades sucederam-se as manifestações durante as quais as "Plasmaferesis" e outras instalações identificadas com o somozismo foram depredadas pela multidão.

No dia 24 de Janeiro, iniciou-se uma greve geral nacional que paralizou virtualmente o país de 2,5 milhões de habitantes. Em meados de Fevereiro a greve continuava.

Operários industriais e da construção, funcionários, empregados do comércio, comerciantes e empresários mantinham a sua greve, enquanto a pressão internacional se tornava cada vez mais forte com a decisão dos sindicatos "petroleiros" da Venezuela de boicotar os envios de combustível para a Nicarágua e a decisão de Caracas de condenar publicamente a ditadura dos Somoza.

A administração Carter buscava demarcar-se bem do ditador, condenando-o e procurando uma solução de compromisso que transformasse o regime antecipando-se ao seu derrube.

As greves, manifestações e protestos femininos ao som de caçarolas (desta feita bem dirigidas) somou-se a acção militar da juventude nicaraguense organizada

na Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN).

Os guerrilheiros que se encontram em contínua ofensiva desde o mês de Outubro redobram os seus ataques contra a Guarda Nacional, o último pilar da tirania. No dia 3 de Janeiro, os sandinistas ocuparam a povoação de El Rosario e emboscaram a Guarda Nacional no Departamento de Rio San Juan, infligindo-lhe 40 baixas e abatendo um helicóptero.

Nos dias 9 e 10, os guerrilheiros ocuparam durante

várias horas as cidades de Granada e Rivas e tomaram o povoado de La Virgen e o posto fronteiriço de Penas Blancas. O saldo destas operações foi de mais de 100 mortos e feridos nas fileiras somozistas. Durante estes ataques foi capturado um coronel da Guarda Nacional.

Na própria cidade de Manágua a FSLN mantinha-se activa distribuindo de mão em mão centenas de milhares de volantes anunciando para breve uma "ofensiva final" contra Somoza.

Bophuthatswana

Outra criação do Apartheid

Prosseguindo com a sua política de "bantustanização", a África do Sul privou de cidadania dois milhões e cento e três mil negros da etnia Tswana dando-lhes uma nova nacionalidade: a de Bophuthatswana, uma imitação de Estado que acaba de se declarar "independente", sem o reconhecimento das Nações Unidas e nem de nenhum dos seus membros.

Depois do Transkei, Bophuthatswana é o segundo Bantustão a ser declarado "independente" pelos sul-africanos. Apesar do protesto internacional, tudo indica que Pretória continuará com esta política de

consolidação do apartheid.

Em 1936 uma lei sul-africana, a Bantu Land and Trust Act dividiu o território do país adjudicando aos brancos (19 por cento da população), 87 por cento das terras. As restantes foram repartidas entre uma vintena de etnias negras, que progressivamente foram consideradas "governos autónomos" dirigidos pelos caudilhos tribais fiéis ao governo racista de Pretória. O projecto sul-africano consiste em conceder a "independência" a estes Bantustões. Culminando o processo, os quatro milhões de brancos ficariam como únicos donos das cin-

co sextas partes da actual República Sul-Africana, enquanto que vinte milhões de negros passariam a ser cidadãos de seus respectivos "países independentes". Assim já ninguém poderia protestar pelo governo da minoria branca.

Certamente os governantes de Pretória não esqueceram que são negros os que trabalham nas suas fábricas, nas suas minas e em suas casas. Ainda que vivam a milhares de quilómetros de seus Bantustões adjudicaram-lhes a cidadania e passam a ser "trabalhadores migrantes" na própria terra em que nasceram. As mulheres, as crianças, os velhos e os desocupados não tem nada que fazer nas "cidades brancas" e

são levados à força para a sua nova "pátria".

No caso do Bophuthatswana só uns 35 por cento dos seus cidadãos vivia em 1976 nos 38 quilómetros quadrados do país (que, além disto, está dividido em seis partes separadas como ilhas, por centenas de quilómetros de "terras brancas"). No processo de criação do novo "país", quase meio milhão de tswanas foram forçados a sair das áreas "brancas".

Estas medidas, juntamente com a ameaça de perda de cidadania sul-africana, foram motivos de violentos protestos. Coincidindo com a rebelião dos estudantes de Soweto, em Agosto de 1976, os tswa-

nas incendiaram a sede da Assembleia Legislativa em Montshiwa, a capital, protestando contra a projectada "independência".

Quando a rebelião se estendeu a todo o país, Lucas Mangope, actual Primeiro-Ministro do Bophuthatswana, juntamente com as autoridades sul-africanas, mandou a polícia branca a disparar contra a multidão. Não é para menos. No seu cargo de Chefe de Estado, Mangope receberá de Pretória, que financia 75 por cento do seu orçamento, um rendimento anual de 16 mil dólares. Para os seus governados, que deveriam sobreviver num solo só cultivável em 6,6 por cento da sua extensão, as perspectivas, são contudo menos promissoras.

Zaire

A luta continua

A luta contra o regime de Mobutu continua no Zaire, foi o que anunciou o general Nathaniel M'Bumba, no seguinte comunicado emitido do interior do país em fins de Dezembro:

Com a data de 13-12-77, na região de Shaba situada entre Kasaji e Kolwezi, os combatentes da Frente de Libertação Nacional do Congo (FLNC) atacaram de surpresa uma importante coluna de soldados de Mobutu, infringindo-lhes

graves perdas. Os reforços que deveriam juntar-se às tropas do inimigo, caíram sobre um campo minado, que lhes causou vários mortos e muitos feridos.

Depois desta acção, Mobutu fez a aviação intervir, a qual bombardeou sistematicamente as aldeias situadas ao redor de Kayanda. Estes bombardeamentos causaram dois mortos e muitos feridos entre a população civil.

Por este motivo, o Presi-



O gen. Nathaniel M'Bumba.

dente da FNLC e Comandante em Chefe das FAPC (Forças Armadas Populares do Congo) alerta a opinião

PANORAMA TRICONTINENTAL

pública internacional sobre a gravidade da situação.

No interior do país desenvolvem-se combates, mas as aldeias bombardeadas

não estão nas zonas actualmente em conflito. O regime anti-popular de Mobutu não cessa de ser combatido, por todo o povo congolês.

lhos companheiros de Bourguiba, e até à bem pouco membro do comité central do partido do governo, o PSD, resolveu anunciar, a 10 de Janeiro último, a sua demissão de tais funções. É neste complexo contexto da luta de classes, que passa pelo próprio partido do governo, que terão de ser interpretados os sangrentos confrontos que opôs os trabalhadores e sindicalistas tunisinos às forças repressivas.

Tunísia

A greve geral

No dia 26 de Janeiro, a capital da Tunísia foi palco de violentos combates entre forças policiais, auxiliadas mais tarde por forças militares, e trabalhadores tunisinos que aderiram à consigna de greve geral, decretada dias antes pela União Geral dos Trabalhadores Tunisinos, anunciada pelo próprio secretário geral daquela central sindical, Habid Achour.

Segundo dados fornecidos pelo governo Tunisino, as confrontações saldaram-se em 42 mortos, 325 feridos, alguns dos quais em estado grave e 400 presos, entre os quais se conta o próprio secretário geral da UGTT, Habid Achour, juntamente com outros dez membros do comité executivo daquela central sindical única de trabalhadores da Tunísia. No entanto, segundo fontes próximas do poder, o número de mortos ter-se-á elevado a mais de 130.

A greve geral do dia 26, a primeira da história do movimento operário tunisino,

não havia sido proibida pelas autoridades de Tunes, que, no entanto, apressadamente, explicaram os confrontos, pela voz do seu Ministro do Interior, senhor Hannablia, como "um plano premeditado" de "greve insurreccional" destinada a mostrar "que a organização sindical estava à altura de derrubar o regime ou de o obrigar a submeter aos seus pontos de vista".

No entanto, para a maioria dos observadores e de sectores ligados ao grupo de oposição dos "socialistas democratas" seriam as provocações montadas pelas autoridades de Tunes que estariam na origem dos sangrentos incidentes. O objectivo do governo seria o de retomar o controlo daquela central sindical, que desde já há alguns meses contestava a sua política económica e social.

O controlo da central sindical escapava das mãos das autoridades de Tunes, já que o próprio secretário geral da UGTT, Abib Achour, um dos mais ve-

Marrocos

Os EUA estão a intensificar a sua ajuda militar ao Marrocos. Prepararam-se para fornecer a Hassan II, 24 aviões OV - 10, especiais para missões anti-guerrilha, 24 helicópteros Cobra, dotados de canhões leves e já utilizados no Vietnam. Estas duas aquisições evidentemente relacionadas com a guerra de agressão no Sahara, são financiadas por créditos da Arábia Saudita no valor de mais de 100 milhões de dólares. Pretendem Carter seguir os passos de Giscard?

Entretanto informa-se de fonte autorizada que depois de uma pausa de mais de um mês a aviação francesa voltou a intervir, em fins de Janeiro, contra uma coluna da F. POLISÁRIO em operação na Mautitânia.

CULTURA

«Bate-papo» com Chico Buarque



NÃO foi fácil entrevistar o Chico. Conseguimos finalmente agarrá-lo para uma rápida conversa, no Penta Hotel, na antevéspera da sua partida para Havana.

Foi a quarta tentativa. As anteriores sucessivamente marcadas haviam sido frustradas quase sempre pela má vontade de um ultra-possessivo empresário-vedeta. Aliás o mesmo indiví-

duo que tudo fez para impedir um "show" que Chico chegara a aceitar fazer, em Lisboa, juntamente com cantores populares portugueses.

Chico tem a fama de não gostar de dar entrevistas e parecia meio assustado. O facto do entrevistador ser brasileiro não foi remédio imediato para a timidez de ambos. Mas, passado algum tempo, a conversa — irriga-

Os planos de Chico Buarque para 1978.

O seu interesse por Cuba e por Moçambique, onde pretende gravar.

O seu trabalho no Teatro. O artista na engrenagem da grande máquina empresarial ávida de lucros. O compositor brasileiro frente à censura e à repressão. São alguns tópicos da sua conversa com os Cadernos do Terceiro Mundo,

em Lisboa.

da por uma saborosa "batida" à base de vodka que o próprio Chico ensinara o "garçon" do hotel a fazer — foi esquentando.

Passado algum tempo o Chico já contava casos e ria.

Falou então dos seus planos para este ano, da sua enorme curiosidade por dois países do Terceiro

Mundo que vai visitar: Cuba e Moçambique, falou do seu trabalho de teatro com Paulo Pontes, da música latino-americana no Brasil, da engrenagem de uma vida artística submetida ao controle das grandes gravadoras e dos empresários ávidos de lucro e promoção às custas do talento alheio.

Também falou do Brasil com uma cautelosa esperança e com um cuidado talvez até excessivo numa época, onde até mesmo algumas figuras ligadas ao regime já clamam contra a censura. Porém mesmo assim, deixou escapar uma opinião bastante importante e oportuna, a de que uma "abertura democrática" no Brasil não poderia vir como um "presente" de ninguém mas como uma conquista...

Em 1978 devem acontecer muitas coisas no Brasil. Como você está a ver o ano, quais são os seus planos, que pensa criar?

— Eu saí do Brasil agora e deixei lá uma peça de teatro. Ela vai ser (está sendo) submetida à censura. A censura prévia que existe lá no Brasil... Quando eu voltar vou retomar a peça, fazer a montagem. Este é o meu projecto mais imediato. Teatral e musical.

Ao mesmo tempo tenho agora essa viagem à Cuba e tenho também um convite para Moçambique. Isso para mim é da maior importância. Poder entrar em contacto com esse pessoal que a gente não conhece. A gente não conhece no Brasil a arte e a cultura cubana. A moçambicana também não.

Eu estou muito curioso, ansioso, acreditando que isso vai-me enriquecer. Exis-



te até um plano para gravação em Moçambique com músicos locais. Foi trançado com o Rui Guerra que é moçambicano e está lá. É para este ano ainda.

No Brasil você está mais motivado para o teatro?

— Desde sempre eu faço teatro. O meu primeiro trabalho profissional foi "Morte e Vida Severina", música para teatro. De modo que agora eu estou ainda mais interessado por teatro, principalmente depois de trabalhar com o Paulo Pontes numa peça, "A Gota d'Água". Ele me passou toda uma "carpintaria" de teatro. Trabalhamos juntos, fiz muita coisa com ele.

Como é que vocês dividiam o trabalho na "Gota d'Água"?

— Primeiro nos reunimos durante um mês, discutimos a ideia e traçamos a linha toda, juntos. Aí ele foi para casa e começou a escrever. Escrevia e me mandava. Eu dava a forma final: colocava em verso.

Depois da "Gota d'Água" a gente começou a fazer juntos uma comédia chamada "No dia em que

Frank Sinatra veio ao Brasil" (o título é provisório). A gente começou mas não acabou... Aí já trocávamos tudo: eu ia escrevendo ele dava a forma final. Mas foi aí que ele morreu. Teve aquele cancer. Se desinteressou, o trabalho ficou pela metade...

E o Brasil?

E o Brasil, Chico?

— Estou sendo muito egoísta, até agora falei só de mim, dos meus projectos... Bem, agora em termos de Brasil, está-se prometendo há muito tempo a famosa "abertura". Pelo menos a imprensa fala nisso. Fala-se em Amnistia, no fim da censura, fala-se em volta do habeas-corpus, no fim do AI-5 (1), do 477 (2).

A opinião pública está toda a favor desta "abertura". Mas eu não acredito que isso venha como um presente de ninguém. Pode vir como uma, uma...

Uma conquista?

— Uma conquista, sim... Veja: esta minha viagem a Cuba — minha e de um gru-

po de brasileiros — tem a ver com isso.

Poder falar sobre isso escrever sobre isso. O Fernando de Moraes escreveu aquele livro sobre Cuba A Ilha: foi um dos livros mais vendidos no Brasil no ano passado. A Veja publicou uma entrevista com o Fidel. Com o Fidel Castro na capa! Isto não seria pensável há três ou quatro anos atrás.

Viagem a Cuba

Você é o primeiro artista brasileiro famoso que vai a Cuba sem estar exilado. Qual é o significado disso para você? Isto numa época em que os passaportes brasileiros ainda levam aquele carimbo "Não é Válido para Cuba"...

— (a rir) :Não levam mais.

Não levam mais? ? ? (risos) :

— Não levam... Bom em todo o caso tudo que li sobre Cuba só fez aguçar a minha curiosidade. Acho que só tenho a lucrar com isso. Acho que o Brasil só tem a lucrar com isso. Só tem a lucrar com um intercâmbio em todos os níveis com Cuba.

E já se está caminhando para isso, ainda mais agora que os Estados Unidos esboçaram uma aproximação.

Você conhece artistas cubanos? Conhece, por exemplo, o Carlos Puebla...

— O Carlos Puebla eu não conheço. Conheço alguma coisa do Silvio Rodriguez e do Pablo Milanes. E mesmo assim através do disco de um uruguaio, o Daniel Viglietti. Agora discos cubanos eu nunca vi. Nunca tive nas mãos.

A descoberta da música latino-americana

É só agora que se começa a descobrir no Brasil a música latino-americana. Antigamente só se assimilava o "rock", o "ié, ié, ié", a música anglo-americana e alguma música italiana e francesa. Pode-se dizer que em termos musicais começa a existir no Brasil uma maior curiosidade com relação à América Latina?

— Acho que sim. Principalmente depois do golpe no Chile e, mais tarde, também na Argentina. De repente, como que por milagre, o Brasil ficou sendo uma espécie de oásis (risos) Encontrei uma vez o Eduardo Galeano recém-chegado da Argentina. O Galeano sentiu uma "diferença" Pensou até em ficar no Brasil mas depois descobriu que também não era bem assim como tinha pensado (a rir): agora está na Espanha.

A literatura latino-americana já era muito conhecida. A música só começa agora. Muitos bons artistas passaram pelo Brasil. A Mercedes Sosa dá shows em faculdades, lota giná-

sios. Isso realmente é um facto novo.

Mas ainda é muito pouco. Quase sempre só música argentina ou cantores argentinos cantando músicas chilenas. E com a Argentina sempre tivemos um intercâmbio musical maior...

Eles exportavam tango, a gente exportava samba...

— É isso. Há muito turismo brasileiro na Argentina. A música brasileira lá é muito ouvida.

Mas você acredita que é válido fazer um esforço para reforçar estes laços musicais com a América Latina e, porque não, a África, todo o Terceiro Mundo? Têm muito mais a ver com os nossos problemas do que aquilo anglo-americano que chega pela televisão.

— Evidentemente. Quando digo que tenho a ideia de ir gravar em Moçambique, posso estar falando do meu interesse pessoal, mas este contacto com os músicos de lá já poderia ser o início de uma troca, de um intercâmbio. Isto poderia ser um ponto de partida para os músicos moçambicanos poderem vir a gravar no Brasil. Coisas que eu acho que são lógicas, e, mais cedo ou mais tarde, vão acontecer.



No Brasil existe uma grande repressão artística que não é só a censura, é toda a opressão em geral. Por outro lado, o artista consagrado parece ter oportunidades...

— O que acontece lá é uma concentração muito grande. Eu sou beneficiado por isso. Um sujeito novo tem muito mais dificuldade. Tem uma dificuldade desgraçada. Existe apenas uma dúzia de músicos lá no Brasil, nos quais eles investem.

Qual é a "peneira" pela qual deverá passar hoje um compositor novo?

— Bom, o que acontece de uns tempos para cá é que quem tinha um Volkswagen, hoje compra um Chevette (3) . compra dois carros. Quem comprava um disco compacto compra cinco LP's. Os ricos, claro.

Então a produção está toda voltada para esse pessoal.

Eu gravei um compacto com o Milton Nascimento: a gravadora não tem muito interesse nele. Tem até loja que não vende mais compactos. Não porque não dá lucro, mas porque dá menos lucro.

Dentro de todo este mecanismo, a gravadora não tem interesse em lançar um valor novo. Não porque se arrisque a ter prejuízo, mas porque não vai ter muito lucro.

Um músico lá no Brasil, o Antônio Adolfo, lançou um disco chamado "Feito em Casa". Feito em casa porque foi ele mesmo quem gravou, mandou prensar, imprimiu a capa, fez tudo. Depois pegou a camionete (4) dele e saiu pelo Brasil afora vendendo o disco. De porta em porta!

A última notícia que tive dele foi que já tinha vendido 14 mil discos. Uma gravadora venderia pelo menos 30 mil. Estão sempre voltadas para o público certo, já garantido.

Por exemplo, quando este meu último disco "Meus Caros Amigos" estourou, isto é: começou a vender muito, vários outros discos, inclusive o MPB-4, que estavam na gravadora prontos para sair, demoraram muito porque o meu disco ocupava todas as prensas. Está tudo voltado para o certo, o seguro, o que der maiores lucros e garantias.

Apesar de você...

Era diferente na época que você começou, isto é, você e toda a geração: Caetano, Gil, Milton Nascimento?

— Sim. Além disso naquela época, 66/67/68, ainda havia bastante liberdade apesar de já ser depois de 1964. Já são doze anos...

Depois veio aquele tempo em que você praticamente não podia mais compor. Eles censuravam tudo... A música sua que mais lhes doeu foi "Apesar de Você"?

— Bom, essa eles primeiro deixaram passar porque não entenderam o que dizia a letra (risos). Depois que todo o mundo começou a cantar, se deram conta. Mandaram apreender o compacto nas lojas. Foi um caso único. É difícil fazerem isso, pois, assim, prejudicam as gravadoras.

Imagine eles explicando para uma gravadora holandesa ou sueca, que grava no Brasil, que não pode gravar isso ou aquilo porque no Brasil tem censura. Que vai

perder dinheiro por causa da censura.

Foi a época do "Sinal Fechado", do "Chame Ladrão", a época que você adotou o pseudônimo de Julinho de Adelaide?

Nesta época eles censuravam tudo que eu compunha. Não deixavam passar nada. Aí eu gravei um LP cantando só músicas de outros compositores. O Julinho da Adelaide foi um compositor novo (risos) que apareceu naquele disco...

Além da censura você chegou a sofrer outras formas de repressão?

— Sim. Principalmente naquela época em que eu dava muitos shows em faculdades. Chegava a polícia antes do espetáculo, às vezes até durante, e vinha "avisar" o que eu não podia falar. Que eu não podia cantar esta ou aquela música, nem falar sobre certos assuntos. Por exemplo, não podia falar da censura. Nem falar mal, nem falar bem...

Falar bem?

— É (a rir): Para me divertir eu comecei a falar bem da censura nos "shows". Mas também proibiram (risos).

entrevista
de Marcelo Dias

(1) AI-5 - Acto Institucional n.º 5, decreto do regime que concede a si próprio poderes ditatoriais.

(2) 477 - Decreto 477 - lei de repressão nas Universidades: por razões políticas qualquer estudante pode ser expulso e impedido de estudar por 3 anos, em virtude de um dos seus artigos.

(3) Chevette - automóvel fabricado no Brasil.

(4) Camionete - carrinha.

Boal: o teatro no exílio



Augusto Boal é um dos principais expoentes da arte brasileira no exílio.

*Num depoimento exclusivo para a nossa revista
o teatrólogo, actualmente residente em Portugal,*

fala do seu trabalho.

A sua arte proibida no Brasil,

torna-se cada vez mais universal

no contacto com a de outros países da América Latina e da Europa.

Desde que saí do Brasil a minha actividade tem sido intensíssima. Vivi cinco anos na Argentina, tendo viajado por quase toda a América Latina, fazendo conferências, cursos, laboratórios e desenvolvendo novas técnicas de teatro popular.

Procurei sistematizar toda essa experiência em três livros de teoria de teatro: *Teatro do Oprimido, Técnicas Latino-Americanas de Teatro Popular e 200 Exercícios e Jogos para o actor e para o não actor com ganas de dizer algo através do Teatro*; nesse período escrevi igualmente outros livros de ficção, como por exemplo, *Milagre no Brasil*, onde procuro fazer um relato da minha experiência na prisão de São Paulo e onde procuro mostrar que a tortura e a repressão em geral fazem parte de um sistema económico e pertencem à essência mesma desse sistema; escrevi *Crónicas de Nuestra América*, que reúne contos verdadeiros e divertidos que recolhi nessas minhas andanças latino-americanas; *A deliciosa e sangrenta aventura latina de Jane Spiffire, espiã e mulher sensual*, que é uma narrativa de um golpe de Estado promovido pela CIA nalgum país latino, narrativa essa que utiliza todas as técnicas dos romances de aventuras e espionagem, a violência, o sexo, o sangue, e até a linguagem em estilo "tradução" — escreve-se como se traduz e não como se se usasse a língua original. Com esta experiência — como em outras do género — trato de voltar o feitiço contra o feitiço, usando a linguagem do inimigo para

A volta de Zumbi

A peça "Zumbi" de Augusto Boal e Gianfranco Guarnieri, actualmente em cartaz em Lisboa, foi dirigida pela primeira vez pelo próprio Boal, no teatro de Arena no Brasil em 1965.

"Zumbi" narra em ágeis diálogos, canções e danças a história do "quilombo dos Palmares" a república negra dos escravos fugitivos, antigo mas sempre presente episódio da luta do povo brasileiro pela liberdade.

Os actores se revezam nos distintos personagens de escravos e escravas no cativoiro, depois livres; capitães de mato repressores da ordem colonial e escravagista; governadores; cardeais; comerciantes; senhores e senhoras de escravos.

A vida e a morte de Palmares e do seu rei Zumbi é cantada na música de Edu Lobo, com letras de Boal, Guarnieri, e em algumas canções Vinicius de Moraes e Rui Guerra.

"Zumbi" foi um marco no teatro brasileiro da década de 60 e o seu sucesso ultrapassou as fronteiras. A quase treze anos da sua primeira apresentação não perde a sua actualidade, o seu poder de comunicação e a alusão à ansia de liberdade já então tão fortemente sentida pelo povo brasileiro. Ninguém se esquece também das suas canções alegres e tristes, "Upa Neguinho", "Iaia-Ladaia", "zumbi", "Venha ser Feliz", etc...

Desde 1965 a peça já foi apresentada por mais de cem grupos diferentes em várias partes do mundo: Buenos Aires, Nova Iorque, México, Paris.

Lisboa tem actualmente a possibilidade de vê-la, dirigida pelo próprio autor e representada por um elenco mixto de brasileiros e portugueses. Esta miscelânea luso-brasileira e algumas inovações do director e dos próprios actores contribuem para dar-lhe novos atractivos e uma comunicabilidade que capta e envolve o público.

"Zumbi" aparece mais uma vez, agora no exílio, encenado por actores brasileiros e portugueses que com eles vem contar a história de Palmares, velho canto à luta pela vida.



A apresentação de "Zumbi" em Lisboa. No elenco: Cecília Thumin, Fernando Loureiro, Francisco Fanhais, Marcia Fiani, Rui Frati, Seme Lufti, Vera Keel e João Lagarto. Músicos: Jan Galley, Robertino e Zé Batista. Na foto, em primeiro plano, Rui Frati e Marcia Fiani.

dizer verdades contra esse mesmo inimigo.

Além desses livros (alguns dos quais estão traduzidos em várias línguas e publicados em vários países) escrevi também várias peças, entre as quais, *A Tempestade-Caliban*, baseada em Shakespeare e com música de Manduka; *As Mulheres de Atenas*, baseada em Aristófanos e com música de Chico Buarque; e mais recentemente, *Muro em Ponta de Faca*, em que trato precisamente do tema do exílio.

Depois de cinco anos na Argentina vim morar em Portugal e, da mesma ma-

neira que quando lá estava eu viajava por toda a América Latina, agora que cá estou viajo por toda a Europa, fazendo o mesmo trabalho, principalmente na Suécia, Itália e França, onde tenho ido trabalhar com grande frequência. Recentemente fui também eleito Presidente do Conselho de Gestão do Festival Mundial de Teatro de Nancy.

Aqui na Europa utilizo e desenvolvo as mesmas técnicas do "teatro do oprimido" porque, evidentemente, aqui também existe opressão, aqui também existem oprimidos e portanto aqui também o tea-

tro pode ser usado como arma de liberação.

O TEATRO INVISÍVEL

Prepara-se uma cena como se fosse para ser representada num teatro convencional, com texto, personagens, etc. Depois de pronta a cena é representada num local que não é um teatro e para pessoas que não são espectadores e que nem chegam a tomar consciência de que estão assistindo a um espectáculo.

Como não sabem que são espectadores, actuam como se fossem actores obrigando os actores a se converterem em espectadores dos

espectadores-actores! Deruba-se o muro que separa actores (sujeitos) de espectadores (objectos). Todos são sujeitos-objectos. O espectador se liberta da sua primeira opressão que é a de ser passivo, recipiente.

Cito alguns casos: em Paris fizemos teatro invisível dentro da carruagem de um combóio de "metro" sobre o problema do abuso sexual contra as mulheres. Durante um dos espectáculos, o combóio chegou mesmo a parar e a cena se estendeu ao cais da estação.

Em Estocolmo fizemos teatro invisível em restaurantes, nos ferry-boats e também nas ruas, sobre temas tão diferentes como a poluição atmosférica, o preconceito racial, o bebé da Rainha Sílvia, etc. Num dos espectáculos a polícia apareceu, interrompeu a peça e prendeu por alguns minutos alguns actores para averiguação de antecedentes.

(1) teatro foro

Se na forma anterior o espectador se libera de sua condição de passividade, ele continua, no entanto, sem plena consciência desse facto. Liberta-se sem sabê-lo. No teatro-foro o espectador assume o papel protagónico com plena consciência do que faz. É assim: prepara-se uma cena como normalmente, com a única obrigatoriedade de que o protagonista cometa um erro político ou outro, e que de nenhuma maneira seja um herói.

Representa-se a peça que não deve durar mais do que 10 ou 15 minutos. Terminada a representação pergunta-se aos espectadores

se eles estão de acordo com o que acabaram de ver. Como é de supor-se, muitos ou todos responderão que não.

Informa-se em seguida que a cena será representada uma segunda vez da mesma maneira, mas que desta vez qualquer espectador que estiver em desacordo poderá gritar *stop*, e a cena imediatamente se interrompe; nesse momento o espectador poderá substituir o actor que representava o protagonista (e que cometia o erro) e poderá tentar mostrar, teatralmente, em acção, qual seria a forma correcta de proceder.

Quando o espectador estiver em cena tentando a sua solução, todos os demais actores tentarão reprimir esse espectador a fim de mostrarem que essa solução também não é viável e a fim de obrigarem o espectador a se exercitar na solução que preconiza. Se o espectador se dá por vencido o actor protagonista retorna e a peça vai outra vez em direcção ao mesmo final, a menos que um segundo espectador, um terceiro e quarto e outros mais tentem cada qual a sua versão.

Quando um espectador conseguir vencer os seus repressores, a partir desse momento os espectadores serão convidados a substituírem também os outros actores a fim de que os espectadores interpretem os papéis de "oprimidos" e "opressores" e tratem de estudar todas as possibilidades de libertação, dentro daquela situação dada.

Teatro na- rua-

Também esta forma te-

nho usado constantemente em muitos países da Europa; na França, fizemos teatro para os grevistas de um banco que discutiram as melhores formas de organizar uma greve — isso ocorreu durante a própria greve.

Em Estocolmo, discutimos em teatro-foro em plena rua (mais de mil espectadores) o problema das centrais atómicas. Na Sicília, numa pequenina cidade, Godrano, discutimos o problema da criação de uma cooperativa para resolver o problema agrário local e que era obstaculizada pelo prefeito local.

O espectáculo foi feito em plena praça e na presença de quase toda a população — inclusive o Prefeito, que era um dos personagens.

Durante o "foro" vários cidadãos aproveitaram a oportunidade para gritarem "stop", para entrarem em cena e para fazerem as suas próprias reivindicações e as suas próprias acusações contra o Prefeito, até que ele próprio não se conteve e, também gritou "stop" e substituiu o actor que fazia o seu próprio papel, a fim de se defender melhor.

Deu-se aí um facto maravilhoso: um prefeito verdadeiro discutiu em plena rua com cidadãos verdadeiros problemas verdadeiros: a única ficção era o ritual teatral que foi obedecido todo o tempo.

Além destas duas formas principais tenho trabalhado também com outras como o "teatro jornal" (técnicas de teatralização de notícias de jornais), o "teatro-fotonovela" (desmontagem de histórias desse meio de comunicação social), etc.

Augusto Boal

A arte dos presos políticos



Marcelo Dias

Escrever poesia, desenhar, fazer artesanato, não significa apenas uma forma de passar o tempo ao qual foram condenados nas prisões da ditadura. A sua arte é luta. Poucos artistas lutaram tanto para conseguir a liberdade de criar, arrancada por meses de surda resistência às proibições carcerárias, greves de fome e sofrimentos. Sobreviver e criar artisticamente nas prisões da ditadura é uma suprema forma de resistência. Entre os presos políticos brasileiros despontam novos artistas cuja obra um dia será conhecida e admirada. Hoje, porém, ela é anônima e colectiva. É uma arma nas mãos de todos os presos, artistas ou não. É a crónica da sua vida e da sua resistência.



A vida entre paredes
entre dentes
entre parêntesis

EIS um primeiro dos seus poemas que tudo resume sobre a prisão. A quase totalidade dos presos políticos que actualmente cumprem longuíssimas penas em vários presídios e quartéis têm uma história parecida: foram ceifados nalgum momento entre os anos 69 e 73, quando a repressão no Brasil batia todos os "records" internacionais de selvageria.

Por uma série de circunstâncias de momento escaparam à morte sob tortura, ou à execução sumária que custou a vida a mais de quinhentos resistentes, durante o mencionado período, muitos dos quais eles viram sucumbir na cela ao lado.

Estes primeiros tempos de prisão duravam às vezes mais de um mês de torturas e interrogatórios. Muitos dos presos que já haviam passado por esta fase e ti-

nham sido transferidos dos centros de tortura do DOI-CODI, para outras unidades militares, voltavam aos mesmos para novas torturas, pois os interrogadores descobriam que "faltavam esclarecimentos".

Depois de algum tempo

começavam os vai-e-vens constantes entre as prisões e as Auditorias Militares, os tribunais do regime, onde os presos respondiam pela sua ânsia de justiça e liberdade, frente aos oficiais-juizes e à "Lei de Segurança Nacional":

Novas condenações

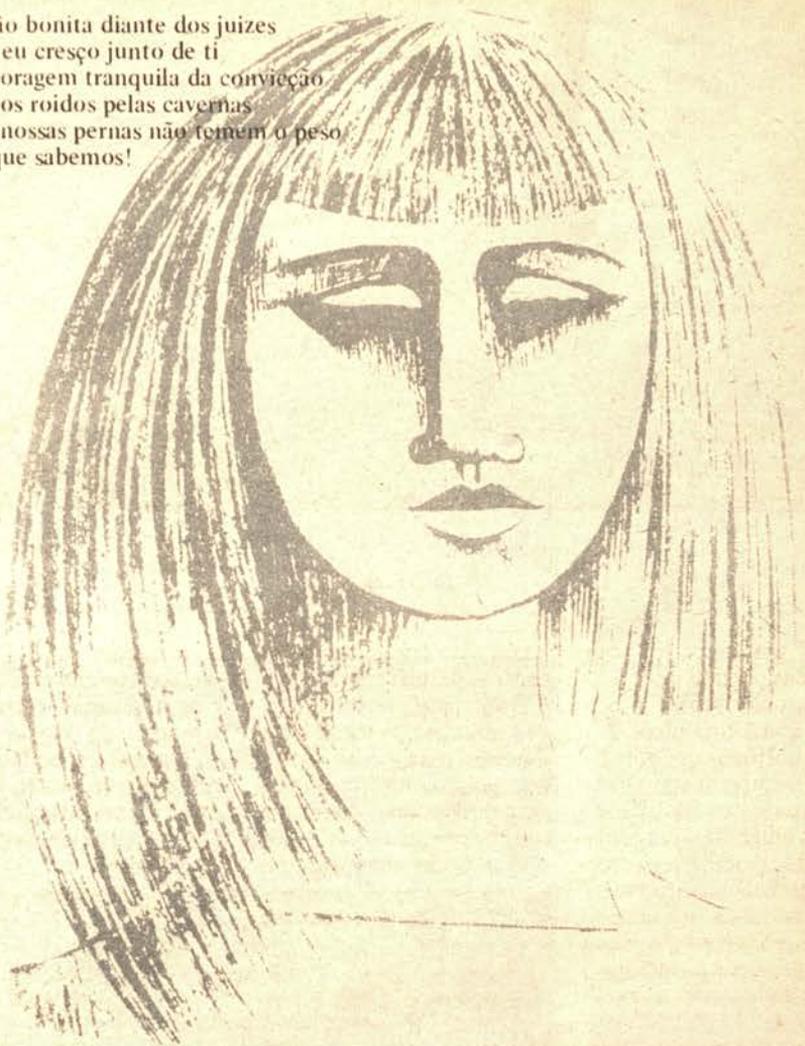
Nos transportam para novas condenações.
Atravez dos minúsculos orifícios da viatura
Pessoas desinformadas cruzam viadutos
Arranha-céus e anúncios luminosos
Se apoiam nos suores desconhecidos
As lesões doem dentro de nós
Abrigam faróis, reunindo
Instrumentos necessários
Para a sinfonia das tempestades

Mas os tribunais também eram pontos de encontro sofregamente esperados,

com a família, os amigos, a amada detida noutra prisão...

Julgamento

Es tão bonita diante dos juizes
Que eu cresço junto de ti
Na coragem tranquila da convicção
Somos roídos pelas cavernas
Mas nossas pernas não temem o peso
Porque sabemos!



Já houve promotor militar que comparasse a "Lei de Segurança Nacional" ao Evangelho, à espera talvez de ser canonizado por algum Lefèbre. Mas mesmo sem esta pretensão, a lei já seria de um ridículo atroz.

Reformada três vezes desde a sua instauração em 1967, cada vez com penas mais severas, esta lei, cujo

primeiro parágrafo torna todo o cidadão brasileiro "responsável pela segurança nacional", fundamentou muitas tragicômicas condenações sucessivas que o preso só poderia cumprir em várias reencarnações.

Prisão perpétua pela Primeira Auditoria do Exército, 40 anos de prisão na Terceira Auditoria da Aeronáutica mais 15 anos na

Primeira Auditoria da Marinha mais 12 de volta na Primeira do Exército - um exemplo entre vários.

Uma prisão perpétua mais 67 anos na segunda reencarnação custam a passar, mas nenhum dos presos se preocupa em ter que cumprir tudo isso, pois todos sabem que esta ditadura há-de cair.

Mas, dois anos de prisão já são muito:

Segundo aniversário

Completando hoje
Dois anos de prisão
Olho meu rosto
(me olha a confiança
de sempre —
arma antiga)

Dois anos sem um pedacinho
de sol

Que passe pelas portas
Espante o frio
(cimento)
que estremece sob
meus pés.

Completando hoje dois anos de prisão
de lesão
de fraturas
de suplicio
de humilhações

Sangue. Barbarismo.
Medidas há? Haverá?
Inspeciono o concreto
(dos alicerces)
Nenhuma fechadura
Convicções crescem
Desafiando os séculos
Cada dia a vida
Me é mais bela.

Porque nunca tenho do que
me lamentar
Se vivo neste tempo
de morte

Sou integrante de gerações futuras
Que terão janelas.
Agora vou me deitar um pouco
e esperar que do outro lado da
PAREDE...

O tempo é a obsessão das prisões. Muitas das poesias dos presos políticos falam deste tempo que passa devagar, deste tempo que passou, do tempo que ainda terá que passar. O tempo que os opressores fazem pagar à juventude dos revoltados.

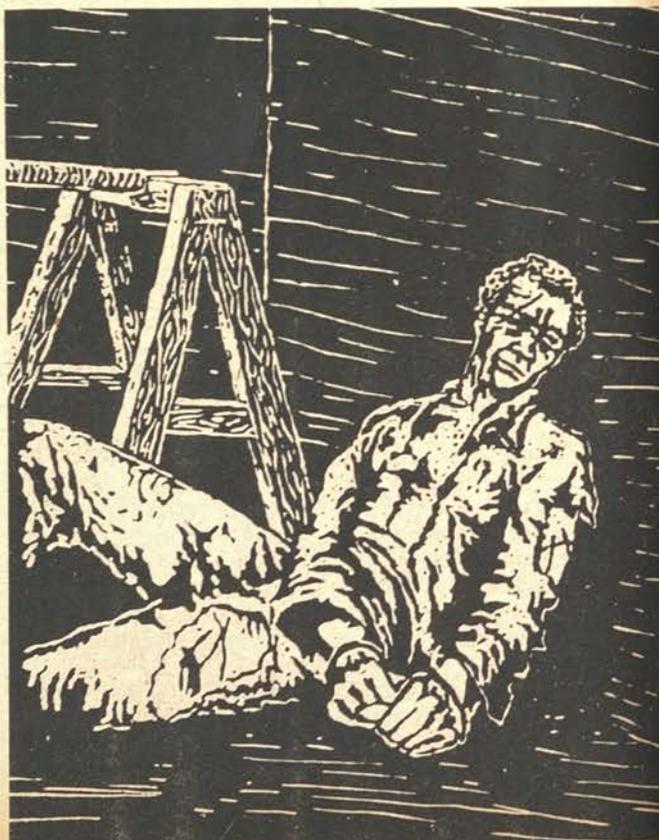
Tempo

O tempo escorrido
Em lentas discussões
O tempo

o tempo
Sentido perdido

De tardes grávidas

Parindo
noites
Abortando
amanhãs



Entre as quatro paredes cinzentas, o passado surge mais colorido. A lembrança do passado, das suas cores e do seu gosto tornam-se essenciais à vida. Como a

maioria dos presos é muito jovem, as suas lembranças têm um gosto à adolescência. Muitas vezes lembram um primeiro amor:

Lembro Lília

Meia hora de silêncio.

Na feira em frente a tua casa
Eu comprava passarinhos
(e te espreitava na janela)
Nunca estive diante de ti
Com uma flor em cada mão
Nunca pudemos pegar um barco
E deixar a brisa da noite
Varrer as dores escondidas.
Uma vez
A saudade me...
O Carcereiro me tranca.
Sob o sangue
As solidões
se cruzam.



A procura das cores do passado é, muitas vezes, também, uma armadilha dolorosa. Faz arder na carne a chaga da liberdade perdida e de todas as coisas da liberdade que tanta falta fazem. Mas a poesia, que também é a luta contra si mesmo, contra-ataca:

Falta

Falta sempre tanto
No que passa,
Que do passado
Só o que falta se sente.
Portanto consolo-te:
Melhor que tudo te falte
E teu passar seja esse
Em branco convite a vida.

A poesia como luta contra si mesmo, luta para resistir ao desespero, luta para manter as forças e continuar lutando, aparece, muito frequentemente, em vários poemas de diferentes autores. Na prisão a tendência à auto-destruição é grande e às vezes o desespero toma conta.

Mas a vida continua e a luta contra si mesmo é vitoriosa. O preso se exercita na paciência e na ironia:

Se o sol é incerto
E preciso o exercício da palavra
Sob a chuva.
Ainda que resultem
Apenas cacarejos.

Aprender a enfrentar a realidade tal qual ela é, é uma questão de vida ou de morte. Fugir à realidade, a

maior das tentações impossíveis da prisão, é enfrentada por versos cáusticos:

Transformação

Não durmas sob o real:
Acordarás sempre em pesadelos
Não tentes voar sobre ele:
Acabarás morto num rasante.

Não torças o real
Pensando por-te a salvo da asfixia
Se queres transformar
A matéria que respiras
Oferta-lhe teus pulmões



Se hoje esta poesia é uma arma, foram necessárias muitas batalhas para conquistá-la. A situação dos presos políticos brasileiros é hoje sensivelmente melhor que em qualquer outra época desde 1969. Esta vitória é resultado de uma luta dramática.

Começaram a organizar-se em meados de 73 e, a levar a cabo acções de prisão cada vez mais ousadas, que muitas vezes, eram punidas com ferozes represálias. Em Maio de 1975 eles obtinham a sua primeira grande vitória: após nove dias de greve de fome, os prisioneiros da Ilha Grande conseguiam que fosse reconhecida a sua condição de presos políticos e que fossem modificadas substancialmente as suas condições de detenção.

Nos meses seguintes, a pressão do movimento democrático pela Amnistia, dentro e fora do Brasil, ampliaria estas conquistas. Os meses de luta, as greves de fome, o esforço de comunicação e coordenação entre

várias prisões que custou a conquista da possibilidade de criação artística, são, sem dúvida, o maior dos méritos destes poetas, pintores e artesões de contingência, cujo sofrimento continua.

Mudança de cela

Despeço-me do quadradinho
Liame de dois mundos.
Melancólico, melancólico
Quando descer um andar
É perder de vista a luz
As flutuações do rio,
As variações do tempo
O movimento, a vida

A batalha vitoriosa pela conquista do direito à arte nas prisões é parte da luta pela vida e pela liberdade dos presos e do seu povo. Do povo e dos seus presos. Os muros são altos, as grades sólidas. São grandes, à imagem do medo que têm do povo os opressores. Medo que assume nomes pomposos como a Segurança Nacional; medo que tem



muitas armas, medo que tem muita força.

Mas as prisões não resistirão à juventude dos presos, nem a ditadura à juventude

do povo. Esta é a convicção dos que lutam pela vida e pela liberdade dentro e fora das prisões da ditadura:

Enquanto isso amaremos
Amaremos nas prisões atuais, mesmo longínquas
Amaremos nas lembranças, mesmo distantes
Amaremos na terra mesmo superado
Amaremos no campo mesmo que em chamas
Amaremos no rio mesmo que seco
Amaremos nas cartas mesmo censuradas
Amaremos nas auditorias mesmo que de arame farpado
Amaremos como os demais amantes do futuro, no
Campo de concentração,
Dispersos.

Angola: a batalha do livro



*Mais de 200 mil livros
foram distribuídos em 1977 em Angola
para responder a um extraordinário interesse pela leitura.
Entre os autores encontram-se
Agostinho Neto, Luandino Vieira, Manuel Rui, Papetela, etc.
Luandino Vieira, conhecido escritor e militante angolano
fala-nos sobre a luta neste campo decisivo
e recórda os duros tempos da Sociedade Cultural
e da revista «Cultura».*

QUANDO chegámos a Luanda em fins de 1977 encontramos muitas coisas mudadas. As recordações que guardávamos da última visita nos difíceis dias da independência, exactamente dois anos antes, estavam carregadas da emoção vivida com o

acesso ao poder do MPLA, mas estavam marcadas pelas enormes dificuldades daquela etapa: ameaças militares, cerco à capital, carência de alimentos, falta

de médicos e todos os outros frutos da transição de uma sociedade colonial para a instalação de um regime revolucionário.

Agora os avanços eram

entrevista de Beatriz Bissio

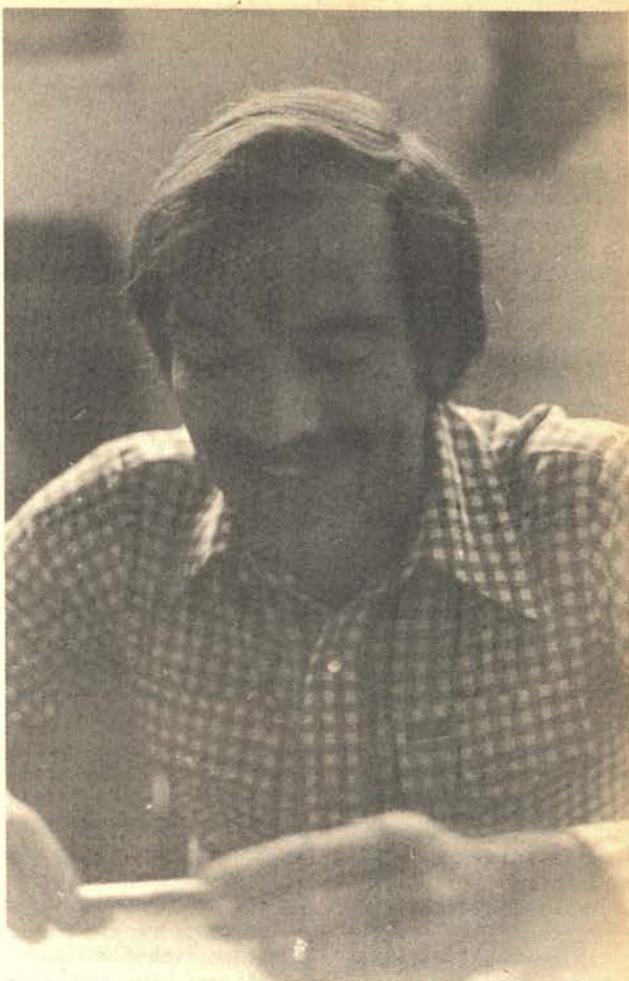
evidentes. Desde a limpeza das ruas aos modernos autocarros jugoslavos e brasileiros que oferecem um razoável sistema de transporte urbano, às pessoas melhor vestidas e calçadas numa maior proporção que antes, um novo estilo jornalístico no "Jornal de Angola", os quadros do novo exército angolano por toda a parte, tudo começava a ser muito diferente.

Talvez pudéssemos resumir a mudança numa surpreendente constatação: lá, onde antes estavam os imponentes monumentos do colonialismo português (que o povo se neccarregara de tapar com panos vermelhos nos dias anteriores à Independência, decorando os pedestais com cores do MPLA) destacam-se agora altivos os símbolos da vitória militar sobre o inimigo. Tanques blindados ocupam o lugar que antes servira para impor ao povo de Angola a imagem dos conquistadores.

A impressão visual dos avanços foi sendo pouco a pouco complementada com dados concretos que recebemos nas conversas e entrevistas formais e informais, nas leituras de documentos oficiais e do Partido, nas visitas a organismos de base na província e na capital.

No campo da cultura — um dos que mais progrediram, especialmente nos seus aspectos organizativos — recebemos uma detalhada informação na entrevista com Luandino Vieira, escritor que já na década de 60 recebia prémios pela sua obra, escrita na prisão do Tarrafal.

Uma extensa entrevista que havíamos realizado com ele em 1975 e publica-



Luandino Vieira, ex-preso político do colonial-fascismo, conhecido escritor angolano.

da na nossa revista, quando ainda tínhamos a nossa sede em Buenos Aires, trouxe aos leitores latino-americanos aspectos virtualmente desconhecidos da temática literária africana e particularmente angolana, da qual Luandino é um dos maiores expoentes. Logo que foi reproduzida em outras publicações, aquela informação despertara o maior interesse.

A actualização de alguns aspectos tratados naquela oportunidade era uma das

metas desta nossa entrevista que se realizou na sede da União de Escritores Angolanos.

Os escritores organizam-se

Como era a vida cultural de Angola durante o colonialismo e como se organizavam os escritores?

— Em Angola o movimento cultural fortaleceu-se ao longo deste século. Existia uma instituição cultural que era uma superes-

Cultura trutura do colonialismo, o Instituto Cultural de Angola, mas também existia a Sociedade Cultural de Angola que tinha elementos progressistas — por isso chamavam-na de Sociedade Comunista de Angola. A ela pertenceram elementos que logo foram quadros do movimento revolucionário como Helder Neto, António Jacinto e Mário António.

A Sociedade editava a revista "Cultura" da qual saem militantes do MPLA, quadros que impulsionam a luta armada. A PIDE, polícia política portuguesa, fechou esta e outras instituições similares como o Cine Clube de Luanda e a Associação dos Naturais de Angola. Os seus dirigentes foram detidos ou ameaçados.

Para que se tenha uma ideia do avanço daquelas instituições, assinalemos que em 1956, em pleno auge do salazarismo, Artur Miller era representado em Luanda por uma companhia belga.

Todo este movimento foi reprimido. Em 1963 somos condenados a 14 anos de prisão. António Jacinto, António Cardoso e eu, todos da Sociedade Cultural de Angola, e desterrados para a colónia penal do Tarrafal. Mas apesar de tudo a sua actividade continua, até que finalmente em 1964 a PIDE a encerra.

O Instituto mantém-se todo este tempo e em 1974 antigos elementos da Sociedade Cultural de Angola apoderam-se da direcção e, com o governo de transição, vão mudando a sua orientação.

Entre outras coisas desenvolvem-se relações culturais com os países socialistas e projecta-se uma ex-

A Televisão angolana

Actualmente Luandino Vieira encabeça a equipa do Departamento de Orientação Revolucionária (DOR) do MPLA. Até ser designado para este cargo — e logo depois que recobrou a liberdade, depois de nove anos de vida numa colónia penal do colonialismo — dirigira a Rádio e Televisão de Angola.

A equipa da TV, que se forjou nos difíceis meses que precederam a independência, já estava consolidada em 1977, ainda que ninguém negue as numerosas dificuldades. No dia 10 de Dezembro passado terminou o período de transmissão experimental, iniciando-se a programação regular, com extensão ao Huambo, no interior do país.

A programação de duas horas diárias não foi ampliada porque "o tempo ainda é necessário para outras actividades como a campanha de alfabetização" e não se quer desviar o esforço das tarefas estritamente definidas como prioritárias.

Estas duas horas estão ao serviço das necessidades informativas e educativas do país. A próxima meta é estender a TV a todo o território, lançando numa primeira etapa a linha de comunicação da costa, que chegará até Cabinda, Benguela e Lobito.

Para atender às necessidades colectivas de novos televisores a empresa importadora foi posta sob controlo estatal.

Entre as maiores realizações da equipa de Televisão encontra-se a filmagem de cenas da intentona contra-revolucionária de 27 de Maio passado — liderada por Nito Alves e José Van Dunen — entre as quais a tomada da Rádio de Luanda e a ofensiva das forças leais ao MPLA que, lideradas pelo comandante Onambwe, concluíram o desmantelamento da conspiração dos fraccionistas e a captura dos principais responsáveis.

Assistimos a uma projecção especial do filme. As imagens de um levantamento militar sem povo — e isto fica evidente nas imagens, se alguma dúvida ainda subsistisse — permitiram-nos compreender ainda melhor a indignação (e a dor) provocadas pela traição dos nitistas. Tanto as imagens da ambulância com os corpos carbonizados de quadros tão queridos e respeitados como Saydi Mingas, o comandante Dangereux, o comandante Bula e Eurico, como a mensagem do Presidente Agostinho Neto quando informou o povo sobre estes assassinatos, serão para sempre, uma mensagem revolucionária para todos os que continuam a luta pela emancipação total de Angola.



A nova sede da União dos Escritores de Angola.

pansão das suas actividades para incluir sessões de cinema, actuações culturais em auditórios, etc... Esta sede que actualmente ocupamos — que pertencia ao instituto — é somente um terço do projecto original.

Como é que formam a actual União dos Escritores Angolanos?

— No dia 10 de Dezembro de 1975 — somente um mês após a Independência — se cria a União dos Escritores Angolanos, com a assistência do Presidente Agostinho Neto. O Instituto e a Sociedade Cultural de Angola, pertenciam como projecto à época colonial. A União responde às necessidades da etapa que se abre com a Independência. Durante a cerimónia exibem-se os filmes “Angola, guerra do povo”, uma co-produção franco-angolana e “Vinte anos depois de Moncada”, de Cuba.

Nomeiam-se comissões e

começa-se a organizar o trabalho. A Comissão de Instalação recebeu esta sede que, como já mencionei, faz parte de um plano mais ambicioso. Neste terreno está projectada a construção de um auditório e também de uma escola. A Comissão Redactora dos Estatutos já acabou os seus trabalhos e os estatutos acabam de ser editados. Elegeu-se a Comissão Directiva que exercerá as suas funções por dois anos e um Conselho Fiscal.

A Assembleia Geral é presidida pelo Presidente Agostinho Neto que na sua qualidade de poeta é membro da instituição. Existia um Secretariado Executivo que teve a responsabilidade da gestão até às últimas eleições. Tinha cinco membros entre eles Costa Andrade, Papetela e eu.

É difícil reunir todos os escritores para discutir. Todos ocupam cargos no Es-

tado, Partido ou Governo. Porém pelo menos uma vez por ano nos reunimos quando é convocada a Assembleia Geral.

Quais as tarefas que desempenha a União?

— Desenvolvemos actividades no movimento editorial. Actualmente toda a actividade editorial está nas nossas mãos. A importação de livros e a edição de títulos é responsabilidade nossa.

Quando em 1975 foi incendiada a União Nacional dos Trabalhadores Angolanos, em combates com a FNLA, perderam-se cerca de 20 mil livros. Em 1976 importámos um “stock” e os escritores angolanos já se desvincularam dos editores portugueses que detinham os seus direitos de autor para os controlarem.

Em 1977 fizemos um plano de edição com uma firma em Portugal, para um

Cultura volume de 80 mil exemplares, ao longo do ano. A União também foi inscrita como importadora.

Superadas todas as previsões

Para um país com escasos anos de independência, uma edição de 80 mil exemplares de autores angolanos parece uma cifra muito grande... E se levarmos em conta que ainda é elevado o número de anal-fabetos...

— A previsão era de três mil exemplares por cada obra e no entanto foi pouco. Comprovámos ao longo de 1977 que qualquer que fosse o preço, menos de 10 mil exemplares não conseguiam cobrir todo o território nacional.

A província que proporcionalmente absorve mais livros é a de Cabinda, que tem uma elevada alfabetização. Ali o assunto é tratado directamente pelo Comissário provincial. Não lhes mandamos menos de mil livros de cada título.

A realidade superou amplamente os nossos cálculos. Das "Aventuras de Bunga", fizemos uma edição de bolso de 50 mil exemplares e já está esgotada. O mesmo aconteceu com o meu livro "A minha vida verdadeira". Alguns pacotes de livros não chegaram nem a entrar na sede, eram retirados directamente na alfândega e distribuídos.

O entusiasmo é tão grande que alguns chegam aqui a procurar os livros e levam-nos empilhados à cabeça, como é tradição no nosso país. Para chegar aos "musseques" estamos a abastecer muitas tabacarias dos próprios bairros.

Quais foram as cifras reais de edição de livros no primeiro ano de vida da União de Escritores Angolanos?

— 144 400 livros foram distribuídos em 1977, sem contar com os 60 mil exemplares de bolso. Só das obras do Presidente Neto editámos 45 mil exemplares. Dez mil da edição especial, cinco mil da edição para o protocolo e trinta mil da edição normal.

E com relação a novas obras, o que estão a fazer?

— Cada escritor deve produzir pelo menos um livro por ano. E ainda assim estamos em déficit. Nestes dois anos aumentou consideravelmente o poder aquisitivo do povo. E o nosso povo é um povo que gasta dinheiro. Como é medianamente alfabetizado, tem a sede do saber e gosta da literatura, houve um importantíssimo aumento na compra de livros.

Por outro lado contribui para isto o facto dos escritores angolanos gozarem de grande prestígio pois são, sem excepção, membros do MPLA e muitos deles combatentes destacados da guerra de libertação.

No recente "putsch" de 27 de Maio, as baixas entre os nossos camaradas escritores foram sensíveis: Saydi Mingas, Helder Neto, Eurico...

E podemos dozer orgulhosos que a União não teve fraccionistas. Sempre afirmámos que "daremos um prémio a quem encontrar um escritor na FNLA ou na UNITA".

Que actividades estão planeadas além das já mencionadas?

— Brevemente vamos realisar o nosso Congresso e assistiremos ao Congresso

de Escritores Afro-Asiáticos. Por outro lado já está próxima a aparição da revista CREAM na qual os escritores jovens poderão adquirir experiência. Também aparecerá uma página literária no "Jornal de Angola".

Seguramente também participam das tarefas militantes promovidas pelo MPLA? ...

— Sim. Vamos participar na alfabetização e na criação de bibliotecas populares e centros de cultura popular.

Literatura angolana em vários idiomas

No plano editorial quais são as metas para 1978?

— Temos que reeditar todos os títulos que são 17, de treze escritores (na União somos 50 membros). Mas queremos ver se publicamos, pelo menos, quatro obras novas em 1978. Queremos que haja escritores que criem coisas novas. Literatura da nova etapa, da Independência. Porque até agora estamos a reeditar ou editar pela primeira vez obras que foram produzidas durante a luta armada. "Sim Camarada" de Manuel Rui Monteiro é o único título que já é do período de transição.

Sabemos que a literatura angolana adquire uma projecção internacional...

— O livro do Presidente Neto "Sagrada Esperança" já saiu no México, Cuba, Brasil, Alemanha e Roménia. Prepararam-se edições na URSS, Itália e Jugoslávia.

A minha novela "A vida verdadeira de Domingos Xavier" foi editada em russo, francês, alemão, norueguês e sueco. A Checoslo-



"Faltam quadros, mas devemos destacar o espírito empreendedor da nossa gente" — afirma Luandino.

váquia prepara uma antologia do conto angolano.

Na União estamos iniciando a política de relações com o exterior. Queremos que por cada livro nosso que se edite no estrangeiro, possamos propor uma edição em Angola de um escritor do país que o edite.

Os escritores angolanos estão assim a desenvolver a sua organização. Sucede o mesmo com os outros artistas e intelectuais?

— Está em formação a União dos Artistas Plásticos. Eles vão colaborar com a revista CREAM, nos aspectos gráficos. Faremo-la em conjunto. A limitação que temos é somente de equipamentos. A indústria gráfica em Angola está ao serviço das necessidades populares. A primeira prioridade que se lhe atribuiu foi a informação. Em segundo lugar está a educação e em terceiro estamos nós, a União de Escritores. É nessa ordem de prioridades que utilizamos o equipamento editorial.

Suponho que também existam limitações de ordem técnica, como a falta de quadros para operar os equipamentos, já que os portugueses que estavam à

frente das máquinas foram embora quase todos.

— Faltam quadros, mas devemos destacar o espírito empreendedor da nossa gente. Na Televisão houve um exemplo significativo. Durante muito tempo nos perguntámos a nós próprios como manejar um computador que vinha acoplado à máquina de revelar. Não tínhamos a menor ideia de como podia funcionar.

Através de uma consulta que fizemos à empresa que o fabricou soubemos que a contratação de um técnico custaria-nos mil dólares por dia e que o contrato mínimo deveria ser por três meses. Naturalmente que isso não estava ao nosso alcance e mesmo que o estivesse não o teríamos admitido.

Um dos nossos jovens pediu que o deixássemos estudar o aparelho. Nunca tinha visto um computador. Mas pegou nos planos que vinham da fábrica, estudou-os meticulosamente durante algum tempo e um dia decidiu-se a fazê-lo funcionar. E funcionou. Estamos a usá-lo desde então. Este é somente um exemplo, e poderia citar muitos outros.

Haverá algum tipo de actividade da União na TV?

— Vamos ter um programa no qual se possibilite o intercâmbio de ideias entre os que lêem e os que escrevem.

Temos apreciado o esforço do Governo na promoção das actividades culturais a nível popular. Como vê esta iniciativa?

— O Conselho Nacional de Cultura deu a orientação de criar centros dinamizadores de cultura em todos os lugares para que o povo se expressasse em tudo aquilo que antes lhe estava proibido. Em pouco mais de um mês abriram-se três. Quando esteve aqui, Paulo Freire inaugurou dois. Nestes centros produzem-se peças de teatro, faz-se artesanato, ensaiam-se canções e organizam-se aulas de pintura. Se dos mesmos sai um só pintor, compositor ou escritor, a sua tarefa já terá sido fecunda. Uma nova arte está a nascer no nosso país.

Você mencionava antes que desejavam editar livros da nova época da etapa de construção nacional que se iniciou com a Independência. No entanto parece prematuro poder exprimir em contos ou novelas uma realidade que recém começa. Uma realidade que o artista ou o escritor ainda não teve tempo — digamos — de digerir porque a vivência actual...

— Cremos na verdade que levará três ou quatro anos para que comece a dar-se uma produção distinta da anterior cujas características ainda não podemos descrever. Como dizíamos já em 1975, as anteriores foram formas culturais de resistência. As que deverão criar-se agora são o desenvolvimento de uma cultura. ●

informação

Os «mass-média» e o imperialismo

*O problema da informação alienante
somente será resolvido definitivamente com profundas transformações sociais.*

Esta é a opinião de Herbert I. Schiller.

*professor de Comunicação Social da Universidade da Califórnia,
em conversa com os Cadernos do Terceiro Mundo.*

entrevista de Roberto Remo

Há dez anos, Herbert I Schiller, professor de comunicação social na Universidade da Califórnia, publicou um livro intitulado "Mass Communication and American Empire" (*Imperialismo Americano e Comunicação de Massas*), onde pela primeira vez um autor norte-americano analisava em profundidade as transnacionais da informação e da publicidade, e o seu impacto sobre os países em vias de desenvolvimento.

A investigação de Schiller — e muitas obras suas posteriores — converteram-se, juntamente com os trabalhos de muitos investigadores universitários e jornalistas, em bandeira dos países do Terceiro Mundo

que lutam pela mudança do actual sistema informativo e pela sua substituição por um outro que esteja ao serviço do povo.

Em entrevista exclusiva aos *Cadernos do Terceiro Mundo*, o professor Schiller traça as perspectivas desta luta, começando por um balanço daquilo que se passou no âmbito da comunicação de massas nos últimos dez anos, época em que se dedicou ao tema.

— Começemos pelo lado positivo — disse-nos Schiller. Muitos dos temas relativos à utilização dos meios de comunicação social como instrumento de dominação são hoje mais conhecidos, e mesmo a nível internacional já é admitida a existência do problema.

Uma centena de países do Terceiro Mundo anunciaram a sua intenção de fazer pressões em busca de mudanças na forma como a informação mundial é produzida e distribuída.

Esta intenção foi expressa publicamente pela primeira vez na Conferência Cimeira do Movimento dos Países Não Alinhados realizada em Argel em 1973. A partir desse momento houve reuniões de representantes do Terceiro Mundo em Lima, Bogotá, México, São José da Costa Rica, Tunis, Nova Delhi, Colombo e Nairobi, onde foram estudadas as medidas destinadas à criação de um novo sistema internacional de comunicações.



O professor Hebert I. Schiller.

Em todas estas reuniões foram discutidos os temas que, — conforme você disse, — nós apontávamos há dez anos. Foram apresentadas algumas reclamações, e creio que hoje há uma consciência mundial sobre o problema, e isto é muito importante.

Pelo lado negativo eu diria que o sistema que organizou o fluxo mundial das informações — com as características que denunciávamos — não enfraqueceu e é, pelo contrário, cada vez mais forte. Aquilo a que poderíamos chamar de infraestrutura deste sistema mundial de informações, implantou-se em muitos lugares nestes últimos dez anos. Há um maior número de emissoras de rádio e cadeias de televisão do Terceiro Mundo que utilizam material procedente desta origem, e estes meios estão presos ao tipo de relações publicitárias imposto pelo sistema.

É importante notar que, para as dez maiores agências publicitárias norte-americanas, houve um aumento substancial de envio de dinheiro proveniente do exterior nestes últimos dez anos. A maioria dessas agências têm metade das suas actividades no resto do mundo, e dali extraem mais de 50 por cento dos seus proveitos.

Poderíamos citar outros indicadores, mas creio que isto basta para deixar claro que o sistema está cada vez mais forte. Isto quer dizer que, embora hoje haja uma maior consciência, há também um inimigo mais forte a enfrentar.

— Nas conclusões do seu livro, você afirma que houve uma simbiose, perigosa para os Estados Unidos, entre os grandes executivos que controlam os meios de informação, e os altos funcionários do Estado, o que impediria o governo norte-americano de tomar medi-

das de controlo sobre os meios de informação se o desejasse fazer. Como vê hoje esta situação?

— Esse é um tema interessante, já que, como você sabe, um dos argumentos principais dos Estados Unidos na área da informação, é a oposição ao controlo estatal. Diz-se que as reclamações do Terceiro Mundo ameaçam a liberdade, porque dão ao Estado um importante papel na comunicação social. Este é um dos pontos centrais da propaganda que vem dos Estados Unidos.

Mas, se repararmos o que se passa nos Estados Unidos, a verdade é que se mantém uma bem definida separação entre o Estado e a comunicação social privada: rádio, televisão, imprensa, publicidade, relações públicas, etc. Mas existe uma inter-relação cada vez mais estreita. As pessoas que dirigem os “aglomerados informativos”

a grande imprensa, as grandes cadeias de televisão, as grandes empresas publicitárias, ocupam altos cargos no governo.

Temos, por exemplo, organizações como o *Aspen Institute*, que tem uma grande secção de comunicação social. Não conheço o esquema financeiro desta instituição, mas o seu pessoal transita facilmente dali para a estrutura governamental. Temos em muitas universidades secções destinadas à investigação da comunicação social, e também aqui há estreitos vínculos com o governo. Dou-lhes um bom exemplo. Existe na Georgetown University de Washington, um *Grupo Cultural e de Comunicação Social*. O responsável por este grupo era há bem pouco tempo o assistente do Secretário de Estado para assuntos culturais. Este tipo de "movimentação" é cada vez mais notório.

Toda a estrutura sente-se ameaçada por esta nova consciência que os países do Terceiro Mundo estão a expressar em inúmeras reuniões. De Nairobi em diante, nota-se nos Estados Unidos um esforço bem claro não só para instrumentalizar deliberadamente argumentos, como também actividades contra as reclamações e a mobilização crescente do Terceiro Mundo no campo da informação. E isto é organizado sobre uma base de interesses privados e estatais estreitamente ligados.

— Como se concretiza esta estratégia contra as reclamações do Terceiro Mundo?

— Creio que a estratégia consiste na enfatização das relações físicas. Eu explico:

A declaração de Amesterdão

Como jornalistas profissionais, participantes no seminário organizado pelo Instituto Latino-Americano de Estudos Transnacionais na cidade de Amsterdão, declaramos o seguinte:

1) Existe actualmente um desequilíbrio no fluxo de informações entre o Terceiro Mundo e os países industrializados, e os países do Terceiro Mundo entre si.

2) Este desequilíbrio é o resultado de numerosos factores, entre os quais se incluem a estrutura e o controlo multinacionais sobre os meios de comunicação e os fluxos de informação.

3) As medidas necessárias para corrigir este desequilíbrio e permitir um fluxo mais livre da informação são variadas e requerem acção concertada e a cooperação de diferentes frentes, incluindo as acções a nível governamental e inter-governamental.

4) Como profissionais do jornalismo, acreditamos que dentro das nossas próprias esferas de actividades podemos contribuir para modificar este desequilíbrio, tornando acessível ao público uma informação que ajude a promover uma melhor compreensão entre os povos, assim como a criação de uma Nova Ordem Económica Internacional.

5) Nós, como profissionais do jornalismo, comprometemo-nos a trabalhar com esta finalidade, tanto no desempenho individual da nossa profissão, como através das diversas instituições ou organizações profissionais às quais estamos vinculados.

Roberto Savio (Itália)
Chakravarti Raghavan (Índia)
Rafael Roncagliolo (Peru)
Juan Miric (Jugoslávia)
Pablo Piacentini (Argentina)
Alberto Ruiz Eldredge (Peru)
Gunnar Fredrickson (Suécia)
Socorro Diaz (México)

hoje os Estados Unidos admitem que há um desequilíbrio no fluxo informativo. Não podem negá-lo. Muita informação de um lado, nenhuma de outro. Mas isto é interpretado como uma consequência da inexistência de equipas suficientes ou adequadas. Não há máquinas impressoras suficientes no Terceiro Mundo. Não há suficientes equipas de rádio e televisão

nem bastantes jornalistas bem preparados. Tudo se reduz à carência de bens materiais muito concretos.

A "política" norte-americana poderia ser sintetizada assim: "Escutamso as vossas queixas quando são justas. E estas o são. Ajudá-los-emos, e para isso já organizámos um *comité* de editores privados que estão contribuindo com o seu dinheiro — não muito, mas

é alguma coisa — para trazer jornalistas do Terceiro Mundo com vista ao seu aperfeiçoamento nos Estados Unidos. Dar-lhe-emos algum equipamento velho, e quem sabe mesmo, algum novo”.

Assim expressam a sua “preocupação”, mas de nenhum modo permitem que sejam tocadas as bases fundamentais das relações da comunicação social, particularmente no que se refere ao tema, da propriedade dos meios e da qualidade — não da quantidade que divulgam. Isto está fora de discussão.

Estão dispostos a fazer algumas concessões em áreas que nada mudam no fundamental. Pelo contrário, preparam-se para resistir nas áreas onde são realmente fortes.

— Esta transferência de tecnologia na realidade aumentaria a dependência...

— Exactamente. Se há alguma transferência significativa de tecnologia, os equipamentos teriam de ser reparados, etc. Mas o básico é o que é transferido na técnica de organização, na forma de fazer as coisas. O conceito do que é uma notícia, por exemplo, é um elemento do processo de controlo. Ajudam-se jornalistas, digamos do México ou da Venezuela, a aprender como ser “bons jornalistas”. E o que lhes é ensinado? Ensinam-lhes a inserirem-se no sistema que actualmente está em vigor. E já sabemos que material é que sai desse sistema.

Não é somente a dependência tecnológica, mas também a dependência em relação ao modo, ao estilo, ao carácter do trabalho jornalístico, tal como está organizado hoje, nas actuais

A IBM domina o mundo

relações.

Mas ainda assim, temos que reconhecer que estas coisas ocorrem porque existe pressão. Não haveria sequer estas “concessões” se não houvesse pressão. É claro que esperam que isto seja suficiente para ficarem livres das queixas dos países subdesenvolvidos, já que, no fundo, estes possuem o mesmo sistema económico. E este é o objectivo fundamental: consolidar o sistema vigente nos países do Terceiro Mundo que já estão organizados em economia de mercado, com propriedade privada e tudo o mais, e isolar os países que rechaçaram este sistema e o estão transformando.

— Há dez anos, você descreveu em seu livro o aparecimento de um “século americano” — conceito criado pelos técnicos em publicidade — em que os Estados Unidos, depois da Segunda Guerra Mundial, tem hegemonia absoluta sobre o mundo. O que se passou então com este “século americano”?

— A dominação total exercida pelos Estados Unidos já não é o que era: sofreram muitos desafios e derrotas. A derrota no Vietnã foi um golpe tremendo no sistema, causando-lhes danos políticos e económicos que ainda hoje se manifestam. Por outro lado, a concorrência alemã e japonesa é muito poderosa. Basta ler os jornais diários para ver o que se está passando com o dólar. No campo da informação estão

ocorrendo transformações interessantes — e sobre isto estou a escrever um novo livro.

Creio que será necessário iniciar uma importante discussão sobre a nova indústria de comunicação social por computadores e a avançada tecnologia de transmissão de todo tipo de informações, dados, estatísticas. Todos os tipos de informações são agora transmitidos por novos processos, fantásticos, com computadores ligados a telégrafos e outros sistemas de transmissão.

Esta é a área que os dirigentes norte-americanos definem claramente como a decisiva hoje em dia. Estão, evidentemente, interessados na rádio, na televisão, na imprensa escrita, e em tudo o mais. Ninguém afirma que não seja importantes. Mas esta é uma área nova e crucial, que lhes dá o controlo sobre uma tecnologia avançada. Os grandes actores são organizações como a IBM em luta com outras corporações de computadores. É a IBM que domina o mundo. Não há companhia que chegue a ser dez por cento do que é a IBM. A IBM tem em alguns países 75, 80 e mesmo os 90 por cento do mercado. Tem, no seu conjunto, 50 por cento de todo o mercado mundial.

Isto tem relação com todo o problema de organizar dados. Quem os controla? Quem os transmite a todo o país? Actualmente muitos países nem sequer sabem quais as informações

*A televisão impede
que as pessoas
sejam mobilizadas e organizadas*

que são transmitidas para o exterior, nem a quem são transmitidas. Não sabem também quais as informações que entram no país. Os grandes bancos, por exemplo, têm suas próprias redes electrónicas privadas de transmissão de informações. Dizem eles que se trata de informação bancária, depósitos, contas, etc. Mas há um montão de coisas que podem ser feitas com estas informações e estas redes não são controladas pelos Estados.

Isto é o que se passa cada vez mais com as corporações multinacionais. Organizam sistemas privados de transmissão com técnicas electrónicas, alugam as linhas das grandes companhias como a ITT, e estabelecem as suas ligações privadas em todo o mundo. Ninguém os controla até ao presente momento, e mesmo quando há desconfiança e perguntas são feitas, estas redes são montadas sem que ninguém o saiba.

Creio que o tema merece muito maior atenção, e mal comecei a trabalhar nele. O meu próximo livro está relacionado com isto.

— Qual é a ideia central do livro?

— Tentarei mais uma vez demonstrar como funciona a estrutura organizada dentro de cada Estado, que tipo de técnicas utiliza, quais são os seus mecanismos, de modo a ter um modelo operativo de um componente muito importante do sistema global de dominação. Quando entendermos

como funciona, poderemos, pelo menos, pensar em controlá-lo, regulá-lo, ou mesmo mudá-lo.

Você perguntou-me antes, o que se passou com o meu primeiro livro, de há dez anos. Constatamos que hoje há um conhecimento do problema, uma consciência e um desafio nesse campo ao sistema. Esse é o objectivo da análise que estou fazendo actualmente.

— Como pode um livro, um ensaio, uma conferência, contrapor-se a essa verdadeira avalanche de informação que tende principalmente a evitar que se crie uma ciência sobre o tema?

— Obviamente não é fácil, mas temos que organizar as pessoas, os trabalhadores, os estudantes, os profissionais, e mobilizá-los para usarem as suas organizações de modo que as suas relações sociais se convertam em relações básicas de comunicação.

Isto requer, é claro, uma grande energia, e é um dos principais problemas em muitos países. A televisão impede que as pessoas sejam mobilizadas e organizadas. E este deve ser, creio eu, o objectivo principal de todos os esforços: que as pessoas façam parte de grupos de trabalho onde haja uma visão dos problemas totalmente diferente daquela com que nos brindam os meios de comunicação social.

Um livro, um panfleto, não são suficientes para derrubar o sistema. Mas também temos que ser muito práticos, pois às ve-

zes há possibilidades mesmo dentro da estrutura, que tem as suas próprias contradições internas. E aqueles que pensam politicamente, e que procuram mudar o estado actual das coisas, devem ter bem claro o aproveitamento destas possibilidades sempre que elas se apresentem.

— O sistema de comunicação social que você descreve baseia-se, em grande medida, na produção e venda massiva de meios audiovisuais, gravadores, equipamentos de televisão. Você não acredita que estes equipamentos possam ser usados também contra o sistema? Seria essa uma das mencionadas contradições?

— A pergunta está feita e a questão aberta. Eu só lhe posso dar um exemplo. A Universidade de Standford tem um grande Departamento de Comunicação Social. Recentemente, muitos dos seus professores e estudantes *pós-graduados* trabalhavam num projecto para a instalação de um grande sistema de satélites no Irão. Era um grande contrato entre Standford e o Xá. Os universitários com quem falei não eram o que poderíamos chamar reaccionários. Viam o projecto como a oportunidade de introduzir um muito poderoso sistema de comunicações que eventualmente seria utilizado em benefício do povo, para a educação, etc. Mas acontece que o sistema social iraniano torna impossível uma utilização neste sentido. Na realidade é utilizado contra o povo, para fins militares, vigilância policial, colecta de informações sobre actividades oposicionistas, e coisas no estilo.

O exemplo pode ser o início de uma resposta. É certo que muitos destes equipamentos poderiam ser transformados — até certo ponto — e utilizados para outros fins. Mas para isso é necessário um sistema social muito diferente. Se há a introdução deste tipo de material sobre os mesmos princípios e bases, o que se faz é fortalecer o sistema, dando-lhe novos elementos.

Tomemos por exemplo a televisão a cores. Se você pergunta por que razão um país pobre tem que ter televisão a cores, não encontrará respostas válidas. Simplesmente não é necessária. Não temos necessidade dela nem nos Estados Unidos. Recebemos televisão a cores, porque o mercado estava saturado com televisores a branco e preto. Primeiro, deixaram que todo o mundo tivesse o seu aparelho a branco e preto, e depois lançaram no mercado o aparelho a cores, para tornar inútil os outros aparelhos. É o mesmo que se passa com os automóveis.

Assim trabalha o mercado mundial. E assim os países pobres começaram a pagar duas ou três vezes mais pelos aparelhos, pelos materiais, pelos custos de produção. E este é um gasto extra totalmente ilegítimo, totalmente desnecessário.

Seria a televisão a cores uma coisa desejável? Eu creio que sim. Não tenho nada contra a televisão a cores. Mas esta teria que ser relacionada com as prioridades sociais. Acontece que o sistema não é baseado em prioridades sociais, mas na procura do lucro.

Um gravador como este pode ser utilizado para

uma boa finalidade, como espero que aconteça com esta entrevista. Mas para uma utilização com fins construtivos, temos necessidade de uma organização social como a que descrevi antes. Não podemos sair à rua e dizer “veja, tenho aqui uma gravação interessante, oiça-a”

Mas agora, se há sindicatos, grupos de artistas, grupos de empregados, e se organiza uma reunião para escutar a gravação, então a técnica está a ser utilizada numa relação social, e há uma interacção com resultados positivos.

— Pode-se mudar o sistema informativo? Que estratégia teria que empregar o Terceiro Mundo?

— A pergunta é muito ampla. Começemos pelo aspecto mais modesto. O que pode ser feito de maneira prática e imediata pelos países do Terceiro Mundo em conjunto? Estes países têm sistemas e interesses sociais e económicos muito diferentes, mas coincidem na consciência crescente de que a sua identidade cultural está a ser esmagada por este material informativo, e isto é uma boa base para continuarem, unidos, a pressionar em cada reunião, foro ou organização internacional, insistindo em regulamentos, controlos e normas de conduta que dêem uma base legal para que cada país tenha, por exemplo, o direito de determinar o tipo de informações que entra em seu território.

É uma acção muito modesta, mas serve pelo menos para manter vivo o problema, para elevar o grau de consciência, e dá aos governos que trabalham pelo bem estar de

seus povos, uma base legal mínima para empreender acções contra estas estruturas.

Isto dá-nos uma referência que permite alentar esperanças de que a situação actual seja um pouco moderada. Mas, se vamos à raiz do problema, a única maneira de resolvê-lo em definitivo, na minha opinião, é através de transformações profundas dentro dos países — falo aqui dos países do Terceiro Mundo, mas o mesmo poder-se-ia dizer dos Estados Unidos — já que não conseguirá nenhuma mudança no carácter geral da informação e o controlo que ela implica, se não se possui um sistema social muito diferente, com diferentes objectivos e perspectivas. A própria ideia de cultura, que actualmente é vendida como um bem de consumo, depende do sistema económico que prevalece. Para mudá-la, temos que mudar o sistema, e esse é assunto interno que somente pode ser resolvido internamente em um dado país.

Mas esse já não é o problema de comunicação social, mas sim o grande problema ideológico e político — e nele é que a informação e a comunicação social desempenham, sim, um papel relevante — das transformações sociais e económicas.

Creio que o problema é, neste sentido, cada vez mais importante, porque, para chegar a esse nível de transformações, o povo deve ter capacidade de apreensão e estar informado. O controlo da informação é, então, parte do processo de mudanças, e há uma interacção entre ambos.

PETRÓLEO

Depois da reunião da OPEP

*Até agora a organização dos produtores de petróleo
recebeu fortes pressões dos países industrializados.
Pode ser que nos próximos tempos seja o Terceiro Mundo
a fazer ouvir a sua voz.*

Recebida de Caracas,

*eis uma análise sobre os antecedentes da conferência do petróleo,
seus bastidores,*

e as incidências futuras do problema de produção e preços.

O calendário para 1978 da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) promete ser carregado. Pode ser este um ano decisivo, pois vários pontos terão que ser resolvidos. Mas, o mais importante, é como a Organização seguirá seu caminho, isto é, se uns poucos que produzem muito, continuarão a impor os seus pontos de vista, que não são completamente próprios; ou se a maioria terá a possibilidade de fazer valer a sua voz. Trata-se do futuro do mais importante cartel de produtores, e uma das esperanças valiosas para as nações do Terceiro Mundo.

O panorama apresentado pela OPEP depois da reunião de Caracas efectuada em Dezembro do ano passado, não é o que chama-

ríamos, optimista. Mas também não representa uma surpresa, pois pelo menos há dez anos, as tensões no interior da organização se têm feito sentir com extrema dureza.

Treze nações possuem um ponto comum, a produção de hidrocarbures, mas no entanto têm de movimentar-se na complicada cena da energia, que cada vez adquire maior importância.

No negócio do petróleo não existem princípios nem idealismos. É se entre os sócios não há uma meta comum em relação a esquemas de desenvolvimento, económico e político, as decisões são tomadas sob pressão das mais variadas índoles.

Apesar de tudo, em 17 anos, a OPEP fez muita

Wilson Tapia

coisa. Conseguiu por exemplo, quadruplicar o preço do óleo cru. Obrigou as nações industrializadas a levarem em conta a voz das nações produtoras, que antes eram exploradas unicamente sob a consideração da ganância dos países desenvolvidos. Mas, mais do que uma realidade, a OPEP continua a ser uma esperança, e isso ficou demonstrado na capital da Venezuela.

Em meados de 1977, a OPEP estava à beira do abismo, pois desde de Dezembro de 1976, a organização mantinha uma dualidade de preços. A Arábia Saudita e os Emiratos Árabes haviam rompido a una-



nimidade mantida até então, negando-se ambos a aceitar a decisão da maioria que aumentara em 5 por cento o preço do barril. Em Junho deveria efectuar-se uma reunião onde a situação teria que ser definida, e se se impusesse a tese das nações que aspiravam equilibrar o valor dos seus produtos com a inflação mundial, o aumento seria inevitável, e seria elevado a dez por cento.

Os Emiratos e a Arábia Saudita insistiam em manter o congelamento do preço, e tornou-se necessária uma mediação.

Em Abril, o Presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez visitou as nações árabes, e conseguiu um acordo. Na reunião seguinte os preços foram iguados, e os "duros" — partidários de aumentos significativos — puseram de lado as suas aspirações; e os Emiratos Árabes e a Arábia Saudita aumentaram os 5 por cento, que em Dezembro não tinham aceite. Foi o triunfo para aqueles que viam a unidade da

OPEP como fundamental, mas a igualdade nos preços estavam longe de assegurar a estabilidade futura.

Havia a esperança de que em Dezembro de 1977, todos actuassem em conjunto, e sem maiores problemas seria decidido um aumento moderado. A Arábia Saudita continuava insistindo no congelamento, enquanto que, no outro extremo, a Argélia, a Líbia e o Iraque, defendiam um aumento que ia dos 15 aos 20 por cento. Tudo fazia crer que, em casa do mediador, mais uma vez, seriam necessários os seus bons ofícios como colchão de amortecimento.

A mudança do Irão

No mês de Novembro, uma surpresa pareceu dar razão aos porta-vozes norte-americanos, que haviam passado da ameaça ao vaticínio de que nada de novo seria aprovado em Caracas. O Xá do Irão mudou abruptamente de opinião, e do grupo de partidários acérrimos de novos aumentos, passou-se para o lado

do seu permanente sócio-inimigo, a Arábia Saudita.

A radical mudança de atitude foi determinada pelo compromisso assumido pelo Presidente norte-americano James Carter, de vender ao Irão cinco biliões de dólares em armamento moderno. A calorosa recepção de Carter a Reza Pahlvi em Washington, contrastou abertamente com as manifestações dos iraquianos exilados que protestavam contra a constante violação dos Direitos Humanos no interior do seu país.

O "velho amigo do nosso país", qualificativo que Carter com lágrimas nos olhos — que não eram frutos da emoção, mas dos gases lacrimogéneos que a polícia lançara contra os manifestantes — deu ao Xá, negou tais acusações. Ficou assim garantido, um dos pilares da política externa dos Estados Unidos, pois se no Irão havia respeito pelos Direitos Humanos, não havia impedimento para a venda de armamento... E o que estava nos bastidores, apareceria em Dezembro, em Caracas.

Com os 6 milhões de barris diários do Irão, os defensores do congelamento dos preços detinham mais de 50 por cento da produção da OPEP, estimada em 30 milhões de barris por dia.

Apesar de tudo, os entendidos em assuntos de petróleo ainda estavam pouco convencidos de uma futura estabilização de preços, mesmo depois do Primeiro Ministro Iraniano, Hamshid Amouzegar, ter manifestado o desejo do seu país de que o congelamento não teria efeito somente em 1978, "mas também em todos os anos seguintes".

Tomando-se em consideração o nível da inflação mundial e a forte queda do dólar, o semanário libanês *Al-Anwar* — voz autorizada em matéria de energia — sustentava em fins de Novembro: "É pouco provável que a maioria aceite congelar o preço do petróleo. Mas poder-se-ia chegar a um acordo sobre a base de um aumento dos 2 aos 5 por cento em 1978".

Poucos dias antes da sessão inaugural da 50.ª Reunião Ordinária da OPEP, outra surpresa — relativa — comoveu o ambiente. A imprensa informou da exigência de mensagens enviadas pelo Presidente Pérez aos seus colegas da Organização, solicitando o adiamento da reunião. Embora tenha sido categoricamente desmentida pelas autoridades — a notícia careceu completamente de fundamento.

Era evidente nesse momento, que o famoso balneário de Caraballeda — cenário da Reunião dos ministros — seria, no máximo, um ponto de reunião de

uma não-reunião, já que a única coisa que poderia ser feita com elegância, era adiar as decisões.

Os ministros chegaram a Caracas com as suas decisões tomadas, e a ponta de lança das nações industrializadas na OPEP, a Arábia Saudita conseguiu o apoio suficiente para impor novamente os seus pontos de vista. O Xequie Ahmed Hamani mostrou o seu optimismo nos escassos encontros que teve com os jornalistas (teve de recolher aos seus aposentos prostrado por fulminantes diarreias). O ministro saudita do petróleo não se preocupou em dar argumentos de fundo para defender os "bons préstimos" do congelamento, e quem teve de esforçar-se sobremaneira, foi o porta-voz oficioso que sempre acompanhou.

O Ministro da Energia dos Emiratos Árabes, Mana Seeb Al-Otaiba, defendeu a necessidade do congelamento como uma oportunidade para que as nações industrializadas lutassem contra a inflação. "Assim como — acrescentou o Ministro — estamos fazendo um gesto, na esperança de reciprocidade. Não o fizeram no passado, mas fazê-lo novamente na esperança de que fá-lo-ão no futuro".

O segundo argumento importante foi o de que, congelando os preços, dava-se um incentivo aos Estados Unidos para o restabelecimento do valor do dólar. A moeda norte-americana, de maneira misteriosa, começara a cair vertiginosamente nas semanas anteriores à conferência, da mesma maneira como ocorrera nas semanas que antecederam a conferência de

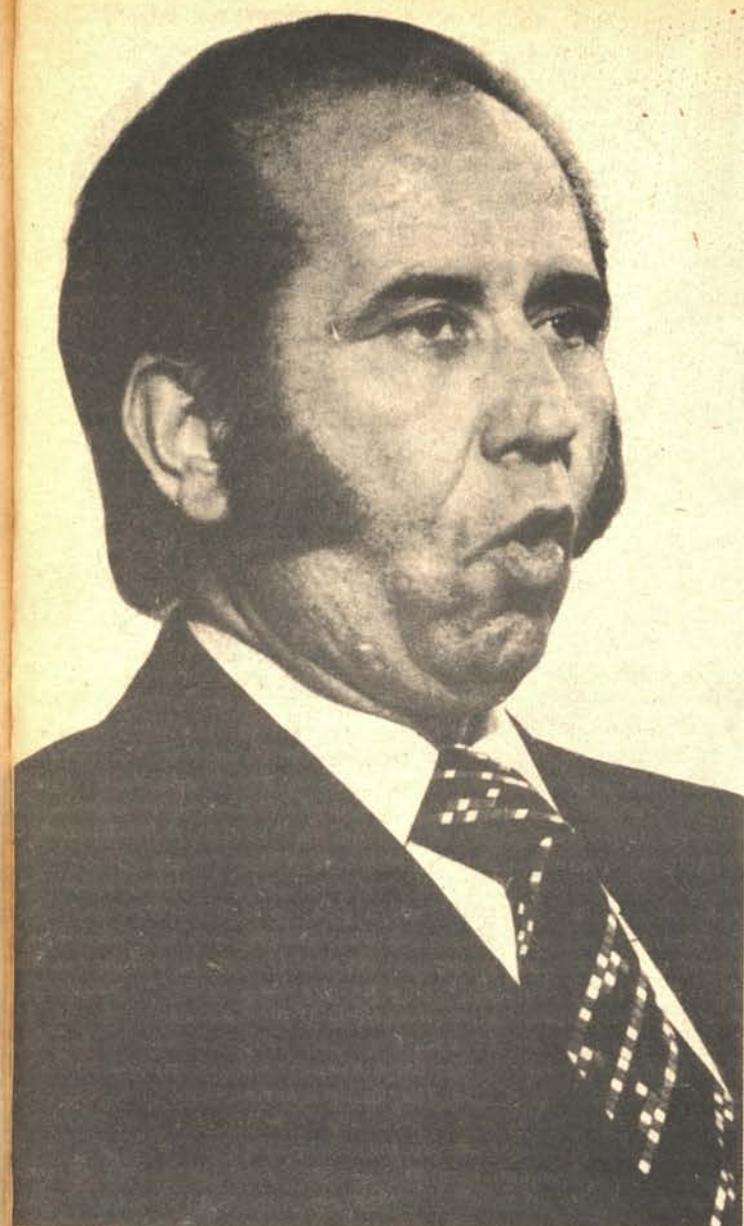
Genebra, dois anos antes.

Os argumentos de Al-Otaiba representavam à perfeição, e evidentemente, as preocupações da Arábia Saudita, que, com seus 60 milhões de dólares investidos nos países industrializados, sofreria grandes prejuízos com qualquer debilidade da moeda norte-americana, e, consequentemente, estava sujeita às pressões dos interessados.

Mas houve ainda outro argumento empunhado pelo próprio Hamani, que susteve que "a realidade do mercado é a que foi imposta pelo congelamento. Se não houvesse superavit, ninguém poderia congelar os preços". Hamani acrescentou: "Os países da OPEP não têm de se preocupar em programar a sua produção. É a Arábia Saudita que assume a responsabilidade de fixar os preços."

Com isto já estava tudo dito. As pressões exercidas — e aceites de bom grado — sobre a Arábia Saudita davam os seus frutos. O Secretário do Tesouro norte-americano, Michael Blumenthal, em declarações feitas algumas semanas antes da reunião, falou na debilidade do dólar, afirmando que nos seus contactos com dirigentes do Médio Oriente, "todos mencionaram a relativa debilidade do dólar nos últimos meses e a inflação mundial. Eles pensam que deve ser mantido o poder de compra do petróleo. Mas compreendem que um aumento de preço piorará o quadro comercial dos Estados Unidos e servirá para enfraquecer o mesmo dólar que estão investindo".

Existia ainda outro elemento que serve para dar a



O presidente Carlos Andrés Pérez inaugurou pessoalmente a conferência da OPEP.

imagem de como opera o negócio petrolífero, mesmo entre os membros que pertencem — aparentemente e segundo as suas próprias declarações — à mesma família do Terceiro Mundo. A Arábia Saudita sempre especulou com a

produção e as suas fabulosas reservas de petróleo, pois tem possibilidade de chegar a uma exploração de até 10 milhões de barris por dia se as circunstâncias assim o exigirem, aumentando a produção de 8 milhões e 500 mil barris que

seria actualmente a sua produção diária.

The New York Times informou poucos dias antes da conferência, que as cifras de produção sauditas pecavam pelo exagero, pois, atingiria no máximo, pouco mais de 6 milhões diários, sem nenhuma condição de os aumentar de uma maneira súbita e inesperada. Entre os factores que determinam esta situação, está, segundo o Times, a explicação de que “os campos petrolíferos sauditas sofreram sérios danos pela corrosão da água salgada nos poços e no sistema de oleodutos, assim como o que alguns funcionários definem como infiltrações crónicas de pressão (de ar) nas camadas petrolíferas”.

Os derrotados

Entre tantas surpresas, o Presidente Pérez disse a única verdade da reunião. Rompendo com quase tudo aquilo que se entendia como protocolo das conferências ministeriais da OPEP, Pérez inaugurou pessoalmente a de Caraballeda. Esta foi a primeira surpresa, mas, pouco depois, veio a segunda, pois o presidente defendeu a necessidade de um aumento entre os 5 e os 8 por cento, destinado à consolidação das dívidas externas dos países pobres carentes de petróleo, que ascendem a 180 milhões de dólares. Se bem que a ideia não fosse nova, era a primeira vez que era defendida por um Chefe de Estado no seio da OPEP.

Em 1960, quando os preços do petróleo estavam em plena baixa, propôs-se destinar alguns centavos das rendas petrolíferas aos países pobres. A ideia do

Presidente Pérez foi interpretada pela oposição local de forma mesquinha e foi sugerida uma "viragem para evitar um fracasso completo". Mas a verdade é outra. O presidente venezuelano retirou a discussão do importante, mas fechado, terreno inter-OPEP, para dar-lhe dimensão mundial.

Com o fracasso das conversações Norte-Sul, com o pouco avanço de um novo esquema para a economia mundial, Pérez voltava a defender a possibilidade de aplicar uma espécie de imposto aos países industrializados, de modo a obrigá-los a enfrentar uma responsabilidade que até hoje se negaram a assumir.

Se a posição de Pérez trouxe surpresa, houve outra proposição não divulgada e que foi discutida em segredo. Por fragmentos de informações, soube-se que a Líbia — que actuou como porta-voz da Venezuela — revitalizou a ideia de se estabelecer um "cabaz de compras" de produtos de manufactura internacional. Neste "cabaz" seriam incluídos importantes produtos dos países industrializados para o estabelecimento de índices reais da inflação e da instabilidade monetária. Depois disso, e segundo os resultados obtidos, seriam aplicados os ajustes periódicos dos preços do petróleo. Esta é uma ideia que na realidade ficou em agenda na OPEP durante muito tempo. No entanto, não se chegou a nada de concreto.

Não há dúvida que nem a proposta do Presidente Pérez, nem a da Líbia, puderam ser impulsionadas de forma decisiva na reunião de Caraballeda, mas a posi-

ção assumida pelos "congelamentistas" provocou um resultado que ninguém esperava. Moderados e "duros" uniram-se em um só bloco, e isto sem que os mais intransigentes tenham abdicado de suas posições e procurassem entendimento com o sector até hoje liderado pela Venezuela.

Foram na realidade os moderados que sentiram a pressão que os empurra para posições mais radicais.

A 50.ª Reunião Ministerial mudou ostensivamente as regras do jogo. Os contínuos fracassos das propostas sugeridas por aqueles que faziam ponte entre as tendências opostas, talvez tenha sido o que motivou o Presidente Pérez a dizer: "Agora as coisas mudaram". E, pelos antecedentes hoje conhecidos, têm toda a razão.

As pressões sobre a OPEP não virão de agora em diante, somente das nações industrializadas. Outro sector estará presente e as definições no seio da Organização terão mais pontos a considerar que os investimentos dos mais poderosos entre os produtores. A luta mal começou.

As razões das potências

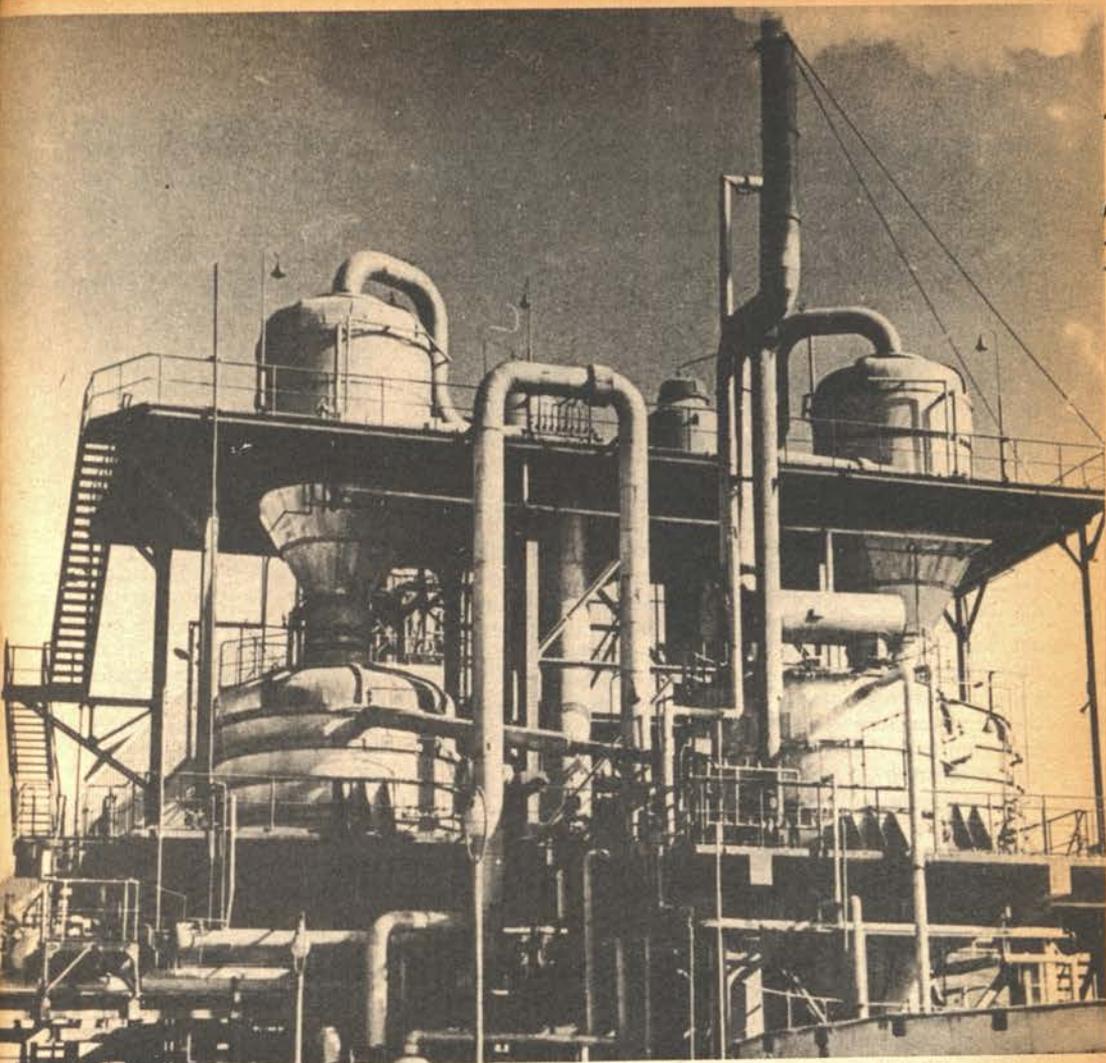
As razões dos países industrializados — encabeçados pelos Estados Unidos — são um pouco mais subtis que o poder de Hamani ou a rigidez de Al-Otaiba. O congelamento do preço do petróleo é um elemento "indispensável" para a estabilidade da economia mundial, e para enfrentar a inflação. Até aí, não existem dúvidas. Mas, em seguida, vêm os argumentos de peso: o mercado do petróleo está limitado, e os preços

estabelecidos pela OPEP nem sempre foram respeitados, e isto deve-se, fundamentalmente, ao facto da economia mundial ainda não ter saído da crise

Para comprovar algumas dessas afirmações, afirma-se que as compras da Comunidade Europeia baixaram durante o ano de 1977. Guido Brunner, comissário europeu para a energia revelou que a Comunidade comprou durante 1976, 520 milhões de toneladas de petróleo, enquanto que em 1977 adquiriu somente 480 milhões.

Por outro lado, as reservas alheias aos membros da OPEP crescem mais rapidamente que as daqueles. As reservas petrolíferas provadas são estimadas em 90 000 milhões de toneladas. Os países árabes do Médio Oriente e do Norte de África, mais o Irão, possuem 60 por cento deste total. As reservas possíveis são calculadas actualmente em 260 000 milhões de toneladas, que seriam repartidas da seguinte maneira: Estados Unidos e Canadá, 11 por cento; Europa Ocidental, 4,5 por cento; URSS e China, 27 por cento; África Austral, 4,5 por cento; América Latina, 10 por cento; Extremo Oriente, 6 por cento; Médio Oriente e África do Norte, 42 por cento.

Considerados estes últimos números as reservas possíveis, as potências industriais pensam que o papel dos países árabes decresce em importância. Apesar do facto dos técnicos da OPEP recçarem tais estimativas, os países industrializados insistem em que a actual posição de força dos membros da Or-



ganização, é precária. E, como neste momento existe um supéravit de 2 milhões de baris diários no mercado, o melhor que se pode fazer é congelar os preços, para salvaguardar situações futuras. Em outros termos, tenta-se de alguma maneira identificar as posições dos membros da OPEP com os interesses das potências industriais.

Se a estas razões, que foram aceites pelo bloco maioritário da produção, se junta a debilidade do dólar, o quadro fica quase completo. A Arábia Saudita necessita defender os seus in-

vestimentos, e ao congelar os preços, espera que o governo norte-americano tome medidas de protecção para a sua moeda. Na realidade, neste sentido, a manobra não foi nada subtil. A poucos dias da gentil prenda natalina enviada de Caraballeda ao Presidente Carter, o dólar começou a reaparecer com peso no mercado internacional.

Mas às cifras — mais ou menos manipuláveis — devem ser agregadas outras razões. Se bem que o negócio petrolífero não obedece a princípios nem a ideais, é pelo “problema

energético” que passam neste momento as decisões cruciais da política mundial.

O já citado Michael Blumenthal, não fez somente referências ao problema dos preços, quando visitou os dirigentes árabes. E, é muito mais evidente, que as viagens de Cyrus Vance ao Médio Oriente, tocaram pontos que abarcavam um horizonte mais amplo que um árido campo económico. Blumenthal assinalou na entrevista mencionada anteriormente, que “o congelamento dos preços do petróleo ajudaria a posição

Petróleo do Presidente Carter nos seus esforços por conseguir a paz no Médio Oriente, demonstrando que tem alguma influência entre os árabes”.

Depois da visita de Sadat a Israel, a Arábia Saudita está obrigada a jogar um papel de importante apoio ao Egito. Desligada a Síria da aliança com os egípcios, os governantes sauditas têm que se transformar numa força militar considerável no enfrentamento com Israel. Mas, além disso, devem servir de freio às nações progressistas da área.

Esta realidade foi uma excelente aliada às pressões de Washington, e elas, não foram somente dirigidas contra a realza saudita, mas, também, se impuseram sobre o Irão, cujo papel de “gendarme” no Golfo Pérsico está assegurado.

Mas o sucesso alcançado pela diplomacia de Washington, não é, em absoluto, definitivo. Se a Arábia Saudita se arma para ser um aliado poderoso do Egito, fá-lo, também, para uma eventual confrontação com o Irão.

A aliança que teve o seu início em Caraballeda, é complexo. iranianos e sauditas possuem diferenças que ainda não foram superadas, e nada faz presumir que serão resolvidas pela conjuntura de interesses similares.

Isto, mal começa

Os argumentos dos países que defendem os aumentos periódicos são amplamente conhecidos. O mais contidente é a defesa do valor aquisitivo do petróleo, e para cada argumento utilizado pelas gran-



O Xeique Hammani, Ministro do Petróleo da Arábia Saudita

des potências, existe uma resposta: no passado já deram aos países industrializados as oportunidades de travar a inflação que não foram aproveitadas. Hoje as forças das circunstâncias parecem ter posto este bloco em franco recuo.

É claro que esta é uma imagem relativa. Para enfrentar o problema do excesso de oferta, nada mais apropriado que uma redução na produção. E aí está a pergunta que, de antemão, respondeu Hammani. Alguns membros da OPEP já tomaram esse caminho de forma unilateral, é o caso da Argélia, Líbia e Nigéria, entre outros.

Em Março ou Abril, o novo bloco que nasceu na capital venezuelana reunirá para planificar acções comuns. É possível que algumas das suas decisões sejam conhecidas na reunião ministerial que se deve efectuar em Junho.

Juntamente com estas medidas, existem outras de carácter nitidamente político. Até agora receberam fortes pressões das nações industriais, mas nada faz pressagiar que no futuro seja o Terceiro Mundo que faça ouvir a sua voz e empurre a organização para

outras derrotas. Em tal alternativa, é difícil vaticinar qual será a atitude da Arábia Saudita, mas é evidente que se quiser — e necessita — continuar a ter algum papel importante no Médio Oriente, não poderá fazer ouvidos moucos aos pedidos concretos daqueles que afirmam serem seus iguais.

Não se pode desconhecer que até hoje o bloco dos partidários do congelamento tem demasiado peso na produção, mas é possível que no futuro a força política da maioria ultrapasse a realidade da conjuntura actual.

O calendário para 1978 da OPEP é sobrecarregado, mas este ano as “vozes hegemónicas” desaparecerão, e a OPEP não se desintegrará.

Nisso todos estão de acordo, pois seria loucura reiniciar a competição entre os produtores para pôr o petróleo num mercado que os obrigaria a uma luta pela baixa de preços, que não os beneficiaria em nada.

Os “derrotados” de Dezembro ainda têm cartas importantes para jogar, assim compreenderam os “duros” e os “moderados”. Tudo parece indicar que a guerra mal começou e que o episódio de Caraballeda nada mais foi do que uma batalha. De toda a maneira, há que tomar em conta o resultado de outras batalhas que também pesarão no resultado final, e o Médio Oriente e o diálogo Norte-Sul serão dados importantes.

E, em todo o conjunto, o que se vê hoje, não permite pressagiar sucessos especuladores dos actuais “triunfadores”.

Argélia

Depois de ser sucessivamente dominado pelos fenícios, cartagineses, romanos, vândalos e bizantinos, os árabes ocuparam definitivamente o actual território argelino a partir do séc. VII.

A França invade-o em 1830, mas a tenaz resistência, encabeçada por líderes nacionalistas como Abdel Kader, fez com que a conquista só fosse total em princípios do séc. XX. Os "pieds noirs" (Colonos franceses) no entanto, já há décadas que se vinham a estabelecer nas melhores terras, praticando uma política racista, que fez crescer, em contrapartida, a consciência nacional dos argelinos.

Em 1954, ano da derrota dos franceses em Dien Bien Phu (Vietnam) estala a guerra independentista. O Exército de Libertação Nacional desenvolve, conjuntamente com a luta armada no interior, táticas de guerrilha urbana, aprendidas em grande parte com os próprios "masquis" franceses. O colonialismo francês, por sua vez, aplicou métodos de repressão e tortura adoptados posteriormente pelos norte-americanos no Vietnam e por vários regimes latino-americanos.

Depois de muitos anos de luta encarniçada — um milhão de argelinos mortos — o general De Gaulle reconheceu a independência da Argélia, em 3/6/62. Em Agosto desse ano, a Frente de Libertação Nacional leva à presidência Ahmed Ben Bella, que foi derrubado em 1965 e substituído pelo coronel Huari Bumedienne.

Dirigente veterano da guerra contra a França, Bumedienne imprimiu um novo ritmo à revolução argelina, que tinha estancado a seguir à euforia dos primeiros tempos de liberdade, mobilizado em torno da trilogia revolucionária-revolução industrial, revolução agrária e revolução cultural — o povo argelino

não só desenvolveu a exploração racional das suas riquezas naturais, como procurou ainda manter uma estrutura agro-industrial que lhe assegure a sustentação de um ritmo de desenvolvimento, quando o petróleo e o gás se esgotarem.

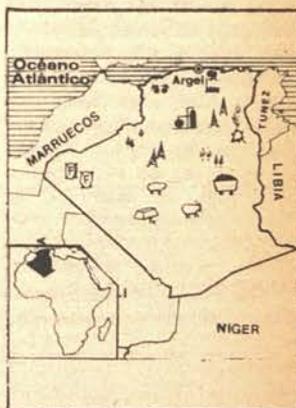
Ao nacionalizar totalmente a indústria petrolífera (1971) aumentaram consideravelmente os recursos para o investimento.

A economia argelina é estatal em cerca de 90% (com formas originais de auto-gestão por parte dos trabalhadores) e os planos de desenvolvimento prevêem para 1980 a existência de uma poderosa indústria petroquímica e o auto-abastecimento siderúrgico. Num país de ampla maioria rural, a Reforma Agrária — caracterizada por amplos mecanismos de participação popular nas cooperativas e "villages" — beneficiará, na actual etapa, mais cinco milhões de camponeses. Assim se espera deter o exódo do campo para a cidade e atrair os milhares de argelinos que trabalham no exterior. O terceiro pilar, a Revolução Cultural, aponta para o resgate da identidade nacional deformada pelo colonialismo (a "arabização"), a formação de uma mentalidade solidária, a promoção da mulher e o melhoramento do nível educativo. Os "três pilares" foram incorporados na nova Constituição, aprovada por plebiscito em fins



de 1976 como parte do processo de institucionalização da Revolução.

Através da eleição — 25/2/77 — de uma Assembleia Popular Nacional e da ratificação de Huari Bumedienne para Presidente, por esmagadora maioria popular, a institucionalização culminará, este ano, com a realização de um Congresso da FLN, que a transformará em partido da vanguarda da Revolução.



Governo: República. Coronel Huari Bumedienne, presidente — Capital: Argel (2 100 000 h.) — Superfície: 2 376 391 km². — População: 17,3 milhões — Moeda: Dinar — Idioma: Árabe — Festa Nacional: 5/75 (Independência, 1962). — Religião: Muçulmana — PNB per capita: 550 dólares anuais — Educação: Mais de três milhões de estudantes de todos os níveis em 1975 — Saúde: Um médico por cada 9 mil habitantes. A Argélia é membro do movimento dos Países Não Alinhados, da Organização de Unidade Africana, da Liga Árabe, a ONU e das associações de produtores de petróleo (OPEP), mercúrio (OPPM), ferro (APEMH) e oleoginosos (OPAPO).

Argentina

O seu nível "per capita" é o maior da América Latina. Nenhum outro país do continente tem tantos médicos por habitante. A sua economia não depende da exportação de um produto só. No entanto a violência política chegou na Argentina ao nível da guerra civil, com dezenas de mortos em cada semana, como resultado de um confronto social e de uma crise política, que se agudizaram em Julho de 1974 quando da morte do general Juan Domingo Perón, eleito presidente 9 meses antes, com a maior participação eleitoral da história argentina.

As então chamadas Províncias Unidas do Rio da Prata foram, em 1810, o primeiro país americano a tornar-se independente da Espanha e os exércitos de José de San Martín contribuíram para a libertação do Chile e do Peru. No séc. XIX foram constantes as confrontações entre as forças unitárias e centralistas da oligarquia intermediária baseada no porto de Buenos Aires e as "montoneras" federalistas dos caudilhos populares do interior. Aliados aos interesses do imperialismo britânico em expansão, os "porteños" impuseram-se e introduziram a Argentina no mercado capitalista mundial.

A segunda guerra mundial favoreceu um rápido processo de

industrialização, para produzir os bens que não se podiam importar, surgindo assim uma nova classe trabalhadora: o proletariado industrial.

Em 1945, quando duma massiva sublevação popular, subiu ao governo o general Juan Perón, que logo nacionalizou o comércio externo, a banca, os caminhos de ferro e os serviços públicos do gás e dos telefones, criou grandes frotas aéreas e marítimas, elevou a participação dos trabalhadores no crescimento nacional a mais de 50% levou a cabo uma avançada legislação social, incrementou gigantescos planos de construção habitacional, escolas e hospitais e enfrentou os Estados Unidos, sempre assistido por sua esposa Eva Perón. Evita, ligação entre Perón e os trabalhadores, era uma dirigente de extraordinária simpatia popular.

Em 1955 Perón foi derrubado por um golpe cívico-militar que restabeleceu a aliança com os Estados Unidos. Durante 18 anos a Argentina viveu uma autêntica guerra subterrânea — greves, sabotagens, manifestações de rua e guerrilhas urbanas e rurais — para o retorno da política nacionalista e popular simbolizada por Perón. Cada vez que era permitido o peronismo concorrer a eleições, ganhava-as, mas quase sempre estas foram anuladas depois.

Em 1972 Peron regressou à Argentina e no ano seguinte o seu candidato, Héctor Cámpora, obteve por grande maioria a presidência nas eleições, renun-



ciando em seguida para que Perón pudesse ser eleito. Depois da morte do velho general, a fracção ultra-direitista do peronismo apoderou-se do governo presidido por Isabel Martínez, viúva de Perón. José Lopez Rega, seu secretário privado, introduz as táticas terroristas dos "Três A" para enfrentar a força crescente da esquerda Peronista e não peronista.

Em 23 de Março de 1976 um golpe militar acaba com o ineficaz e corrupto governo de "Isabelita", substituindo-o por um regime que leva a repressão a extremos inauditos de crueldade e intensidade, tentando impor um "modelo" de retorno ao tradicional capitalismo agrário e latifundiário, enfrentando inclusive as camadas urbanas médias e altas e isolando-se assim totalmente de um povo que tem uma larga tradição de luta pela liberdade.



Governo: Junta Militar presidida pelo general Jorge Videla — Capital: Buenos Aires (9 milhões de h.) — Superfície: 2 776 656 km². (sector continental) — População: 25 milhões — Moeda: Peso — Idioma: Espanhol — Festa Nacional 25/5 (Revolução, 1810) — Religião: Católica (oficial) — PNB per capita: 1 500 dólares anuais — Educação: 5,2 milhões de estudantes em todos os níveis em 1973 — Analfabetismo: 7% — Saúde: Um médico por cada 520 habitantes. A Argentina é membro do Movimento dos Países Não Alinhados, da Organização dos Estados Americanos, da ONU, da ALALC, da Cuenca del Plata e da Associação dos Exportadores de Açúcar.

Bahamas

"Ainda hoje, muitos pensam nas Antilhas como um reino doirado de sol e palmeiras, de praias de límpidas areias, de águas cristalinas e de Afrodites mulatas. Será assim talvez para o turista, que salta do aeroporto para o hotel, este com ar condicionado, praias privativas e seu próprio casino. Mas na realidade, a amenidade do clima não consegue dissimular o cheiro acre da miséria, a presença dos mendigos e das doenças carenciais, patentes em povoados indolentes, como são os antilhanos."

Esta caracterização que o antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro faz das Antilhas, é também extensível às Bahamas, o arquipélago mais setentrional do Caribe.

Foi na ilha bahamense de San Salvador, que Cristóvão Colombo pisou pela primeira vez terras das Américas. Os espanhóis não colonizaram esta ilha, sem recursos minerais, e foram os ingleses que nela se estabeleceram, utilizando-as como refúgio para seus corsários e piratas que assolavam as colônias espanholas nos séculos XVII e XVIII.

Com o açúcar e também com o cultivo de produtos tropicais, os ingleses introduziram os escravos de origem africana, cujos descendentes constituem hoje a maioria da população.

A reticência de Londres em reconhecer a independência do estratégico arquipélago, foi motivo de fortes pressões das Nações Unidas em 1967, e finalmente, em 1973, as Bahamas proclamam sua emancipação dentro da Comunidade Britânica. Em termos reais isto não significou maiores mudanças para o seu povo, que viu acen-

tuar-se a dependência econômica em relação aos Estados Unidos.

São, por exemplo, norte-americanos, a maior parte dos 1 400 000 turistas (sete para cada habitante) que visitam as ilhas todos os anos, atraídos pelas suas praias e casinos. São ainda norte-americanas, as multinacionais que fixam formalmente a sua sede nas Bahamas, aproveitando as facilidades para fuga de impostos que lhes oferece este "paraíso fiscal". São, finalmente, norte-americanos, os principais compradores da lotaria nacional que contribui, em grande parte, para financiar o orçamento do Estado.

Para além do que já foi dito, os Estados Unidos possuem, desde 1942, uma base naval em Freeport, cujo papel é controlar a passagem do Golfo do México para o Oceano Atlântico pelo Estreito da Flórida.

Esta situação não é basicamente diferente daquela existente no resto do Caribe há poucos anos passados, mas enquanto nos outros países da área há um esforço na busca de caminhos para uma verdadeira independência e desenvolvimento, as Bahamas voltam-lhes as cos-



tas, pois não fazem parte de nenhum organismo regional, e preferem "tirar partido" da sua maior proximidade aos Estados Unidos.

No início de 1977, quando a crise econômica e as pressões sociais se fizeram notar com maior intensidade, a solução defendida pelo governo de Nassau foi a de oferecer mais "incentivos" ao capital estrangeiro. Construiu-se, por exemplo, na Grande Bahama, junto do seu porto, um parque industrial de 1200 hectares, com a finalidade de albergar depósitos de mercadorias a serem "reexportadas" pelas multinacionais, com um mínimo de incorporação de trabalho local, afim de diminuir as altas taxas de desemprego que fazem prever uma etapa de tensões e mudanças sociais no arquipélago.



Commonwealth of the Bahamas

Capital: Nassau (110 000 hab.) - **Superfície:** 13 395 km², extensão marítima do arquipélago: 233 000 km² - **População:** 220 000 hab. (40 por cento rural) - **Moeda:** dólar baamense (o dólar USA circula livremente) - **Língua oficial:** inglês - **Festa Nacional:** 10 de Julho (Independência, 1973) - **Religião:** cristã maioritariamente - **Educação:** Em 1971 havia 52 mil estudantes que frequentavam os cursos primários e secundários em todo o País - **Saúde:** Um médico para cada 1200 habitantes.

As Bahamas são, como país, membro de pleno direito da OEA, da ONU e da Comunidade Britânica.

Bahrein

Foi no Arquipélago de Bahrein, em 1932, que apareceu pela primeira vez petróleo no Golfo Pérsico, também conhecido como Golfo Árabe. Esta disputa semântica reflecte a luta hegemónica entre os dois gigantes da região. Arábia Saudita e Irão.

O conflito geopolítico assinala e define a existência do emirato, onde o sheik Khalifa aceitou em 1861 o "protetorado" oferecido pela Inglaterra, evitando assim ser anexado pela Pérsia. Quando os ingleses resolverem aceitar a independência de suas colónias, Bahrein e Qatar negam-se a fazer parte da confederação dos Emiratos Árabes Unidos, e o Bahrein torna-se independente em 1971, sob o reinado do sheik Isa ibn Salman al-Khalifa, que governa como monarca absoluto.

Os Estados Unidos estavam preparados para preencher o "vazio" deixado pelos ingleses, de acordo com a política definida pelo então Secretário de Estado Adjunto Joseph Sisco.

8



Governo: Monarquia, rei S. Sheik Isa ibn Salman al-Khalifa - **Capital:** Manama (95 000 hab.) - **Superfície:** 598 km² repartidos em 33 ilhas das quais Bahrein, Um N'san, Al-Muharrad, Sitra e Dahida são as maiores - **População:** 260 000 hab. (12 por cento rural) - **Festa Nacional:** 15 de Agosto (Independência, 1971) - **Religião:** muçulmana - **Moeda:** dinar bahreini - **Língua oficial:** árabe - **PNB per capita:** 1000 dólares anuais - **Educação:** 16 000 estudantes em 1974, 50 por cento de analfabetos - **Saúde:** Um médico para cada 2000 habitantes.

O Bahrein é membro de pleno direito da Liga Árabe, do Movimento dos Não Alinhados, da OPEP e da OPAEP (Organização dos Países Árabes Produtores de Petróleo) e da ONU.



"Decidimos ajudar e estimular os países chaves da região (Arábia Saudita e Irão), para que se resolvessem os problemas da estabilidade da área, num momento em que os ingleses abandonavam a região e era criada uma Federação de Emiratos Árabes, enquanto Bahrein tornava-se independente", informou o funcionário norte-americano ao seu Congresso. O jovem país autorizou Washington a instalar bases navais nos seus portos, que somente foram evacuadas depois do conflito israelo-árabe de 1973.

Nos primeiros anos desta década, a presença iraniana conseguiu superar a presença saudita nos emiratos. O Xá do Irão exerce sobre estes um virtual protetorado, enquanto uma intensa migração clandestina iraniana ameaça constituir-se, se não em maioria, pelo menos em uma forte minoria agitadora. Existem presentemente mais de 50 000 trabalhadores iranianos no Bahrein, e este número aumenta constantemente. Pouco antes do seu assassinato, o rei saudita Faiçal contra-atacou essa penetração com uma ofensiva diplomática, hoje continuada pelos seus sucessores. Ryad pressionou o Qatar (único emirato tradicionalmente fiel aos sauditas) para que solucionasse a disputa com o Bahrein sobre as águas fronteiriças, e apelou

para o "sentimento árabe" que deveria uni-los (o Irão é muçulmano mas não é árabe). As políticas de Ryad e Manama distanciaram-se quando a Arábia Saudita aumentou a produção do seu petróleo em fins de 1976, em uma proporção menor do que a do Bahrein e o resto dos países da OPEP, incluindo o Irão.

O Bahrein é o mais pobre dos produtores de hidrocarbonantes do Golfo, com reservas comprovadas que ascendem a pouco mais de 300 milhões de barris. Tomando consciência do futuro esgotamento do petróleo que, aliado à ruína da pesca de pérolas pela competição no mercado das pérolas cultivadas japonesas, deixariam a esse desértico país, como último recurso, a pesca. Tenta-se, por outro lado, aproveitar a estratégica posição das ilhas, para convertê-las em bases de operações financeiras e comerciais.

Ainda que o Bahrein tenha obtido, em Maio de 1975, o controlo maioritário sobre o seu petróleo, a política económica é um extremo liberalismo, dando alento ao estabelecimento das multinacionais no arquipélago, com generosas isenções fiscais e livre repatriação de capitais. O país converte-se pois, em entreposto, destinado à reexportação de todo tipo de mercadorias para as capitais da zona. É no Bahrein que se encontra a BAPCO, a segunda grande refinaria do Médio Oriente, que processa todo o petróleo bruto local e grande

Barbados

Como o resto do Caribe, a mais oriental das Pequenas Antilhas, Barbados também foi cenário de guerras entre as potências imperialistas da época (Espanha, França, Holanda e Inglaterra), pelo controlo desta zona estratégica por onde se canalizava para a Europa o ouro e a prata do México e do Peru.

Quando os ingleses se estabeleceram na "ilha das figueiras barbadas" em 1625, o fértil território estava completamente desabitado. Os espanhóis, que haviam chegado um século antes, haviam-no abandonado, ao não encontrar riquezas, exterminando sua população, da qual escaparam somente alguns *arahuacos*, levados para a Europa para satisfazer a curiosidade da corte madrilenha.

Durante um quarto de século, a ilha foi propriedade pessoal do duque de Marlborough, que nela introduziu a cultura do açúcar, para cujo trabalho trouxe escravos da África, dos quais descende hoje mais de 80 por cento da população.

O processo de descolonização em África teve grande repercussão sobre os habitantes do Caribe, reavivando o orgulho de uma raça secularmente oprimida. A luta pela independência assumiu em Barbados a forma sindicalista, no estilo das "trade-unions" inglesas, lideradas pelo Partido Trabalhista Democrático. Em 1951 é implantado o sufrágio universal, em 1961 é conseguida a autonomia interna, e em 1966 é proclamada a independência, dentro da Comunidade Britânica.

O Partido Trabalhista Democrático de Earl Barrow, que governou o país a partir de 1966, esforçou-se pela integração regional como via para alcançar a independência económica. Após o fracasso das experiências de uma unificação política na Federação das Índias Ocidentais (1958-1962) e na Federação do Caribe Oriental (1962-1966),

Barrow não contribuiu para a criação da Associação de Livre comércio do Caribe (CARIFTA), que em 1973 se transformou no actual CARICOM, integrando as doze ilhas da região num ambicioso programa económico que promove o comércio interantilhano para benefício mútuo e controla as actividades das empresas multinacionais.

Seguindo uma política externa independente, Barrow aproximou-se do não-alinhamento, votou na OEA pelo levantamento das sanções contra Cuba e ameaçou retirar-se da organização pan-americana se os Estados Unidos não cessassem o seu apoio à Guatemala contra Belize. Em Novembro de 1975, permitiu que os aviões de transporte cubanos se reabastecessem no seu país na rota para Angola (a autorização foi suspensa depois de escandaloso protesto de Washington).

Em Maio de 1976, Barrow denunciou publicamente as manobras desestabilizadoras dos Estados Unidos contra os governos da Jamaica, Guiana, e seu próprio país, sustentando que "os norte-americanos descobriram que podem conseguir gente em Barbados que executem os seus desejos, pondo ênfase no combate à "corrupção de alto nível", e na "defesa da livre iniciativa". As reformas sociais de Barrow (educação gratuita... e nova lei de heranças, num país onde a filiação ilegítima é normal), não conseguiram compensar suas hesitações no confronto com os latifúndios açucareiros.



Estes interesses, unidos aos vinculados às multinacionais do turismo, do petróleo e do gás natural, que começam a ser extraídos da ilha, constituem a base de apoio do pró-norte-americano Adams, que confia na protecção da unidade naval americana estacionada na costa noroeste da ilha. Embora Adams tenha afirmado, quando assumiu o seu cargo, que "manteremos a nossa política de independência, e não planeamos mudar de atitude em relação aos países ocidentais e aos não-alinhados", os observadores da região pensam que a sua posição não-integracionista não tardará em ocasionar fricções diplomáticas em um Caribe de renascente nacionalismo e que já se resigna a ser o "quintal dos fundos" do imperialismo.



9

Barbados

Governo: Tom Adams, Primeiro Ministro - **Capital:** Bridgetown (19 000 hab.) - **Superfície:** 430 km² - **População:** 260 000 habitantes (50 por cento rural) - **Moeda:** East Caribbean dollar - **Língua Oficial:** Inglês - **Festa Nacional:** 30 de Novembro. **Independência - Religião:** maioritariamente anglicana - **PNB per capita:** 850 dólares anuais - **Educação:** Um total de 71 000 estudantes em 1974. **Analfabetismo:** 3 por cento - **Saúde:** Um médico para cada 1 500 habitantes.

Bangladesh

A violência e as catástrofes são as características principais da história do Bangladesh mesmo antes da sua independência, e, no seu sétimo ano de vida, o país tem a sua economia em virtual bancarrota, a sua classe dirigente dizimada pelos assassinatos políticos ou submersa pela corrupção, a sua população ameaçada pela fome, e o seu território açoitado pelos ciclones e inundações periódicos.

O Bangladesh era parte do Paquistão, enquanto este país foi criado pelos ingleses em 1947, para separar as populações muçulmana, e hindú quando pôs fim sua capital e postos em execução a sua dominação colonial na península indostânica. No Paquistão Ocidental foi estabelecida a planos de desenvolvimento. Os recursos da parte oriental (actual Bangladesh), eram sugados pela região ocidental, no entanto separadas por mil quilómetros de território hindú.

As relações de Bengala com o governo central agravaram-se durante a ditadura militar do general Ayub Khan (1958-1969) e a crise rebentou quando o governo de Dacca se negou a convocar, em 1970, a Assembleia Nacional livremente eleita, na qual a Liga Awami do sheik autonomista Mujibur

Rahman obtivera esmagadora maioria.

Face ao terrorismo desencadeado pelo exército paquistanês em Bengala (morreram 30 000 pessoas), a Liga Awami proclamou a República popular de Bengala Desh (Bengala Livre). A intervenção hindú no conflito, em Dezembro de 1971, decidiu a guerra, e no dia 16 do mesmo mês, o exército do governo central assinou a sua capitulação em Dacca. Mujibur Rahman foi libertado da prisão paquistanesa onde se encontrava, e assumiu as funções de Primeiro-Ministro.

Mujibur Rahman, o herói da independência, não conseguiu estabilizar o país, nem sanear sua economia. Em 1974 os preços dos artigos básicos do consumo popular aumentaram em 400 por cento. Nesse mesmo ano, as importações tiveram um aumento de 80 por cento, enquanto que as exportações básicas (chá e juta) tiveram um aumento de 10 por cento.

A desilusão das massas com o programa populista da Liga Awami (que obtivera nas eleições de 1973, 308 dos 315 assentos no parlamento), foi canalizada para os grupos maoístas e pró-paquistaneses, e a violência voltou ao país.

Em Janeiro de 1975, uma nova Constituição outorgou a Rahman amplos poderes executivos, mas já era tarde. Em Agosto desse mesmo ano, o governo foi derrubado por um violento golpe, tendo sido assassinado o "pai da Pátria", sua família e vários ministros. O regime dos generais golpistas foi imediatamente reconhecido por Washington e Pequim, antes



mesmo que os novos dirigentes acertassem as suas contas internas. Em poucos meses sucederam-se quatro governos em Dacca, sem que até ao momento os líderes do golpe encabeçado pelo general Zaiur Rahman tenham chegado a um acordo para uma reforma estável na repartição do poder.

O único acordo havido foi quanto à devolução, aos seus antigos donos, de mais de trezentas indústrias nacionalizadas durante o governo de Mujibur Rahman e à renúncia ao controlo estatal do comércio da juta, principal rubrica de exportação do país. O nome do país foi simbolicamente mudado para "República Islâmica", alinhando a sua diplomacia com a da Arábia Saudita, Irão e Paquistão.

O Bangladesh tem fronteiras somente com a Índia, que não simpatiza nada com o actual governo de Dacca (pelo menos até à derrota de Indira Ghandi). Isto favoreceu a reaparição da actividade guerrilheira no interior do país – agora liderada pela Liga Awami e pelo Partido Comunista – sem que a rígida aplicação da lei marcial consiga controlá-la.

A "estabilidade" preconizada pelos golpistas como requisito indispensável para atrair investidores estrangeiros não foi conseguida, e atenção a dos observadores (e as esperanças do povo bengali) dirige-se agora para a atitude que adoptará um exército altamente politizado e formado na luta pela independência, cuja tradição de defesa dos interesses populares não parece concordar com a orientação política dos actuais dirigentes.

10



Islamic Republic of Bangladesh

Capital: Dacca (1 400 000 hab.) – **Superfície:** 142 800 km² – **Língua Oficial:** Bengali – **Festa Nacional:** 26 de Março (Independência, 1971) – **Religião:** maioritariamente muçulmana – **PNB per capita:** 77 dólares anuais – **Educação:** 6 500 000 de estudantes no total geral em 1972. Analfabetismo: 85 por cento – **Saúde:** Um médico para cada 10 000 habitantes.

O Bangladesh é membro de pleno direito da ONU, da Comunidade Britânica e do Movimento dos Países Não Alinhados.

as vozes da áfrica revolucionária

A REVISTA ANGOLANA

ANO 1 - VOL. 1 - N.º 3

PREÇO
20.00

31 JANEIRO 1977

novembro

ANGOLA
NGOLAA
GOLAAAN
OLAAANG
LAANGGO
AANGGOL

le ensina
APRENDE A LER

NOVEMBRO, editada em Luanda. Revista ilustrada.
Redacção: Calçada Gregório Ferreira, 26-1.º
Caixa Postal 6518 — Republica Popular de Angola

MED

A viagem do pre-egípcio a Israel ser analisada no texto histórico mais amplo. A eça de que Sad vasse a contra-reu depois da mo Nasser logo se d Colaborando c manobras amer fazendo de K o seu guia e ic convertendo-se n trumento da dir África e no -oriente, Anuar e acabou por fic lado das forças sistas árabes e e incompatibil peregrinação e Golda Meir e Desafiada por árabe e muito militância o car

* Esta análise foi

... AS NAÇÕES UNIDAS NÃO TÊM RAZÃO PARA SE PREOCUPAREM COM OS DIREITOS HUMANOS NO CHILE: FICOU DEMONSTRADO SEGUNDO A SONDAAGEM DA GALLUP E O "REFERENDO" DE PINOCHET, QUE NÓS CHILENOS SOMOS MAIORITARIAMENTE MASOQUISTAS!!

